

PDUH 2040

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E
HABITACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CADERNO REGIONAL **SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**



APRESENTAÇÃO

O **Plano de Desenvolvimento Urbano e Habitacional (PDUH)** é um instrumento de Planejamento do Desenvolvimento Urbano e da Habitação no Estado de São Paulo que visa reconhecer as dinâmicas e necessidades dos municípios e regiões para orientar políticas e investimentos públicos, guiando a elaboração dos Planos Plurianuais.

Busca realçar potencialidades e mitigar vulnerabilidades territoriais, estabelecendo um ambiente de Planejamento e Gestão do território e consolidando o papel articulador do Estado. Trata-se da oportunidade de revisão do Plano Estadual de Habitação (PEH 2011-2023) que estabelecia estratégias e metas para a eliminação progressiva do déficit habitacional, conciliando ações interfederativas públicas com a participação da iniciativa privada.

Propõe acrescentar novos conceitos à provisão habitacional, através de uma visão mais abrangente e contemporânea, informando e orientando os municípios e regiões pelo fortalecimento de três eixos de atuação: Urbanismo e Habitação Social, Infraestrutura e Mobilidade, e Meio Ambiente e Mudança do Clima, em diversas escalas, para o estabelecimento de cidades seguras, resilientes, inclusivas, prósperas e sustentáveis.

Para o seu pleno desenvolvimento, prevê a configuração de banco de dados geoespaciais em plataforma colaborativa e monitoramento de metas, considerando os parâmetros internacionais de desenvolvimento urbano sustentável (Nova Agenda Urbana e ODS-ONU), adaptados à realidade regional. Propõe a elaboração de análises temáticas e integradas, além de índices para o subsídio de tomada de decisão no Planejamento.

Traz a mudança no paradigma do Planejamento Urbano, ratificando a escala humana, o processo incremental de Planejamento e a importância dos espaços livres públicos como elementos essenciais de qualificação das

cidades. Incorpora as recomendações de diferentes manuais e Planos recentemente elaborados, bem como reconhece a experiência da CDHU no atendimento habitacional às regiões atingidas por desastres climáticos extremos, defendendo o olhar para unidades territoriais, seja uma cidade, uma região ou um bairro, com seus sistemas de funcionamento e redes sociais.

O PDUH 2040 busca recuperar o planejamento territorial como escala estratégica de alcance estadual, organizando os temas comuns a uma região, bem como a relação inter-regional em favor da identificação de suas potencialidades e vulnerabilidades. Para sua elaboração, portanto, é colocado o desafio do processamento das variáveis disponíveis por diferentes fontes, em escala supra municipal com impacto intraurbano.

Para as regiões metropolitanas, o Estatuto da Metrópole¹ já se constitui como o documento que estabelece diretrizes gerais para o Planejamento, a Gestão e a execução das Funções Públicas de Interesse Comum (FPIC)². Nessa direção, a elaboração do PDUH propõe uma metodologia análoga, que aponta para o papel articulador das centralidades urbanas e considera, também, os aspectos da transformação territorial abarcada pelas regiões rurais.

Com o intuito de gerir as FPIC, foi estabelecido, pelo Estatuto, a necessidade de cada região metropolitana e aglomeração urbana desenvolver um Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI), como instrumento de Planejamento e de Gestão interfederativa.

Tais planos, elaborados entre 2015 e 2022, estabeleceram ainda o Macrozoneamento das unidades territoriais, sendo que cada município constituinte da região metropolitana ou aglomeração urbana deveria compatibilizar seu Plano Diretor a tal instrumento de planejamento³.

Em seu processo de construção, o PDUH elaborou, primeiramente, os **Cadernos Temáticos**, consolidando um amplo quadro de referência e, ao mesmo tempo, delimitando as principais questões estratégicas de cada

¹ Lei Federal nº 13.089/2015.

² De acordo com o Estatuto da Metrópole, a FPIC é definida como a “política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em Municípios limítrofes”.

³ No Estado de São Paulo, estão instituídas nove regiões metropolitanas (São Paulo, Baixada Santista, Campinas, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Sorocaba, Ribeirão Preto, Piracicaba, São José do Rio Preto e Jundiaí), além da aglomeração urbana de Franca.

tema. Com o objetivo de formular o diagnóstico regional, essas questões estratégicas deverão ser analisadas de forma integrada e transversal, com destaque para a dimensão físico-territorial e dinâmica socioeconômica. Os **Cadernos Regionais** deverão apontar as questões regionais estratégicas, destacando as potencialidades e fragilidades resultantes da análise dos eixos temáticos do PDUH.

Para o desenvolvimento dos **Cadernos Regionais** resgata-se a metodologia utilizada no desenvolvimento dos PDUIs, dividindo agora o Estado em **Nove Regiões**, a partir da atuação da CDHU no Estado, pautada pelos objetivos e parâmetros postos nos **Cadernos Temáticos**, consolidando o conjunto de bases orientadoras do PDUH 2040 e, ainda, estabelecendo-se os subeixos de análises multitemáticas.

Nesse sentido, considerando as evidências apontadas nos **Cadernos Temáticos**, os eixos do PDUH foram organizados em subeixos:

1. **Dinâmica Ambiental;**
2. **Desenvolvimento Socioterritorial;**
3. **Mobilidade e Infraestrutura Urbana e Social; e**
4. **Mudanças Climáticas e Vulnerabilidade Socioterritorial.**

Estes condicionam o diagnóstico regional para que componha um quadro de referências de apoio às análises que priorizem as Mudanças Climáticas e a Vulnerabilidade Socioterritorial, que trata da questão central do PDUH: **o enfrentamento da precariedade habitacional e urbana** no Estado de São Paulo.

O PDUH, ao assumir o protagonismo da política de desenvolvimento urbano para além da simples provisão habitacional, incorpora também questões contemporâneas, como a necessidade urgente de adaptação do território e de enfrentamento das desigualdades socioterritoriais produzidas por questões sociais históricas. Este material tem por objetivo a consolidação de diagnóstico sintético da Região atualmente utilizada pela CDHU, tanto sob o ponto de vista físico-territorial como de dinâmicas mais significativas apontadas nos **Cadernos Temáticos**. A partir deste diagnóstico deverão ser

apontadas as principais fragilidades e potencialidades regionais, além de elencadas diretrizes para intervenções futuras.

O conteúdo deste documento foi dividido em dois grandes grupos, sendo o primeiro apresentando uma síntese acerca das características da região, com comentários mais objetivos (Síntese Regional), e o segundo trazendo o detalhamento acerca do cruzamento das informações e variáveis analisadas, como forma de facilitar a análise e a abordagem das soluções para as questões regionais (**Caderno Regional**).

SUMÁRIO

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	5
2. DIAGNÓSTICO REGIONAL	20
2.1 DINÂMICA AMBIENTAL.....	22
2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico.....	23
2.1.2 Instrumentos de proteção e conectividade	28
2.1.2 Recursos hídricos	31
2.1.3 Abastecimento de água e esgotamento sanitário.....	37
2.1.4 Patrimônio ambiental e paisagístico.....	41
2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos	46
2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética	48
2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	50
2.2.1 Perfil econômico dos municípios.....	51
2.2.2 Perfil econômico e distribuição de instituições de ensino superior 54	
2.2.3 Atividade agrícola.....	56
2.2.4 Caracterização da mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada	58
2.2.5 Dinâmica demográfica	62
2.2.5 Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações.....	67
2.2.6 Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial 72	
2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE	79
2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais.....	80

2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos ...	82
2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional	85
2.3.4 Acidentes no sistema viário	87
2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL..	93
2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	94
2.4.2 Domicílios em áreas de risco.....	102
2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais	106
2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico	109
2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico	113
2.4.6 Violência urbana	116
2.4.7 Desigualdades socioterritoriais	118
3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS	121
3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS	136
3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL	141
3.3 PRÓXIMOS PASSOS	147

1. CARACTERIZAÇÃO REGIONAL



USO E COBERTURA DO SOLO 2023

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Uso e Cobertura do Solo 2023 (Mapbiomas, 2024)

- Vegetação Natural
- Campo Alagado e Área Pantanosa
- Silvicultura
- Pastagem
- Mosaico de Usos
- Cana
- Soja
- Outras Lavouras Perenes e Temporárias
- Citrus
- Café
- Área Urbanizada
- Outras Áreas não Vegetadas
- Rio, Lago e Oceano

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária Estadual
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Municipais

- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A caracterização regional apresenta um conjunto de dados relevantes para as análises por subeixos que compõem esse Caderno: uso e cobertura da terra, infraestrutura rodoviária principal, porte populacional dos municípios, população inscrita no CadÚnico, Arranjos Populacionais (Regic-IBGE), presença de consórcios intermunicipais e planos regionais ou estaduais de referência.

O projeto **MapBiomias Brasil** é a fonte das informações sobre a cobertura e o uso da terra adotadas no diagnóstico. O MapBiomias é uma iniciativa que teve origem em 2015, vinculada ao Observatório do Clima, com objetivo de monitorar a matriz de mudanças no uso do solo brasileiro, contribuindo para avaliação das emissões de gases do efeito estufa no país. A metodologia do projeto se ancora no sensoriamento remoto, *machine learning* e rede colaborativa. A elaboração do mapeamento tem como características principais a utilização de imagens de satélite Landsat, com resolução de 30 metros e intervalo de cobertura de 1985 ao ano atual, as quais são classificadas pixel a pixel por algoritmos de aprendizagem de máquina.

A análise dos dados da Coleção 9 para o Estado de São Paulo enfatiza as dez classes predominantes do ponto de vista de sua extensão territorial, apontando para a relevância dos usos ligados à produção rural – pastagem, lavoura perene e temporária, silvicultura e mosaico de usos – em relação à cobertura natural – formação florestal, mangue, restinga arbórea e águas – reforçando a antropização do território.

Dentre todas as regiões do Estado, São José do Rio Preto é aquela que apresenta as menores áreas de cobertura natural, entendida como o somatório de áreas das classes de vegetação natural existentes em cada uma das regiões definidas pelo PDUH.

Com relação à infraestrutura rodoviária, destacam-se o eixo formado pelas rodovias duplicadas Washington Luís (SP-310) – Euclides da Cunha (SP-320), que conecta os municípios mais populosos da região, e a BR-153, também conhecida como Rodovia Transbrasiliana, que atravessa a região no sentido norte-sul, passando pelo município de São José do Rio Preto.

FAIXA DE POPULAÇÃO E CADÚNICO

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem de População Inscrita no CADÚNICO em Relação ao Total da População do Município (SAGICAD, Julho-2024)

- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Faixas de Municípios por População (IBGE, 2022)

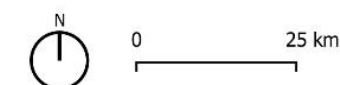
- 0 - 5.000
- 5.000 - 10.000
- 10.000 - 20.000
- 20.000 - 50.000
- 50.000 - 100.000
- 100.000 - 500.000

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

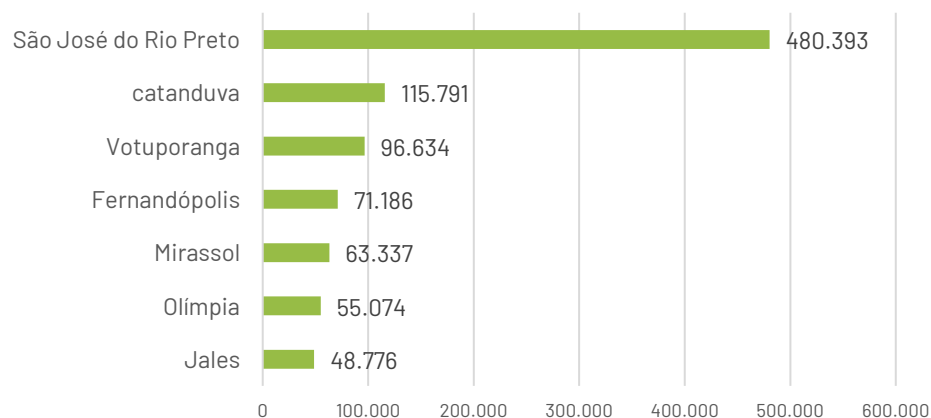
O **porte populacional dos municípios** tem um impacto significativo na formulação e execução de políticas públicas. Portanto, essa é uma das variáveis mais relevantes consideradas no diagnóstico regional.

A Região de São José do Rio Preto é composta por **98 municípios**, abrigando **1.675.125 habitantes**.

Considerando as faixas de município segundo a população, encontra-se a seguinte distribuição:

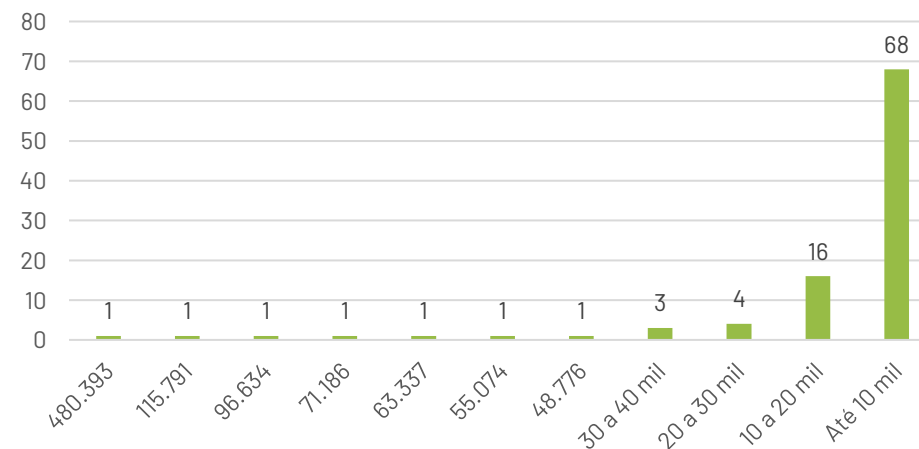
- O município de **São José do Rio Preto** concentra **28,68%** da população da região;
- **Seis municípios** (de 48.776 a 115.791 habitantes) abrigam **55,59%** da população; e
- **68 municípios** (até 10 mil habitantes) abrigam **15,73%** da população.

Gráfico 1: Maiores Municípios da Região de São José do Rio Preto



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Gráfico 2: Número de municípios por porte populacional



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

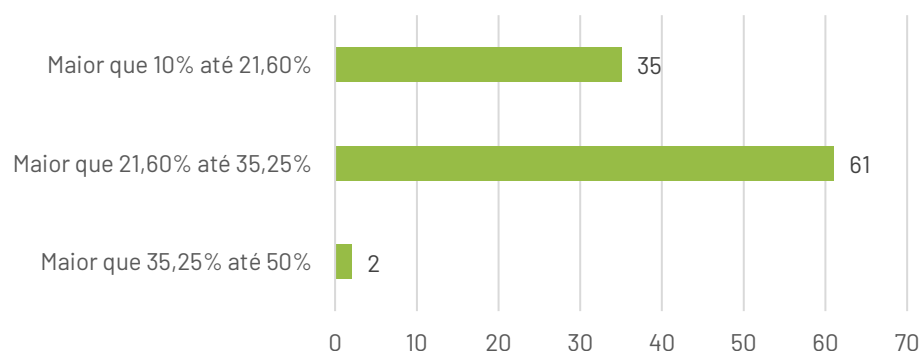
O **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)** é o principal instrumento utilizado pelo governo federal para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais e concessão de benefícios como o Programa Bolsa Família. Além disso, também é adotado como critério para a seleção de beneficiários de programas estaduais e municipais.

É uma variável fundamental para a elaboração de política pública de enfrentamento da precariedade habitacional e urbana e, por sua relevância, perpassa várias análises do diagnóstico. Desse universo, foram selecionadas somente famílias em situação de pobreza ou baixa renda, com renda *per capita* mensal de até meio salário mínimo.

Considerando a porcentagem da população do CadÚnico em relação à população total, a o Estado de São Paulo é de 21,60% e a média do Brasil é de 35,25%.

Na **Região de São José do Rio Preto** há **305.843** pessoas inscritas no CadÚnico, o que representa 18,25% da população total, abaixo da média do Estado. Desse total, **70.471** pessoas estão no município de **São José do Rio Preto**.

Gráfico 3: Quantidade de pessoas inscritas no CadÚnico em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (pobreza+baixa renda) em relação ao total da população



Fonte: SAGICAD, 2024. Elaboração: Fipe, 2025.

Embora a média da região seja menor que a do Estado, 61 municípios encontram-se acima da média do Estado e dois municípios acima da média do Brasil (Dolcinópolis e Lourdes).

Este fato evidencia uma importante vulnerabilidade social nos municípios da região, que deve ser analisada no diagnóstico regional.

Como subsídio ao diagnóstico, também foram considerados os resultados da pesquisa **Regiões de Influência das Cidades – Regic** (IBGE, 2018), que tem como objetivo identificar e analisar a rede urbana brasileira, estabelecendo a hierarquia dos centros urbanos e as regiões de influência das cidades.

Foram identificados pela pesquisa Regic, na Região de São José do Rio Preto, **11 Arranjos Populacionais (AP)**:

1. **São José do Rio Preto – Capital Regional B**: Mirassolândia, Bálsamo, Ipiguá, Mirassol, São José do Rio Preto, Jaci, Neves Paulista Cedral, Guapiçu, Uchoa, Bady Bassit, Nova Aliança;
2. **Catanduva – Capital Regional C**: Catanduva, Novais, Catiguá, Elisiário, Marapoama, Pindorama, Embaúba (fora da região CDHU);
3. **Fernandópolis – Centro Sub-regional A**: Macedônia, Fernandópolis, Pedranópolis;
4. **Santa Adélia / Palmares Paulista – Centro Sub-regional B**: Santa Adélia, Palmares Paulista, Ariranha;
5. **Votuporanga – Centro Sub-regional B**: Votuporanga, Parisi, Álvares Florence, Sebastianópolis do Sul;
6. **Jales – Centro Sub-regional B**: Jales, Vitória Brasil, Dirce Reis;
7. **Santa Fé do Sul – Centro de Zona A**: Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita D'Oeste, Três Fronteiras;
8. **Gastão Vidigal / Monções – Centro Local**: Gastão Vidigal (fora da região CDHU), Monções;
9. **Nova Granada – Centro Local**: Nova Granada, Onda Verde;
10. **Paulo de Faria / Orindiúva – Centro Local**: Paulo de Faria, Orindiúva; e
11. **Riolândia – Centro Local**: Riolândia, Pontes Gestal.

O município de **Olímpia**, embora não esteja inserido em um AP, é classificado como um **Centro Sub-regional B**.

ARRANJOS POPULACIONAIS E HIERARQUIA DA REDE URBANA

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Municípios e Arranjos Populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional
- Centro Sub-Regional
- Centro de Zona
- Centro Local

Arranjos Populacionais (Regic, 2018)

- AP Catanduva
- AP Fernandópolis
- AP Gastão Vidigal - Monções
- AP Jales
- AP Nova Granada
- AP Paulo de Faria - Orindiúva
- AP Riolândia
- AP Santa Adélia - Palmares Paulista - Ariranha
- AP Santa Fé do Sul
- AP São José do Rio Preto
- AP Votuporanga

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária
- Rod. Secundária
- Rod. Principal
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Corpos d'Água

Limites Administrativos

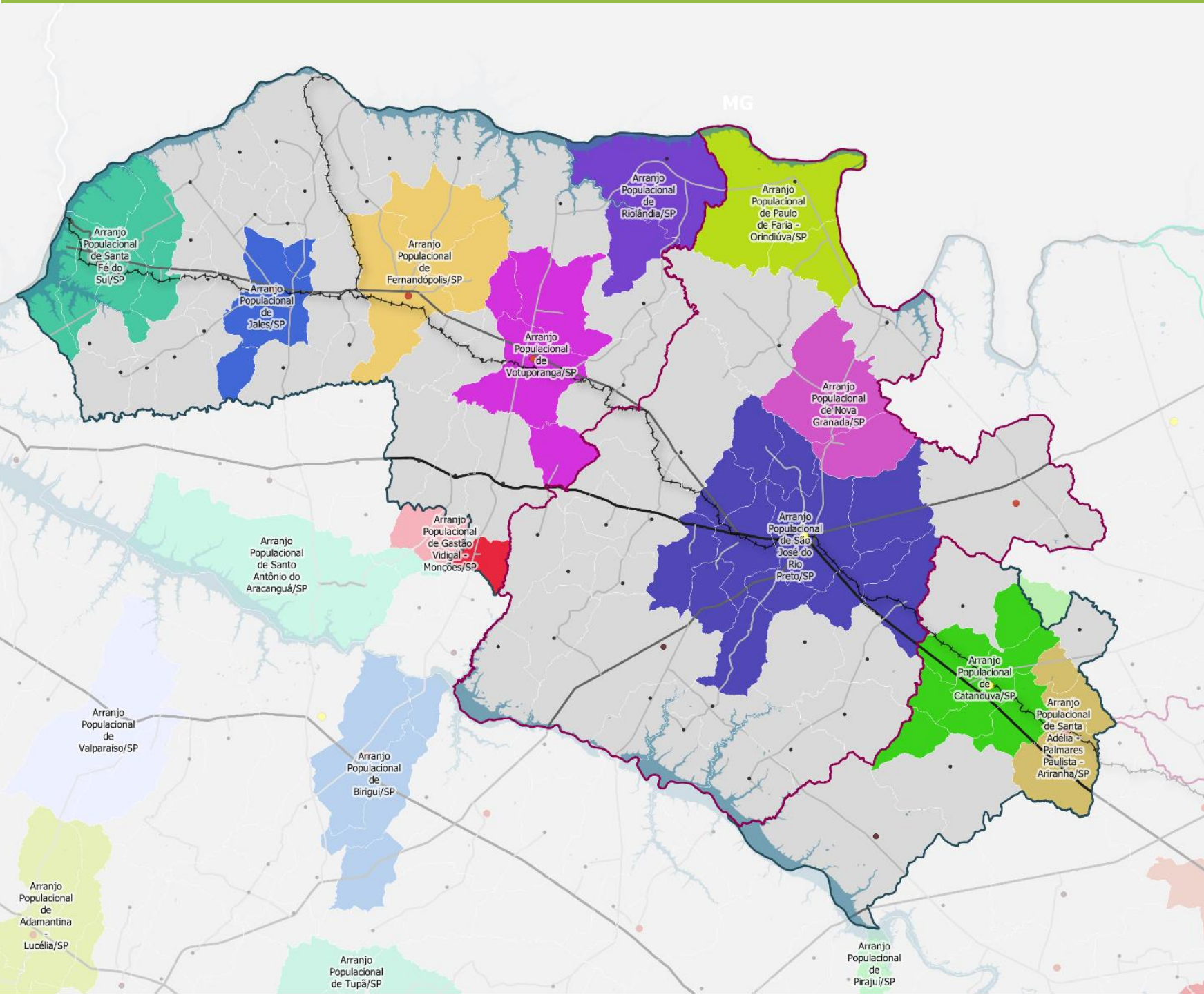
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



Outra importante informação que evidencia a natureza das relações institucionais entre os municípios da Região e suas interdependências é a existência de **consórcios públicos intermunicipais**.

Segundo o Observatório dos Consórcios Públicos Intermunicipais da Confederação Brasileira de Municípios, há nove consórcios públicos intermunicipais atuantes na Região de São José do Rio Preto:

1. **Consórcio Intermunicipal do Noroeste Paulista – CINORP:** municípios: Álvares Florence, Américo de Campos, Cardoso, Cosmorama, Floreal, Gastão Vidigal, Macaubal, Magda, Meridiano, Monções, Orindiúva, Parisi, Paulo de Faria, Pedranópolis, Pontes Gestal, Riolândia, Sebastianópolis do Sul, Valentim Gentil, Votuporanga (sede) e Zacarias.
 - Área de atuação: saúde, serviço de inspeção municipal, meio ambiente e assistência social.
2. **Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Fernandópolis – CISARF:** municípios: Estrela D'Oeste, Fernandópolis (sede), Guarani D'Oeste, Indaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Pedranópolis, Populina, São João de Iracema, São João das Duas Pontes e Turmalina.
 - Área de atuação: saúde.
3. **Consórcio Público Intermunicipal da Região dos Grandes Lagos – CONSAGRA:** municípios: Nova Canaã Paulista, Rubineia, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul (sede), Santa Rita D'Oeste e Três Fronteiras.
 - Área de atuação: saúde.
4. **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Catanduva – CONSIRC:** municípios: Ariranha, Cândido Rodrigues, Catanduva (sede), Catiguá, Elisiário, Embaúba, Fernando Prestes, Irapuã, Itajobi, Marapoama, Monte Aprazível, Nipoã, Novais, Novo Horizonte, Palmares Paulista, Paraíso, Pindorama, Pirangi, Sales, Santa Adélia, Tabapuã e Urupês.
 - Área de atuação: saúde.

5. **Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSIRJ:** municípios: Aparecida D'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales (sede), Marinópolis, Mesópolis, Palmeira do D'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Santa Albertina, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Urânia e Vitória Brasil.
 - Área de atuação: saúde.
6. **Consórcio de Turismo Intermunicipal da Região Turística “Maravilhas do Rio Grande” – COTIMARG:** municípios: Cardoso, Fernandópolis, Guarani D'Oeste, Indaporã, Macedônia, Meridiano, Mira Estrela, Ouroeste, Paulo de Faria, Pedranópolis, Populina, Riolândia, Valentim Gentil e Votuporanga (sede).
 - Área de atuação: turismo.
7. **Consórcio Intermunicipal Rio Grande e Paraná – CONGRAPAR:** municípios: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Rita d'Oeste, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Salete, Santana da Ponte Pensa, São Francisco, Três Fronteiras (sede), Urânia e Vitória Brasil.
 - Área de atuação: meio ambiente, saneamento.
8. **Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável – CIDAS:** municípios: Álvares Florence, Américo de Campos (sede), Cardoso, Cosmorama, Meridiano, Monções, Macaubal, Parisi, Pedranópolis, Pontes Gestal, Riolândia, Sebastianópolis do Sul e Votuporanga.
 - Área de atuação: meio ambiente.
9. **Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo – CINDESP:** municípios: Adolfo, Aspásia, Bálsamo, Bastos, Bilac, Cardoso, Catiguá, Cedral, Colômbia, Cosmorama, Elisiário, Estância Turística Ibirá, Estância Turística de Tupã, Estrela D'Oeste, Guapiaçu, Guarani D'Oeste, Herculanópolis,

Irapuã, Macedônia, Magda, Mendonça, Meridiano, Mirassol, Mirassolândia, Monte Azul Paulista, Nhandeara, Nova Aliança, Ouroeste, Pedranópolis, Piacatu, Riolândia, Santa Albertina, São José do Rio Preto (sede), Taquaral, Taquaritinga, Uchôa, Urupês, Valentim Gentil e Vista Alegre do Alto.

- Área de atuação: diversas.

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Consórcios Intermunicipais (CNM, 2024)

- ○ CONSIRC
- | CODEVAR
- • • CINORP
- CONSIRJ
- CISARF
- CONSAGRA
- CICESP

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



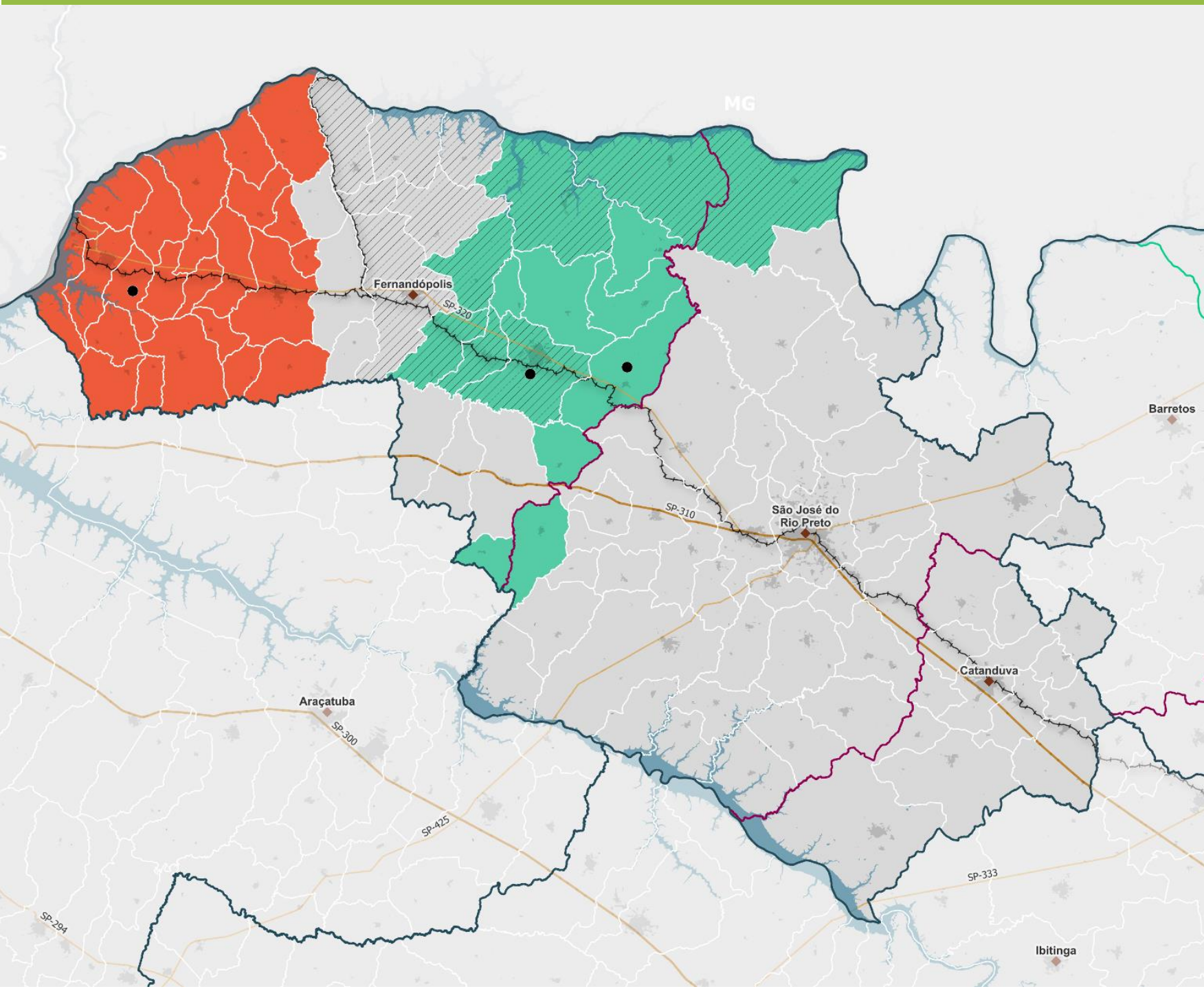
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

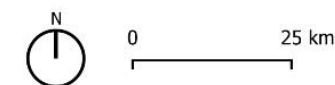
CONSÓRCIOS DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

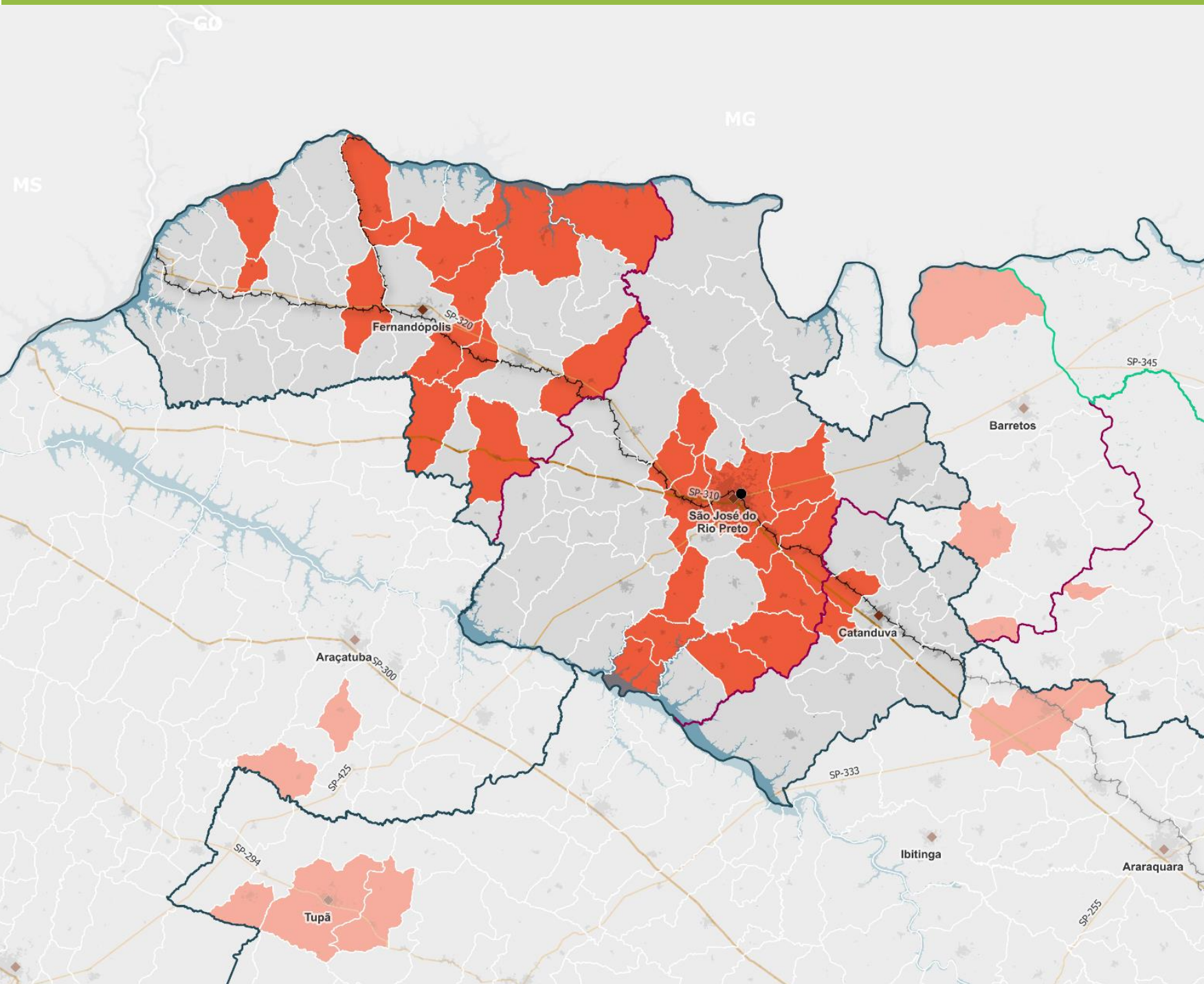


LEGENDA:

- Consórcio de Turismo
 - COTIMARG
- Consórcios de Meio Ambiente
 - CONGRAPAR
 - CIDAS
- Cidades-Sede dos Consórcios
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Limites administrativos
 - Limites Municipais
 - Aglomeração Urbana
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



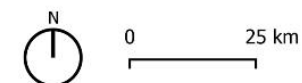
CINDESP

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- CINDESP
- Cidade-Sede CINDESP
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Limites administrativos
 - Limites Municipais
 - Aglomeração Urbana
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Finalmente, merece destaque o **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto (PDUI-RMSJRP)**, instituído pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal nº 13.089/15), é um instrumento essencial para o planejamento e a gestão de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas no Brasil. O principal objetivo do PDUI é promover o desenvolvimento sustentável e reduzir as desigualdades regionais, estabelecendo diretrizes para as Funções Públicas de Interesse Comum (FPICs).

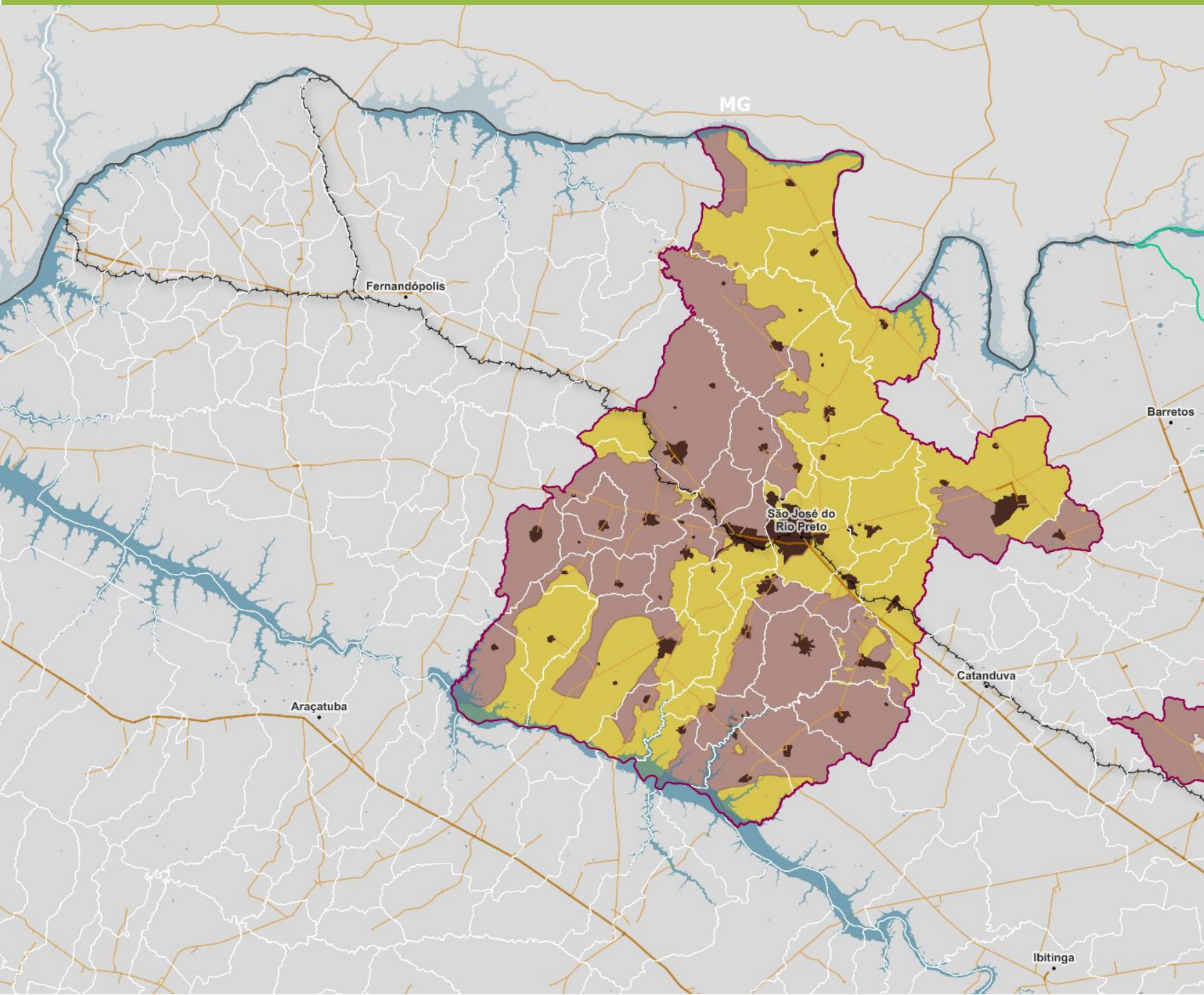
O PDUI-RMSJRP é uma referência importante para o PDUH, trazendo orientações para o ordenamento territorial e estratégias de ação para o enfrentamento dos principais desafios relacionados às FPICs na região, organizadas em duas frentes que se inter-relacionam: **Ordenamento Territorial** e **Propostas Estruturadas**.

O ordenamento territorial do PDUI-RMSJRP considera três diferentes níveis de orientação: o **macrozoneamento**, que estabelece diretrizes gerais para a articulação dos municípios na elaboração do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e rural; as **estratégias para ação metropolitana**, que buscam a articulação setorial das políticas públicas que afetam o território; e a previsão de **áreas de intervenção metropolitanas**.

Foram definidas três macrozonas, de acordo com as principais funções do território metropolitano: **Macrozona de Diversificação Urbana**, **Macrozona de Segurança Hídrica** e **Macrozona de Interesse do Uso Rural**. Para cada macrozona são definidas diretrizes gerais para uso e ocupação do solo que deverão ser observadas pelos municípios em seus regulamentos de uso e ocupação do solo.

MACROZONEAMENTO PDUI-RMSJRP

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

Limites Municipais

Aglomeración Urbana

Regiões Metropolitanas

Estado de São Paulo

Unidades da Federação

Macrozoneamento PDUI-RMSJRP (FIPE, 2022)

Diversificação Urbana

Interesse de Uso Rural

Segurança Hídrica



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

As Estratégias para Ação Metropolitana (EAMs) são estruturadoras da ação pública e orientam a ação integrada no que se refere às Funções Públicas de Interesse Comum, organizando e articulando as políticas públicas que afetam o território da RMSJRP. Na RMSJRP, as seis EAMs foram construídas de forma sistêmica, conformando duas redes:

- **Rede de centralidades, mobilidade e logística regional:** Fortalecimento da rede de centralidades e incentivo ao desenvolvimento de subcentros; Estruturação e gestão de uma política regional de inovação; Estruturação e gestão da mobilidade e da logística regionais; e
- **Rede ambiental e de recursos hídricos:** Restauração florestal intensiva nas Áreas de Preservação Permanente Hídricas e estruturação do Sistema Metropolitano de Áreas Verdes e Conectividade Ambiental; Estruturação dos corredores turísticos e ecológicos fluviais metropolitanos; Articular políticas públicas de restauração ambiental e desenvolvimento sustentável com a implantação de projetos de suporte à rede ambiental.

Além do PDUI-RMSJRP, considerando a relevância do planejamento integrado, várias políticas setoriais e seus instrumentos foram consultados durante a elaboração dos diagnósticos temáticos e regionais, dentre eles o **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC** e o **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)**. O ZEE merece especial atenção e foi uma importante referência para o diagnóstico, ao lado do PDUI-RMSJRP.

Segundo o Resumo Executivo do **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo-ZEE-SP** (2022), o Zoneamento Ecológico-Econômico é um instrumento técnico e político de planejamento e ordenamento territorial, previsto na Política Nacional e Estadual do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981 e Lei Estadual nº 9.509/1997) e na Política Estadual de Mudanças Climáticas (Lei Estadual nº 13.798/2009), que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território, considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica das diferentes regiões do território.

No Estado de São Paulo, sua elaboração é norteada por cinco diretrizes estratégicas, que foram estabelecidas com base em uma análise das principais demandas e desafios ambientais e socioeconômicos enfrentados

no Estado, bem como na identificação de oportunidades de desenvolvimento. São elas: Resiliência às Mudanças Climáticas (D1), Segurança Hídrica (D2), Salvaguarda da Biodiversidade (D3), Economia Competitiva e Sustentável (D4) e Redução das Desigualdades Regionais (D5).

2. DIAGNÓSTICO REGIONAL



Partindo das principais questões temáticas e dos eixos estruturantes, a análise transversal que apoia a elaboração do diagnóstico regional tem como principais objetivos a integração de estudos que estruturam um amplo quadro de referências e a identificação de estratégias para a orientação de políticas e investimentos públicos para cada região. E, partindo de itens comuns a todas as regiões, a metodologia permite também a identificação de desafios e oportunidades específicos para cada uma das nove regiões, orientando a priorização de ações.

Importante salientar que as análises transversais se baseiam também em planos, leis e programas já desenvolvidos em âmbito estadual e mesmo regional, com o intuito de realizar neste caderno uma análise regional e territorial dos temas abordados. O **PDUI de São José do Rio Preto**, elaborado em 2022, possui análises integradas que podem ser ampliadas e adaptadas para a região, ajudando na elaboração de indicadores, metodologias e temas específicos para a análise regional.

Outro exemplo recente é o **Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC**, consolidado em 2025, que define eixos temáticos abrangentes e estruturantes considerados para a elaboração deste caderno.

O PEARC, utilizando bases elaboradas no âmbito do **Zoneamento Ecológico-Econômico** do Estado de São Paulo (ZEE-SP) aponta projeções climáticas para um cenário crítico em 2050 que indica uma elevação da temperatura média anual, assim como aumento de períodos de estiagem maiores na Região de São José do Rio Preto do que em outras regiões do Estado. Essa projeção precisa ser considerada para a antecipação e orientação de políticas e planejamento territorial para a região como veremos adiante. Assim como o Eixo Transversal e Estruturante de Justiça Climática, que, no PEARC, focou em cinco dimensões: raça, gênero, idade, renda e povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Complementarmente, utilizaram-se bases de dados recentes que possibilitam o cruzamento de informações e uma análise transversal para alguns temas. Como exemplo, pode-se citar dados de evolução do uso da terra disponibilizados pela Plataforma MapBiomas cruzados com dados do censo de 2022 disponibilizados pelo IBGE.

Os **subeixos de análises multitemáticas** serão apresentados a seguir.

2.1 DINÂMICA AMBIENTAL

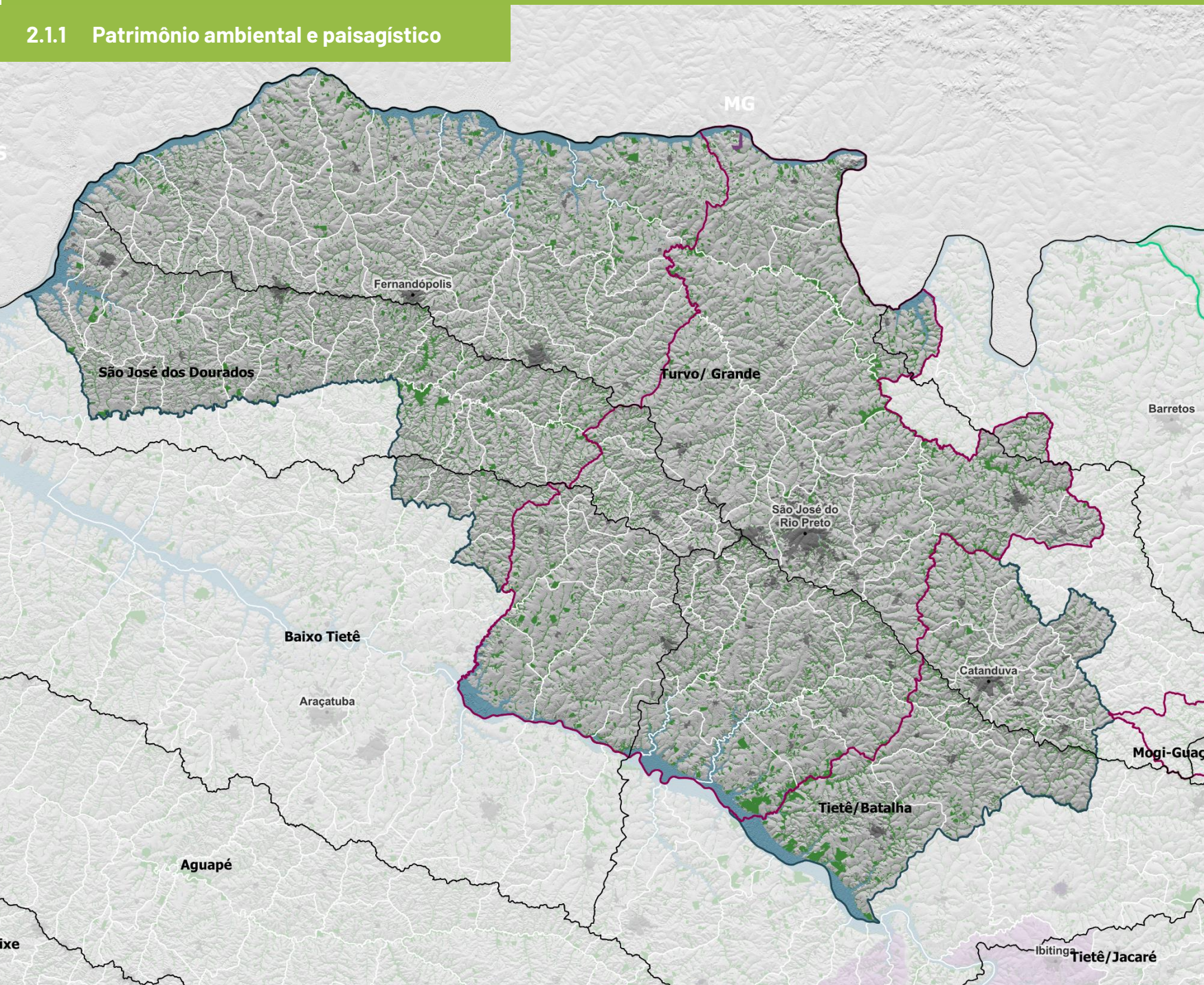
O diagnóstico da dinâmica ambiental na região de São José do Rio Preto baseou-se em indicadores que sintetizam os principais aspectos da situação do meio ambiente, bem como refletem o impacto das atividades humanas no território e a capacidade de resposta das políticas públicas relacionadas.

Esse eixo temático está organizado nos seguintes blocos: **patrimônio ambiental e paisagístico, instrumentos de proteção e conectividade, recursos hídricos, abastecimento de água e esgotamento sanitário, disposição de resíduos sólidos e matriz energética.**



Fonte: <https://www.cdhu.sp.gov.br/-/cdhu-realiza-plantio-de-mais-de-2-100-mudas-de-arvores-frutiferas-em-conjuntos-habitacionais>, acesso em junho de 2025.

2.1.1 Patrimônio ambiental e paisagístico



MEIO AMBIENTE E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Unidades de Conservação - Estaduais
(Fundação Florestal, 2022)

- Unidades de Conservação de Proteção Integral
- Unidades de Conservação de Uso Sustentável
- Inventário Florestal - Cobertura Vegetal Nativa (SEMIL, 2020)
- Limites UGRHs - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



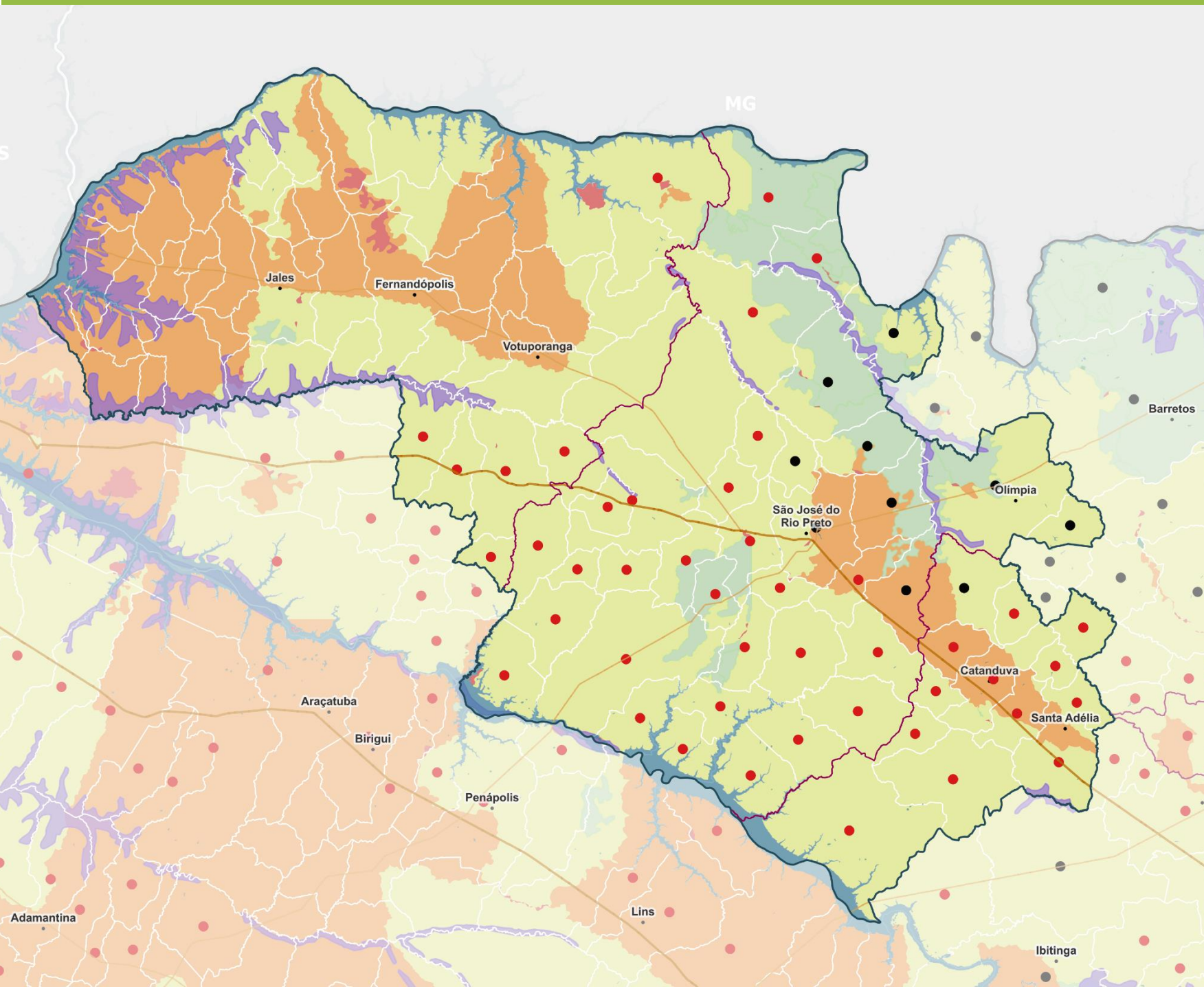
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

MEIO AMBIENTE VULNERABILIDADE

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Risco de incêndio florestal por município (Semil, 2022)

- Muito alto
- Alto

Porcentagem de Vegetação Nativa em APPs Hídricas ZEE (SEMIL, 2022)

- 0 - pior situação
- 0,25
- 0,5
- 0,75
- Áreas de Vulnerabilidade de Aquíferos (DAEE, 1997)
- Limites Municipais (São Paulo)

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Como apontado no diagnóstico do PDUI-RMSJRP⁴, a Região de São José do Rio Preto apresenta características singulares que exigem uma atenção especial à dinâmica ambiental local. A predominância histórica da agricultura e da pecuária, aliada à ausência de áreas legalmente protegidas, resultou em um **território com baixa cobertura de vegetação nativa**. Esse cenário intensifica os impactos ambientais, especialmente no contexto das mudanças climáticas.

Dentre os principais riscos ambientais e climáticos enfrentados pela região estão a perda de biodiversidade e habitats, a pressão sobre os recursos hídricos, a degradação do solo e a vulnerabilidade a riscos geológicos, sobretudo relacionados aos recursos hídricos. Esses fatores também reduzem a resiliência da região às alterações climáticas, destacando a **gestão dos recursos hídricos como um dos maiores desafios locais**.

Em função da subdivisão das bacias do estado, Cinco Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) incidem na região, fragmentando o território e seus municípios quanto à gestão de recursos hídricos. Os mananciais de água, tanto superficiais quanto subterrâneos, enfrentam crescente pressão devido às demandas do setor rural e do abastecimento público.

Com poucos remanescentes florestais de grande porte e uma configuração fundiária que limita a criação de áreas destinadas à preservação ambiental, a região encontra dificuldade em proteger as áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos essenciais. Em um território com expressiva fragmentação fundiária e múltiplos proprietários, a concentração do uso da terra por meio de arrendamentos para o cultivo de cana-de-açúcar, apesar de atender às exigências ambientais legais, apresenta pouca eficácia na mitigação das fragilidades ambientais.

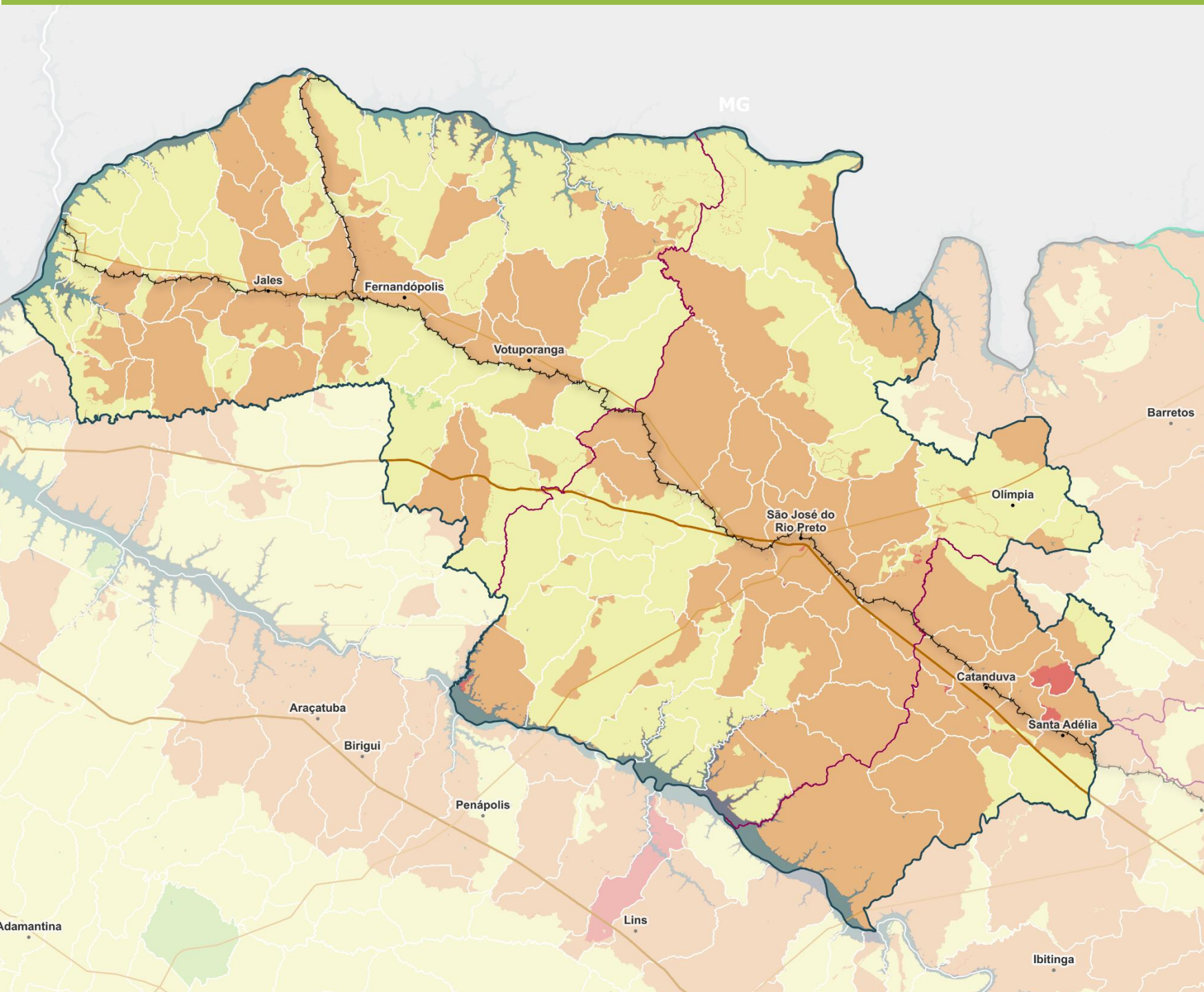
Mesmo em áreas legalmente protegidas, como as Áreas de Proteção Permanente (APPs) destinadas à preservação das margens dos rios, os esforços de recuperação e restauração ainda são insuficientes.

A estratégia do PDUH para aumentar a resiliência e promover a adaptação às mudanças climáticas na região de SJRP deverá se apoiar, como aponta o PDUI-RMSJRP, no aproveitamento e incentivo à recomposição das Áreas de Preservação Permanente (APPs) hídricas para o reforço da conectividade ecológica e do incremento de áreas prestadoras de serviços ecossistêmicos, em especial os hidrológicos.

⁴ https://rmsjrp.pdui.sp.gov.br/wp-content/uploads/P7_DIAGNOSTICO_RMSJRP_18102022.pdf

SALVAGUARDA DA BIODIVERSIDADE ZEE

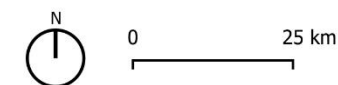
Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Salvaguarda da Biodiversidade (SEMIL, 2022)

- 1 - pior situação
- 2
- 3
- 4
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Limites administrativos
 - Limites Municipais
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A Salvaguarda da Biodiversidade é compreendida a partir da proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, visando a sustentabilidade da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (ZEE, 2023). Apresentada na **Carta Síntese da Diretriz 3 do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo**. Assim como em outras Diretrizes do ZEE, 5 no total, os valores finais foram divididos em cinco classes, sendo a classe 1 a mais crítica e a 5 a mais favorável para o alcance da Diretriz. De modo geral a região apresenta seu território nas classes 2 (de atenção) e 3 (intermediária), com algumas áreas esparsas em classe 1 (criticidade). As manchas urbanas de Catanduva, São José do Rio Preto, Votuporanga, Fernandópolis e Jales estão em classe 2.

Os **atributos que compõem a Carta Síntese da Diretriz 3** estão divididos em 3 grupos. No grupo de **“situação atual”** foram considerados a presença de cobertura vegetal nativa e de corpos hídricos, a avaliação do grau de conservação de biomas e ecossistemas, o grau de proteção de unidades de conservação (UC), o percentual de vegetação nativa em APPs hídricas, os índices de tamanho e proximidade de fragmentos de vegetação nativa e as espécies conhecidas e ameaçadas de flora e fauna.

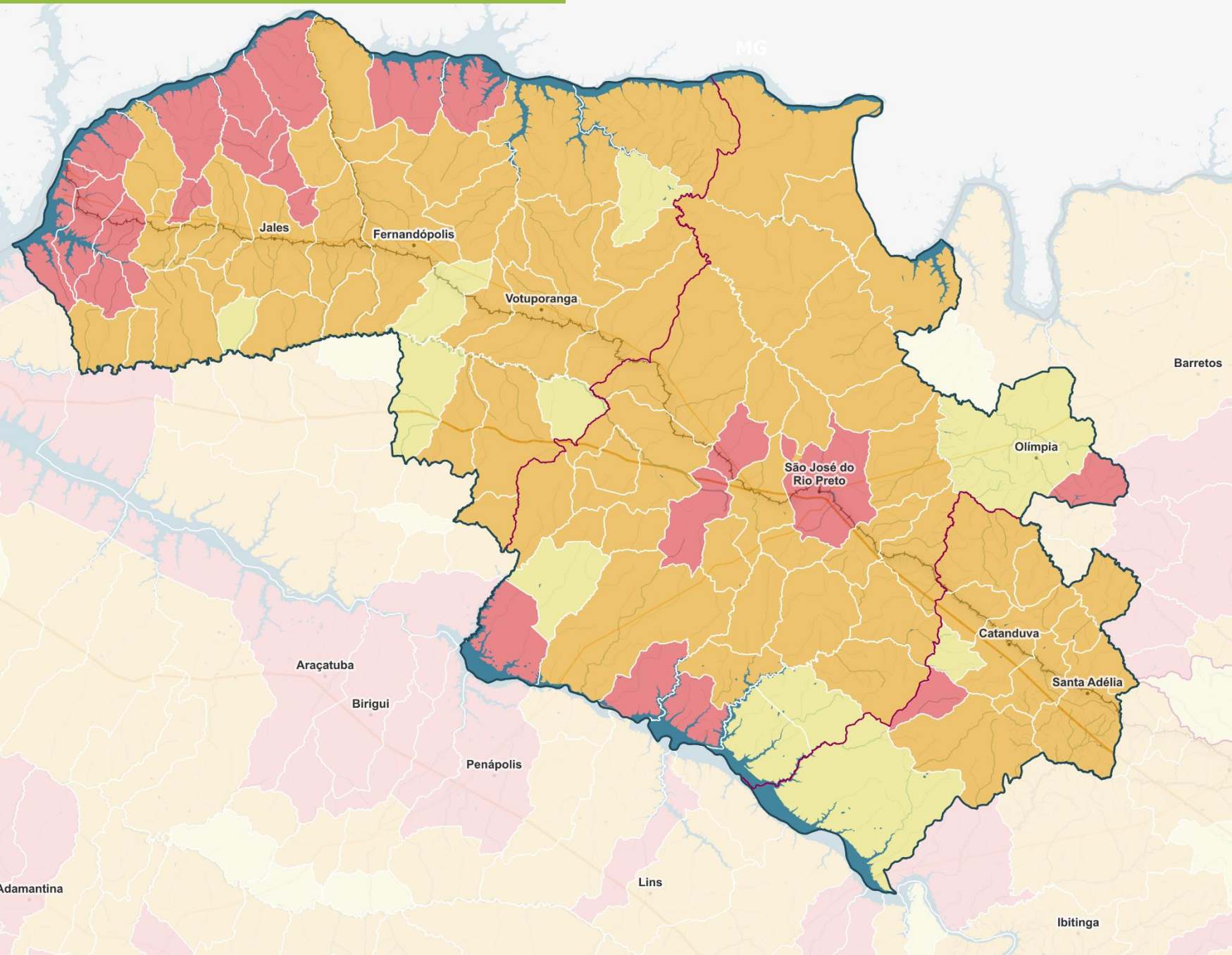
No de **“capacidade de resposta”**, foram considerados a presença e a gestão de áreas protegidas, as áreas prioritárias para criação de UCs, o mapa de incremento de conectividade do Programa BIOTA/FAPESP, as áreas prioritárias para restauração da cobertura vegetal nativa, a existência de políticas territoriais, a presença de infraestruturas e aprimoramentos na gestão da fauna silvestre e a adesão dos municípios a planos de combate a incêndios.

Para **“pressão”**, foram considerados a poluição hídrica, a supressão da vegetação nativa, as ocorrências de incêndios e queimadas, a presença de espécies exóticas invasoras, os registros de atropelamentos de fauna silvestre, a relação entre fragmentos de vegetação nativa e o uso do solo de seu entorno, o uso de agrotóxicos, as licenças para barramentos, o balanço hídrico, os Autos de Infração Ambiental (AIAs) relacionados à exploração ilegal da biodiversidade e dados demográficos.

Constata-se maior criticidade nos dois primeiros atributos, principalmente devido à baixa presença de cobertura vegetal e pequena quantidade de UCs.

Dada a menor densidade demográfica do que em outras regiões do Estado, os indicadores de “pressão” não são relativamente tão críticos. A biodiversidade sofrerá impacto das secas que se intensificam na região, e isso pode afetar os serviços ecossistêmicos e sua produção agrícola.

2.1.2 Instrumentos de proteção e conectividade



ÍNDICE DE COBERTURA VEGETAL NATIVA POR MUNICÍPIO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Índice de Cobertura Vegetal Nativa por Município (Semil, 2020)

≤10%

10% < a ≤15%

15% < a ≤20%

Corpos d'Água (IBGE, 2023)

Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Limites Administrativos

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

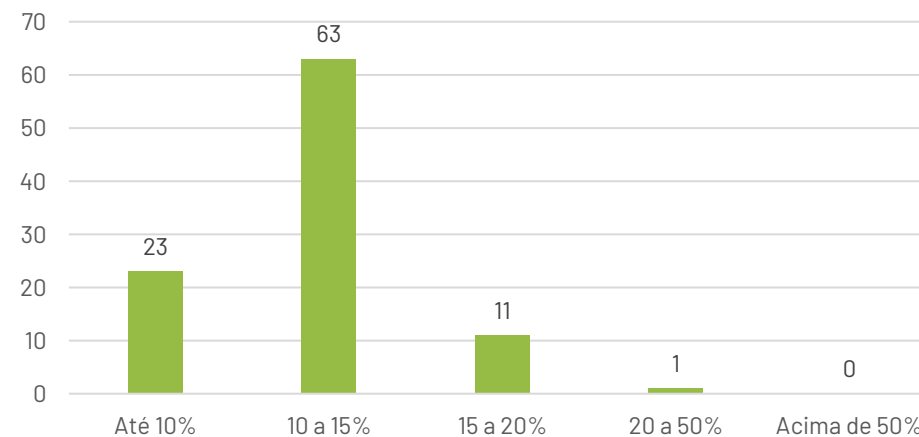
Elaboração: Fipec, 2025

Toda a região oeste e norte do Estado de São Paulo possui uma característica específica de forte alteração da cobertura vegetal natural do território. Historicamente, principalmente o bioma Cerrado foi intensamente explorado diante da indução à ocupação da região centro-oeste do Brasil e do Estado por meio do cultivo de culturas como o café e a cana-de-açúcar. A Região de SJRP também está inserida nesse contexto.

Dentre os 98 municípios, apenas um apresentou índice superior a 20% de cobertura vegetal e apenas 11 possuem índice de cobertura vegetal entre 15% e 20%, sendo que todos os outros 86 municípios ficaram abaixo desse percentual.

Nota-se, assim, um grande desafio em torno da definição de políticas públicas que possam ampliar a capacidade de restauração dos ecossistemas em ameaça.

Gráfico 4: Quantidade de municípios por categoria do índice de cobertura vegetal nativa



Fonte: Semil, 2020. Elaboração: Fipec, 2025.

Unidades de Conservação da Região de São José do Rio Preto

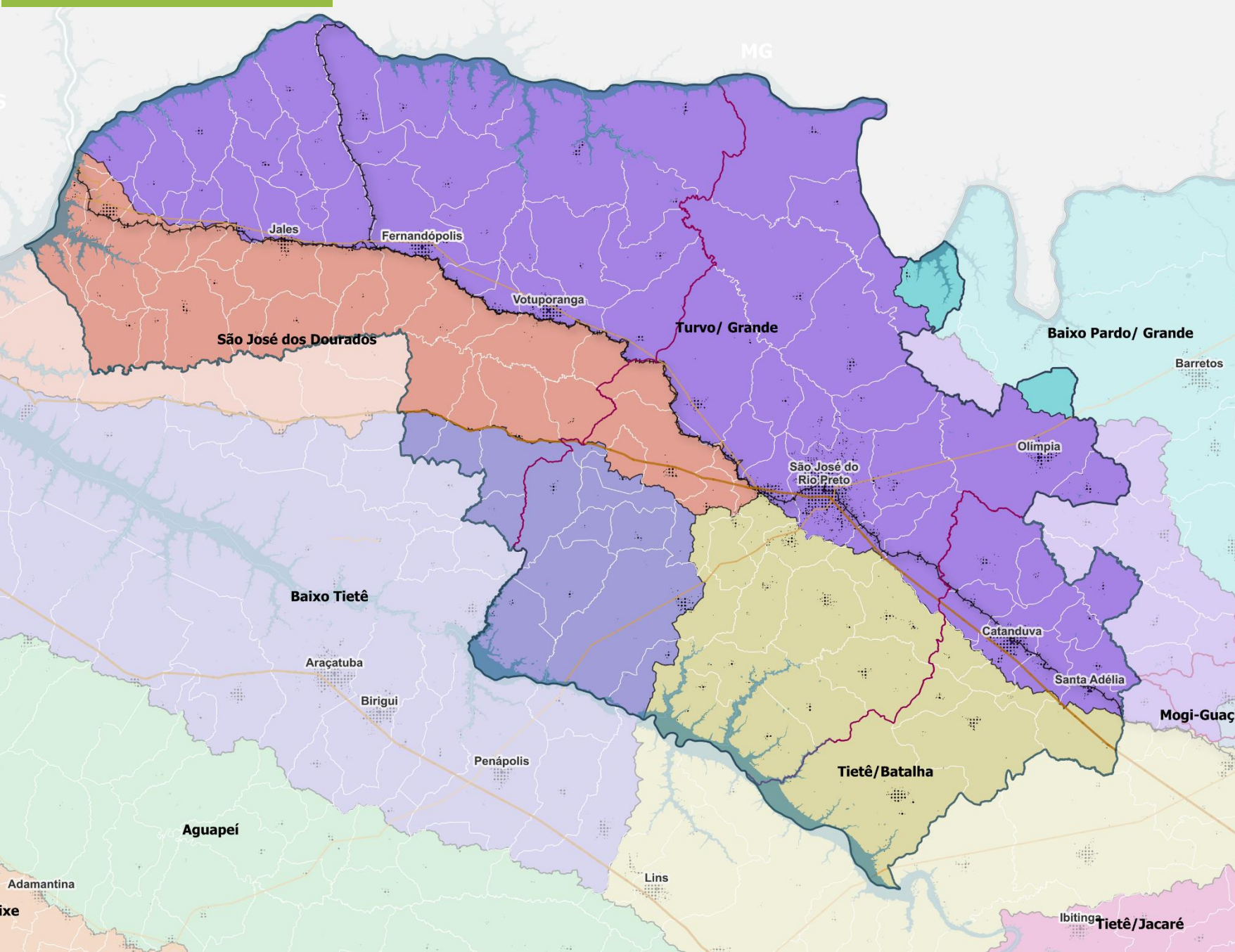
Nome	Município(s)	Categoria	Tipo	Área Total
Floresta Estadual do Noroeste Paulista	Mirassol e São José do Rio Preto	Floresta	Uso Sustentável	393 hectares
Estação Ecológica do Noroeste Paulista	Mirassol e São José do Rio Preto	Estação Ecológica	Proteção Integral	166 hectares
Parque Natural Municipal da Grotta de Mirassol	Mirassol	Parque	Proteção Integral	20 hectares
Estação Ecológica de Paulo de Faria	Paulo de Faria	Estação Ecológica	Proteção Integral	437 hectares

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, 2022.

Nesse cenário, a principal estratégia para induzir a restauração da cobertura vegetal nativa na região é utilizar instrumentos previstos no **Código Florestal**, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e no **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** (SNUC), Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, aplicáveis às propriedades rurais, como a delimitação orientada de **Reserva Legal** e a criação de **Unidades de Conservação** como **Reserva Particular do Patrimônio Natural** (RPPN) e **Monumentos Naturais** (MONA).

A Resolução SMA nº 146, 08 de novembro de 2017 é, também, uma importante orientação para políticas públicas de compensação da Reserva Legal, visto que ela estabelece como devem ocorrer os procedimentos de análise e as formas de implementação das ações.

2.1.2 Recursos hídricos



UNIDADES DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Limites UGRHs - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)

- Baixo Pardo/ Grande
- Baixo Tietê
- São José dos Dourados
- Tietê/Batalha
- Turvo/ Grande
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Corpos d'Água (IBGE, 2023)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

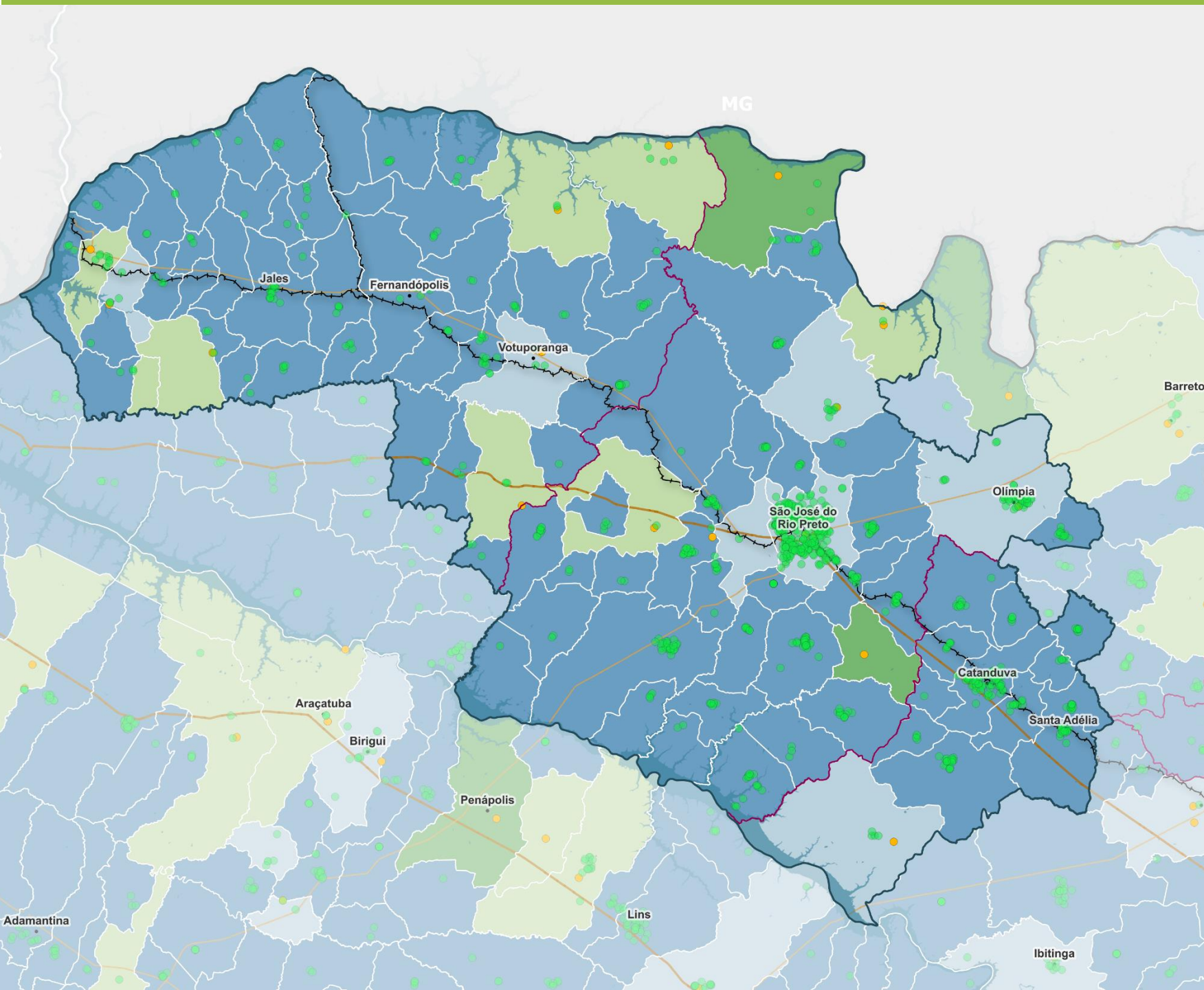
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



TIPOS DE MANANCIAL

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Tipo de Captação (ANA, 2021)

- Subterrânea
- Superficial

Tipos de Manancial (ANA, 2021)

- Preponderantemente Superficial
- Preponderantemente Subterrânea
- Exclusivamente Superficial
- Exclusivamente Subterrânea
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

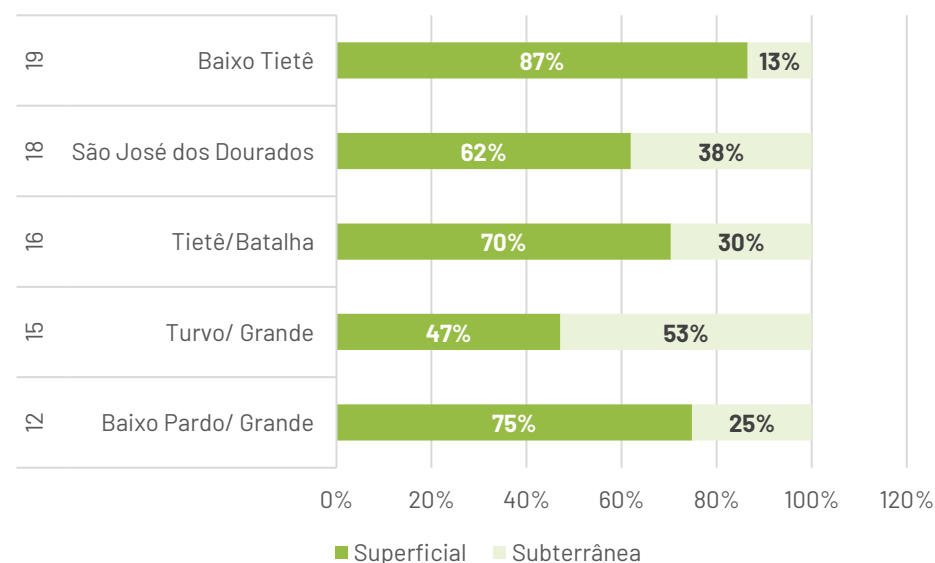
Quase todo o território da região está inserido no Aquífero Bauru, uma formação geológica de grande importância que se estende por boa parte do Estado de São Paulo e áreas vizinhas de outros estados brasileiros. Esse aquífero desempenha um papel essencial no abastecimento de água para diversas cidades e atividades econômicas da região, oferecendo, em geral, águas de boa qualidade, adequadas para múltiplos usos, como o abastecimento público e a irrigação. Contudo, a qualidade pode variar localmente devido à contaminação causada por atividades humanas.

Formado predominantemente por rochas sedimentares, especialmente arenitos, o Aquífero Bauru apresenta alta porosidade e permeabilidade, o que facilita a infiltração e o armazenamento de água. Trata-se de um aquífero livre ou freático, no qual a água subterrânea está em contato com a atmosfera por meio dos poros do solo. Sua recarga ocorre principalmente pela infiltração da água das chuvas.

Como uma fonte vital de água para cidades e comunidades rurais, o aquífero é considerado uma reserva estratégica, especialmente em períodos de estiagem. Contudo, enfrenta riscos significativos como a contaminação resultante da proximidade com áreas urbanas e industriais e a extração excessiva de água, que pode levar a seu esgotamento e à deterioração de sua qualidade.

Para garantir sua sustentabilidade e preservar sua disponibilidade para as gerações futuras, é essencial adotar medidas de gestão responsável como: monitoramento contínuo da qualidade da água; controle rigoroso da extração, evitando a sobre-exploração; proteção das áreas de recarga, com ações como o controle do uso do solo; e preservação e recuperação da vegetação nativa.

Gráfico 5: Porcentagem de água outorgada por tipo de manancial e por UGRHI (%)



Fonte: DAEE, 2023. Elaboração: Fipe, 2025.

O **Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH)** tem as bacias hidrográficas como referência para o planejamento e a gestão. As bacias hidrográficas, por sua complexidade e extensão, são divididas em Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs).

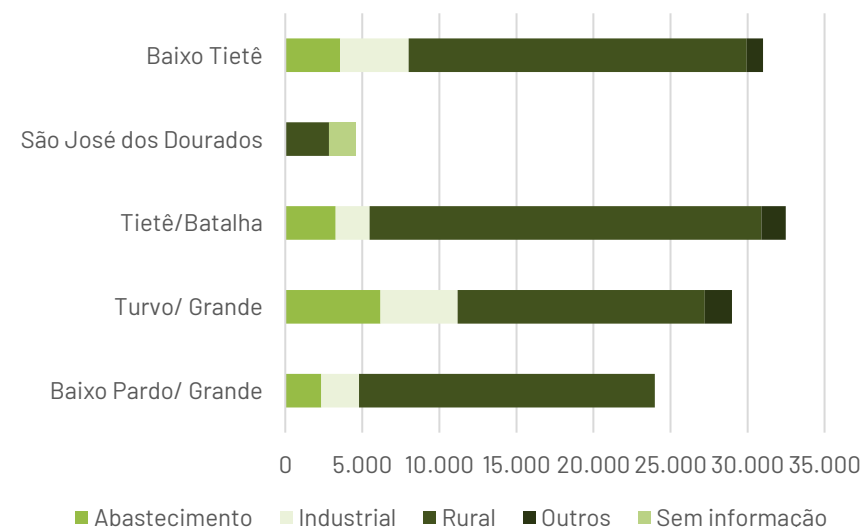
A Região de SJRP se projeta sobre cinco UGRHs: UGRHI-12 – Baixo Pardo/Grande, UGRHI-15 – Turvo/Grande, UGRHI-16 – Tietê/Batalha, UGRHI-18 São José dos Dourados e UGRHI-19 – Baixo Tietê. A maior parte do território da Região de SJRP pertence à UGRHI-15 com 53%, seguido da UGRHI-16 com 18%, UGRHI-18 com 17%, UGRHI-19 com 10% e UGRHI-12 com 1%.

Grande parte da população (74,60%) deste território está localizada na UGRHI 15 – Turvo/Grande, onde estão inseridos os municípios de São José do Rio Preto e de Catanduva. Na UGRHI –15 existem indústrias relevantes voltadas aos setores sucroalcooleiro, elétrico e de eletrodomésticos, móveis, automobilístico e artefatos de borracha.

Quatro Arranjos Produtivos Locais (APLs) de municípios da Região de SJRP estão localizados nessa UGRHI: mobiliário em Mirassol; joalheiro, tecnologia da informação e comunicação (TIC), e saúde e farmacêutico em São José do Rio Preto. Merecem destaque, também, os APLs de confecção de jeans em Urupês e de limão tahiti em Itajobi, na UGRHI 16 – Tietê/Batalha, e o APL voltado ao setor de piscicultura, em Santa Fé do Sul na UGRHI 18 – São José dos Dourados.

O setor agropecuário é muito diverso na UGRHI, com predominância dos cultivos de cana-de-açúcar, cítricos, manga, goiaba, cebola, mamona, algodão, mamão e coco-da-baía, além da produção de látex e de leite, bovinocultura, ovinocultura e aquicultura. A maior demanda de água na região é do setor rural.

Gráfico 6: Volume de água outorgado por setor de atividade e por UGRHI (m³/s)

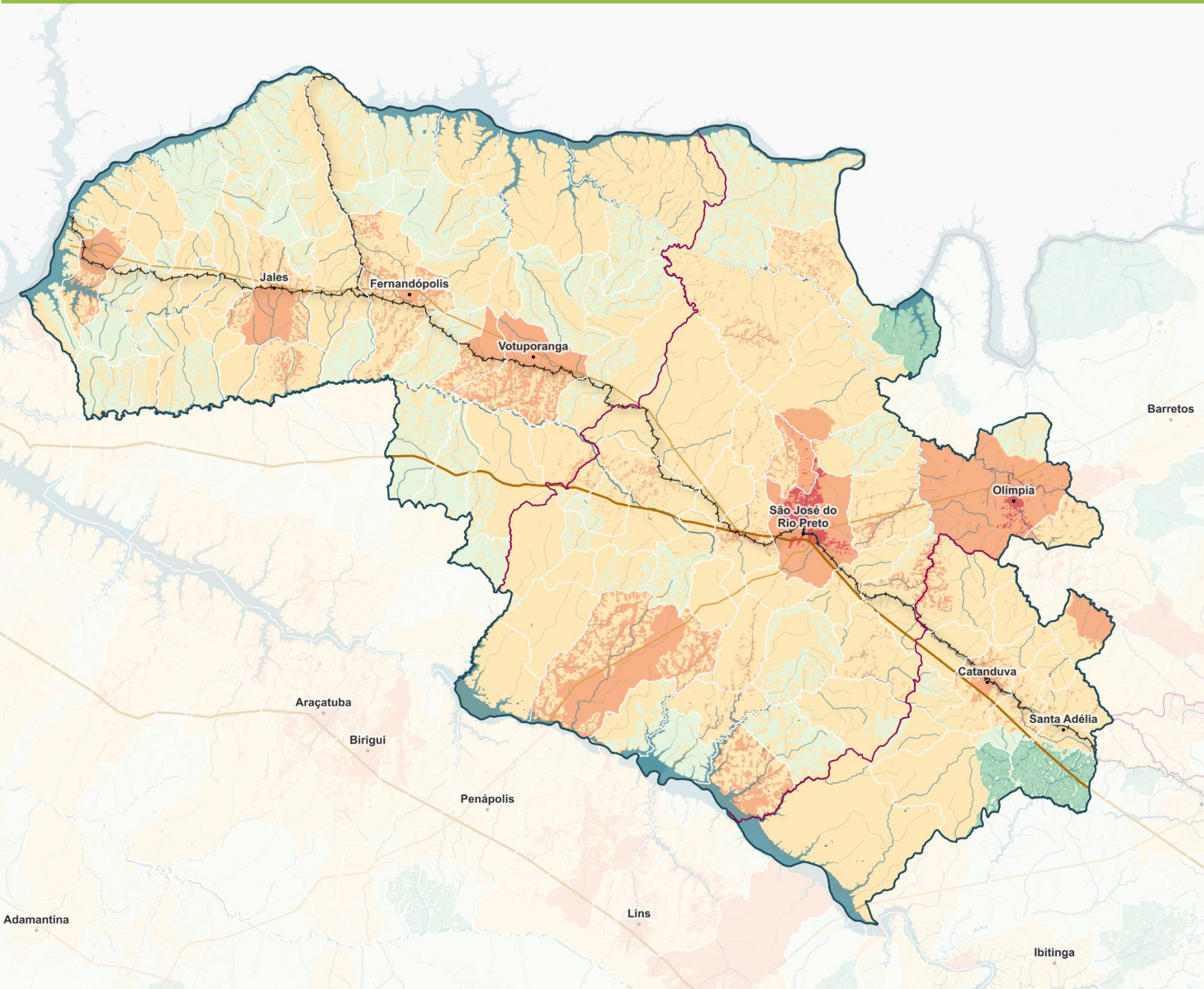


Fonte: DAEE, 2023. Elaboração: Fipe, 2025.

SEGURANÇA HÍDRICA - ZEE

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Segurança Hídrica - Zoneamento Ecológico-Econômico (SEMIL, 2021)

- 1 - pior situação
- 2
- 3
- 4 - melhor situação
- 5 - melhor situação
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A Diretriz 2 do ZEE, **Segurança Hídrica**, constitui a condição de garantia de oferta de água em qualidade e quantidade para os diferentes usos ao longo do tempo e que, portanto, atenda às necessidades humanas, propicie a conservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres e favoreça o desenvolvimento das atividades econômicas.

Na construção da Carta Síntese que representa a condição atual da Diretriz 2 – Segurança Hídrica foram utilizados indicadores que procuram caracterizar o cenário atual dos recursos hídricos, as pressões sobre estes e as políticas e/ou instrumentos de planejamento ambiental e territorial a eles relacionados.

Segundo as diretrizes do ZEE, embora a maior parte da região apresente resultado intermediário, alguns indicadores relativos à qualidade e quantidade de água têm desempenho crítico ou de atenção: densidade de nascentes, potencialidade dos aquíferos sedimentares livres e **disponibilidade hídrica segundo vazão de referência Q95%, cujo desempenho é o pior do Estado**. De modo geral são os indicadores relacionados à “situação atual” os que apresentam classe de criticidade ou de alerta.

Mesmo que, na síntese, a maior parte da região apresente situação intermediária, cabe destacar que as áreas de criticidade ou de alerta correspondem a importantes cidades da região, como Catanduva, Olímpia, São José do Rio Preto, Mirassol, Votuporanga, Fernandópolis, Jales e Santa Fé do Sul.

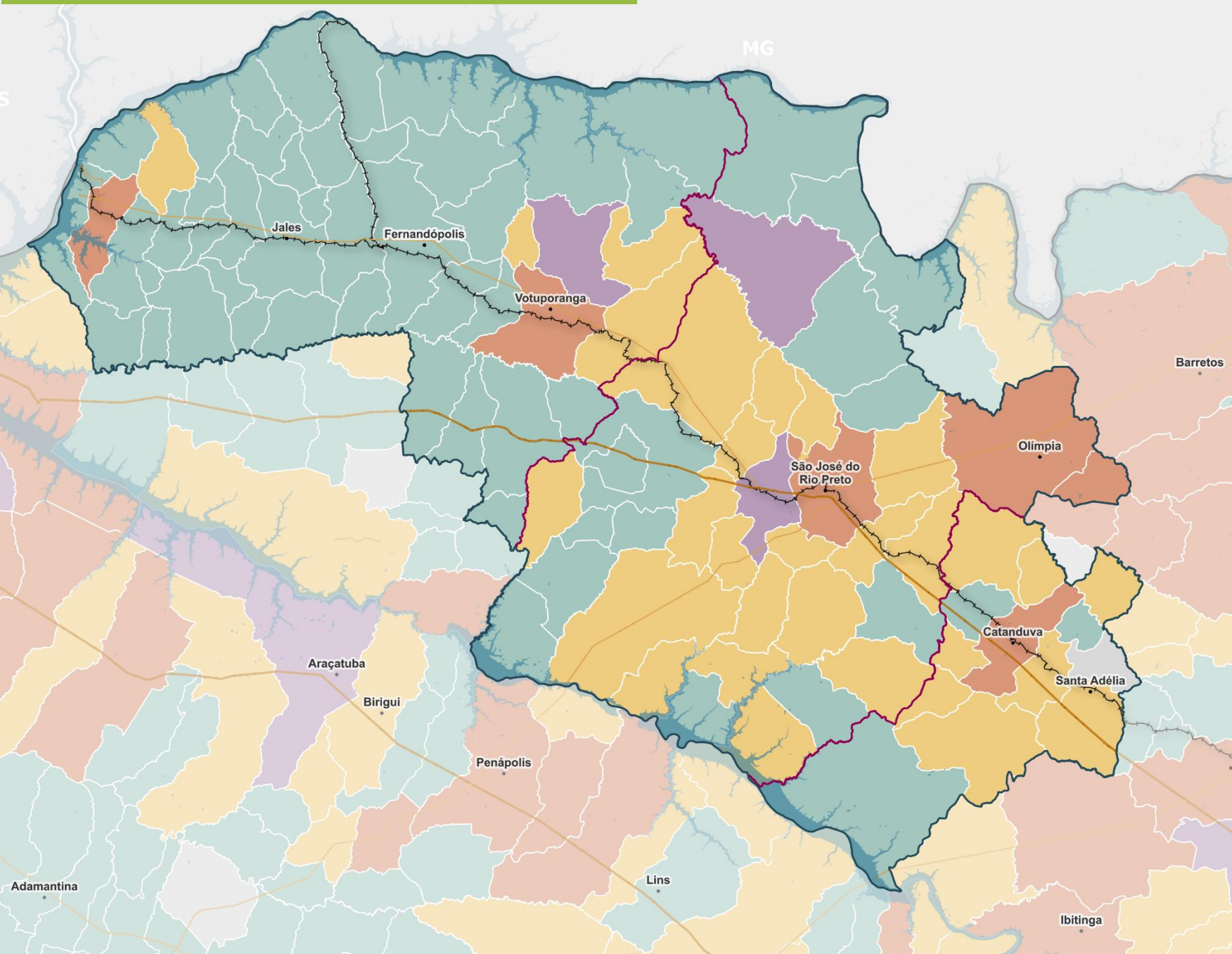
Considerando a importância da água subterrânea para o abastecimento público desta região, convém atentar para a situação do **Indicador de Potabilidade da Água Subterrânea (IPAS)** que, embora predominantemente intermediário, reflete desconformidades recorrentes na qualidade da água.

2.1.3 Abastecimento de água e esgotamento sanitário

PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Prestadores de serviços de água e esgoto (SNIS, 2021)

- Administração pública direta
- Autarquia
- Empresa privada
- SABESP
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

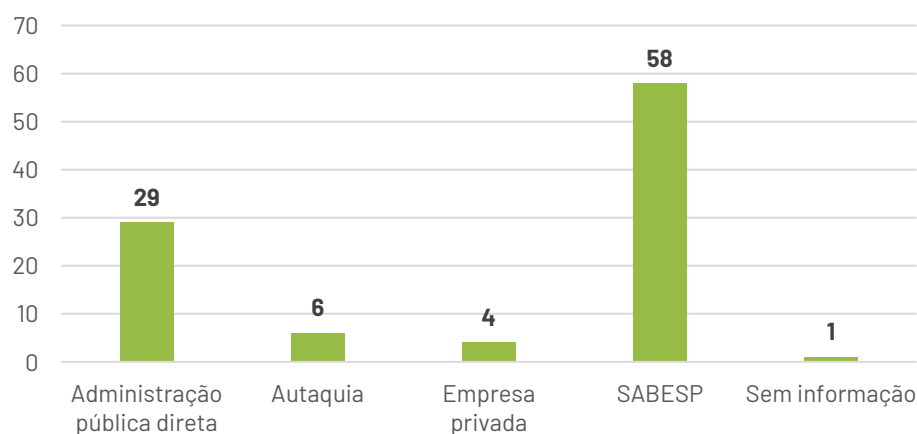
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A criação das **Unidades Regionais de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário** (URAEs) no Estado de São Paulo foi formalizada pela Lei nº 17.383, sancionada em 5 de julho de 2021. A legislação estabelece quatro URAEs, agrupando municípios para a prestação integrada de serviços de saneamento básico, a fim de promover a universalização e a eficiência desses serviços.

O objetivo da região dos serviços de água e esgoto é permitir a aplicação de subsídios cruzados entre municípios de uma mesma URAE, bem como o compartilhamento de infraestrutura. Nesse cenário, os municípios menores e com capacidade de investimento reduzida poderão ter apoio para alcançar a meta da universalização dos serviços de saneamento.

A **URAE 1** agrupou todos os municípios cujos serviços são prestados pela SABESP, e a **URAE 4 – Norte** incluiu o restante dos municípios da região de SJRP, ou seja, todos os municípios não atendidos pela SABESP. Nesse caso, a prestação dos serviços é feita através de gestão autônoma, pública ou privada.

Gráfico 7: Prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário



Fonte: SNIS, 2022.

Considerando a dispersão entre os municípios distribuídos entre essas duas URAEs, na região de SJRP os maiores desafios são a sua descontinuidade territorial e a dificuldade de se viabilizar a gestão integrada entre municípios envolvendo os 40 entes independentes.

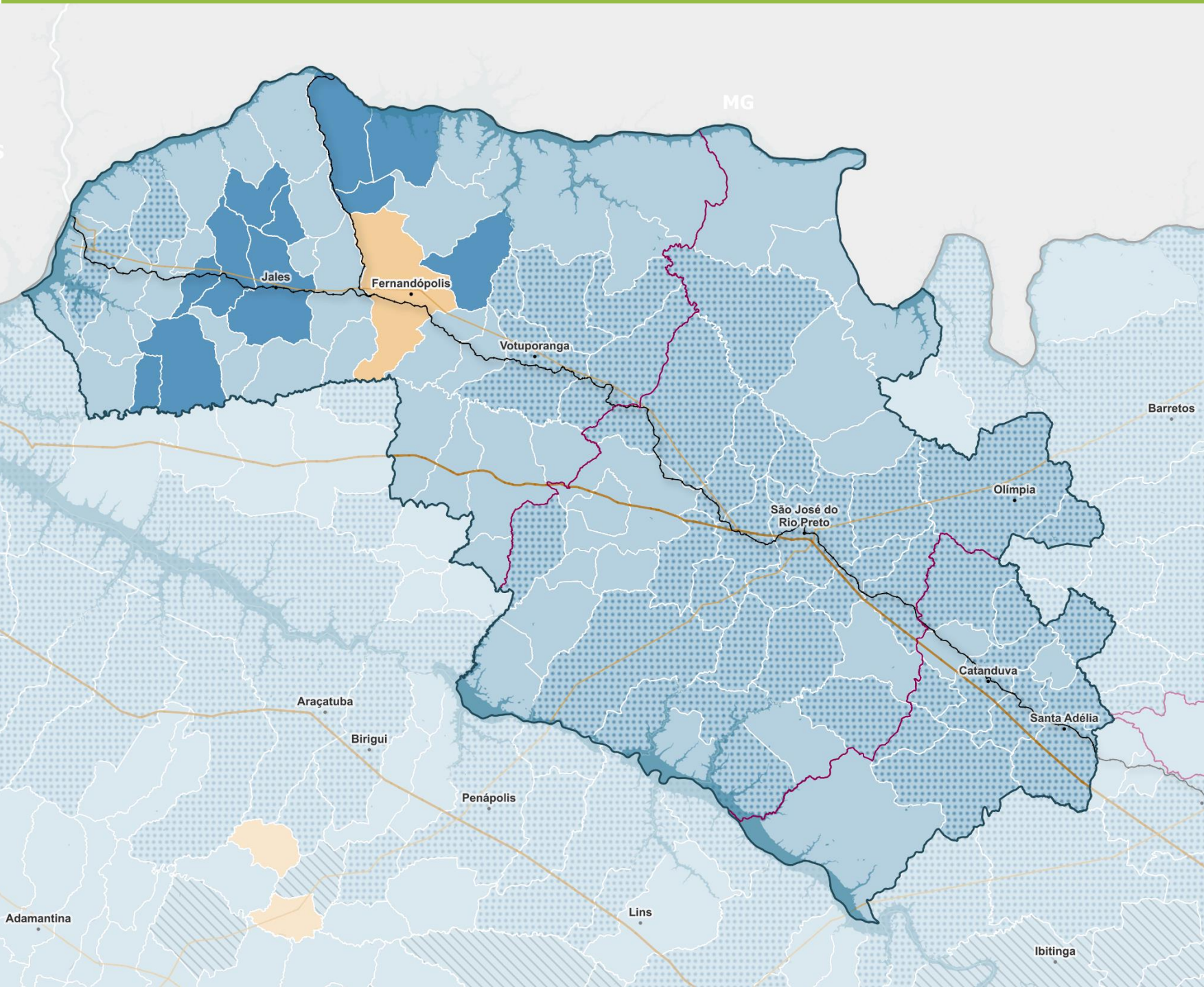
Como forma de incentivo à região estabelecida em 2021, de acordo com a referida Lei Estadual (art. 4º), os municípios deveriam formalizar a sua adesão em até 180 dias, para que fosse iniciado processo de definição da respectiva entidade de governança, bem como garantido o acesso a recursos federais.

Com relação à URAE 1, para a região de SJRP, em função da recente privatização da SABESP, formada apenas por duas Unidades, subjaz o risco de ampliação das desigualdades no acesso ao saneamento básico em função do descompasso dos investimentos essenciais, principalmente para os municípios e localidades mais vulneráveis.

Para as situações em que as administrações municipais têm autonomia na gestão de seu sistema de saneamento (URAE 4), os incentivos para a adesão regionalizada, tendo como intenção o equilíbrio e a sustentabilidade dos investimentos em infraestrutura, representam um grande desafio a ser coordenado pelo Estado, sendo o PDUH um instrumento potencialmente interessante para as ações coordenadas.

TIPO DE SISTEMA PRODUTOR

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Sistema Produtor (SEMIL, 2021)

- Integrado
- Integrado / Isolado
- Isolado

URAEs (SNIS, 2021)

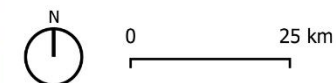
- 1
- 2
- 4
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2024)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Regiões Metropolitanas



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O termo **Sistema Produtor** refere-se a um conjunto de infraestruturas e operações destinadas à **captação, tratamento e distribuição de água para o consumo humano e outros usos**.

Um sistema produtor normalmente envolve várias etapas e componentes, como captação, tratamento, armazenamento e distribuição da água, bem como gestão e monitoramento. A operação do sistema produtor exige monitoramento contínuo da qualidade da água, do fluxo, da pressão nas redes e da demanda.

O controle eficiente é essencial para garantir que o sistema opere de maneira sustentável e atenda à população de forma adequada.

Todos os municípios da região de SJRP que contam com sistemas integrados são atendidos pela SABESP: Dolcinópolis, Guarani d'Oeste, Indiaporã, Jales, Marinópolis, Ouroeste, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pedranópolis, Santa Salete e Urânia (sistemas integrados) e Fernandópolis (sistema misto).

O Sistema Produtor de Fernandópolis é composto por um conjunto de infraestruturas e operações voltadas para o abastecimento de água da cidade de Fernandópolis e regiões adjacentes, sendo um exemplo de como os municípios podem integrar recursos hídricos e infraestrutura de saneamento para atender à demanda por água.

2.1.4 Patrimônio ambiental e paisagístico

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Abastecimento de Água (IBGE, 2022)

- 50 - 75%
- 75 - 90%
- 90 - 99%

IQA - Índice de Qualidade da Água (CETESB, 2023)

- Ótima
- Boa
- Regular
- Ruim

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

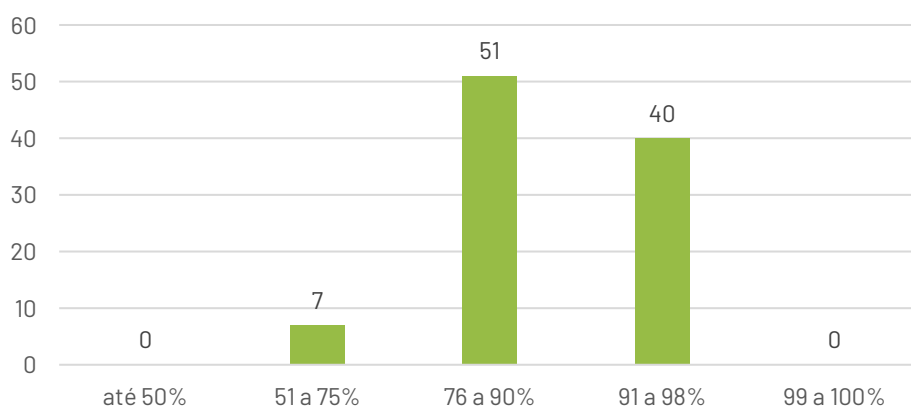
O novo marco legal do saneamento (Lei Federal 14.026/2020) determina, como meta, o atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável até 31/12/2033.

Na região de São José do Rio Preto, nenhum município atingiu a meta por enquanto, porém 40 apresentam bons indicadores, acima de 90%. Outros 51 municípios apresentam indicadores intermediários, entre 75% e 90%.

Merecem atenção os sete municípios com índices entre 51% e 75%: Pedranópolis, Ipiúá, Nova Canaã Paulista, Álvares Florence, Macedônia, Mira Estrela e Santa Salete.

É importante ressaltar que o novo marco legal incluiu a obrigatoriedade de inclusão da população rural nos Planos de Saneamento e contratos de concessão, o que deve melhorar esses indicadores.

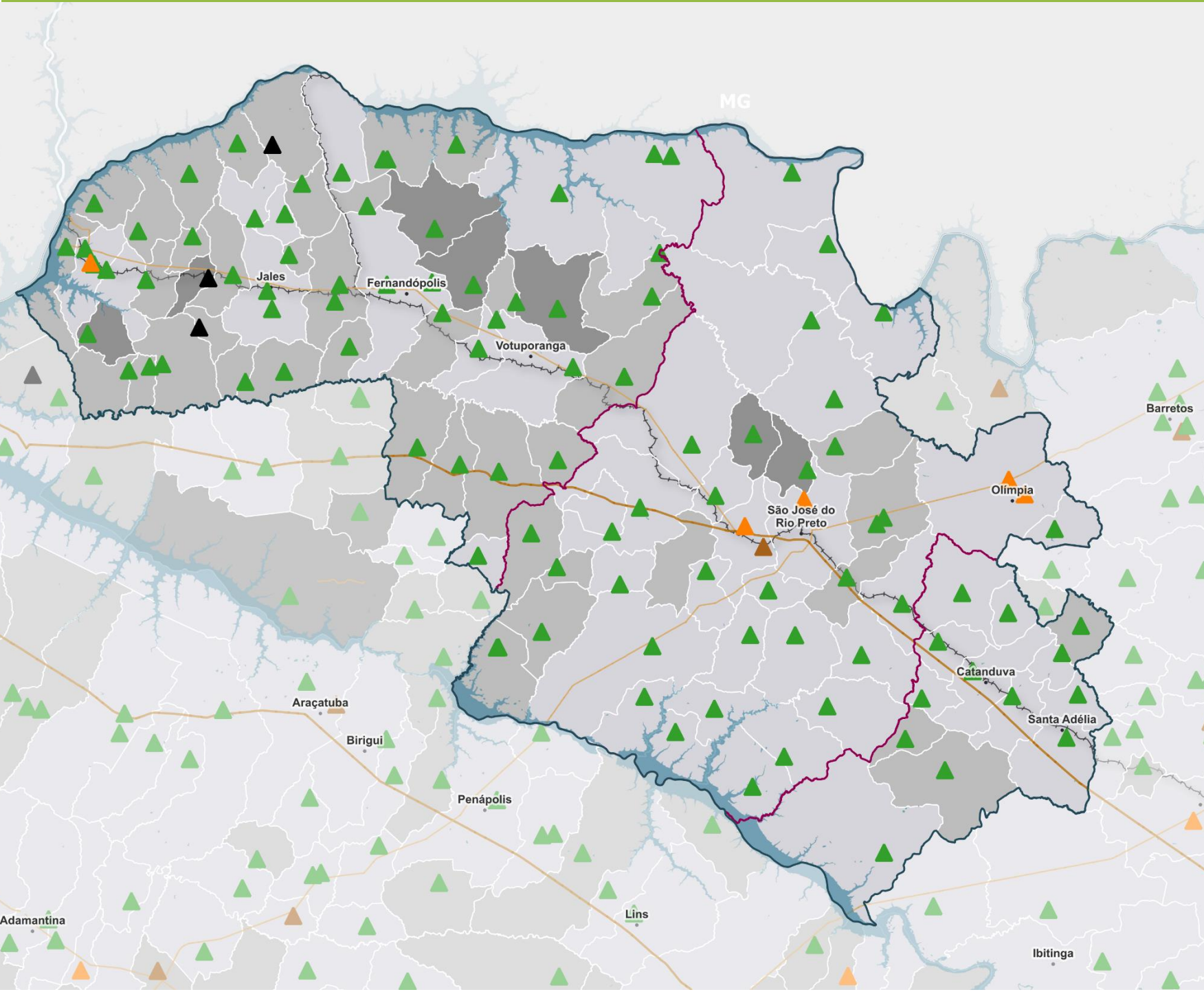
Gráfico 8: Municípios por faixa de atendimento de abastecimento de água



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Esgotamento Sanitário (IBGE, 2022)

- 50 a 75%
- 75 a 90%
- Acima de 90%

ETEs - Estações de Tratamento de Esgoto (ANA, 2019)

- Lodos Ativados
- Processos Simplificados
- Reatores Anaeróbios
- Sistemas de Lagoas
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU



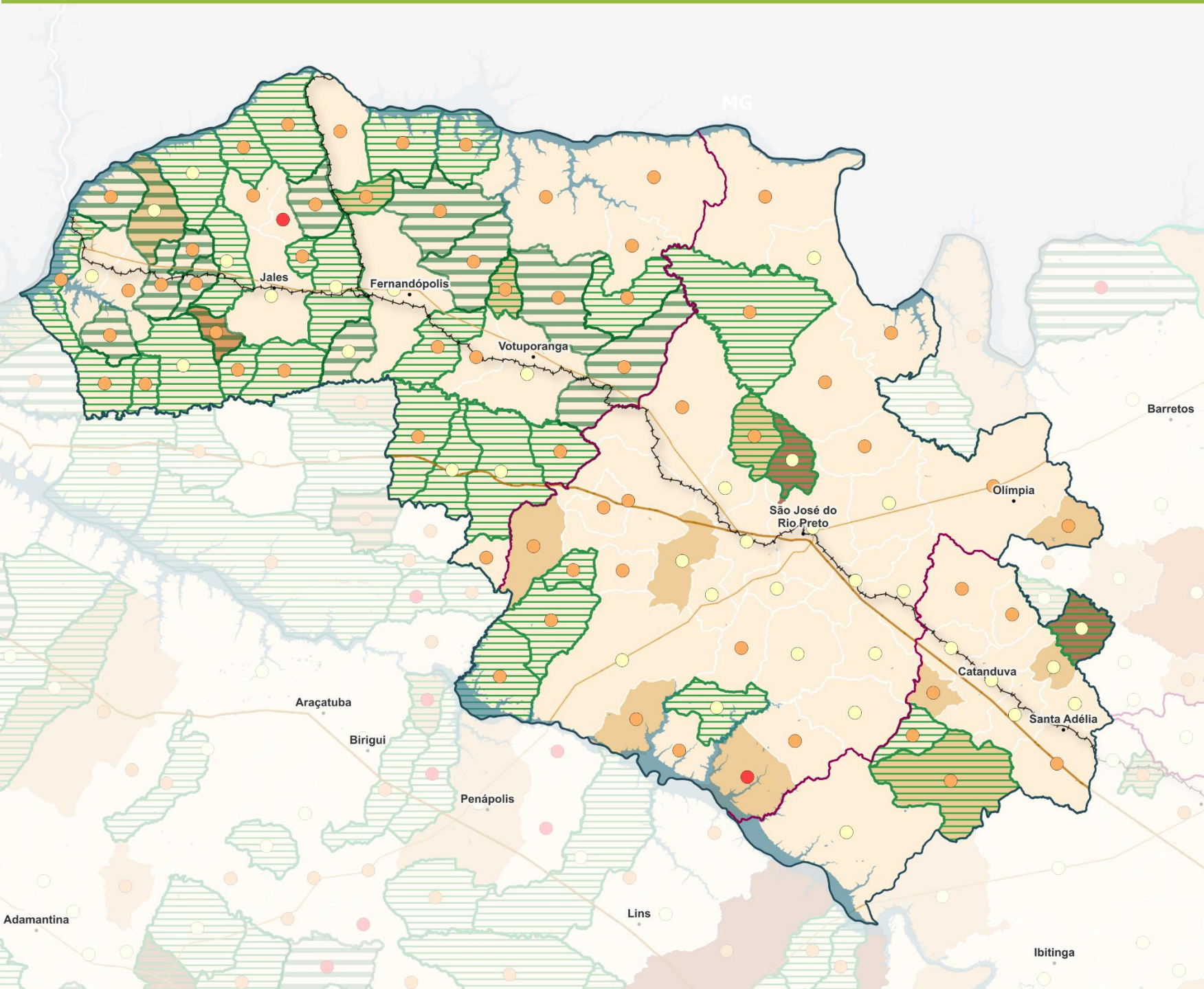
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

INDICADOR DE COLETA E TRATABILIDADE DE ESGOTO DA POPULAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO-ICTEM

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município -ICTEM (CETESB, 2022)

- 0,0 - 2,5
- 2,6 - 5
- 5,1 - 7,5
- 7,6 - 10

Porcentagem da população por faixa do CadÚnico

- Maior que 10% até 21,60% (média ESP)
- Maior que 21,60% até 35,25% (média BR)
- Maior que 35,25% até 50%

Porcentagem de domicílios rurais (Censo, 2022)

- 10 a 20%
- 20 a 73%
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O novo marco legal do saneamento também determina como meta o atendimento de 90% da população com esgotamento sanitário (coleta e tratamento) até 31/12/2033.

Na região de São José do Rio Preto, 41 municípios atingiram a meta de coleta, dentre eles São José do Rio Preto, Catanduva e Fernandópolis. Merecem especial atenção os oito municípios com indicadores abaixo de 76%: Pedranópolis, Ipiguá, Nova Canaã Paulista, Álvares Florence, Mirassolândia, Macedônia, Santa Salete e Mira Estrela.

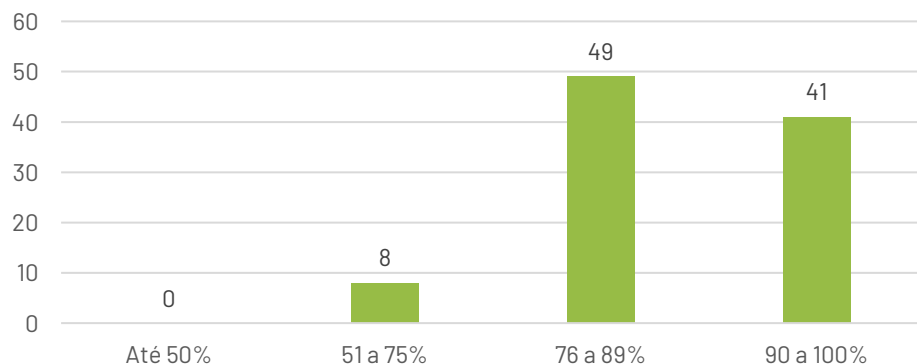
O novo marco legal incluiu a obrigatoriedade de inclusão da população rural nos Planos de Saneamento e contratos de concessão, o que deve melhorar esses indicadores.

resíduos gerados no tratamento; e) O não desenquadramento da classe do corpo receptor pelo efluente tratado e lançamento direto e indireto de esgotos não tratados.

O indicador varia de 0 a 10, onde quanto maior o valor melhor a situação.

Na região de SJRP, de acordo com o ICTEM, os seguintes municípios merecem atenção: i) Ipiguá e Paraíso, com valor do ICTEM **menor que 2,5**; ii) São Francisco, com **valor entre 2,6 e 5**; iii) Elisiário, Guarani D'Oeste, Itajobi, Palmares, Parisi, Macaubal, Mirassolândia, Neves Paulista, Sales, Santa Rita d'Oeste e Uburana, com valores **entre 5,1 e 7**.

Gráfico 9: Municípios por faixa de atendimento de esgoto



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

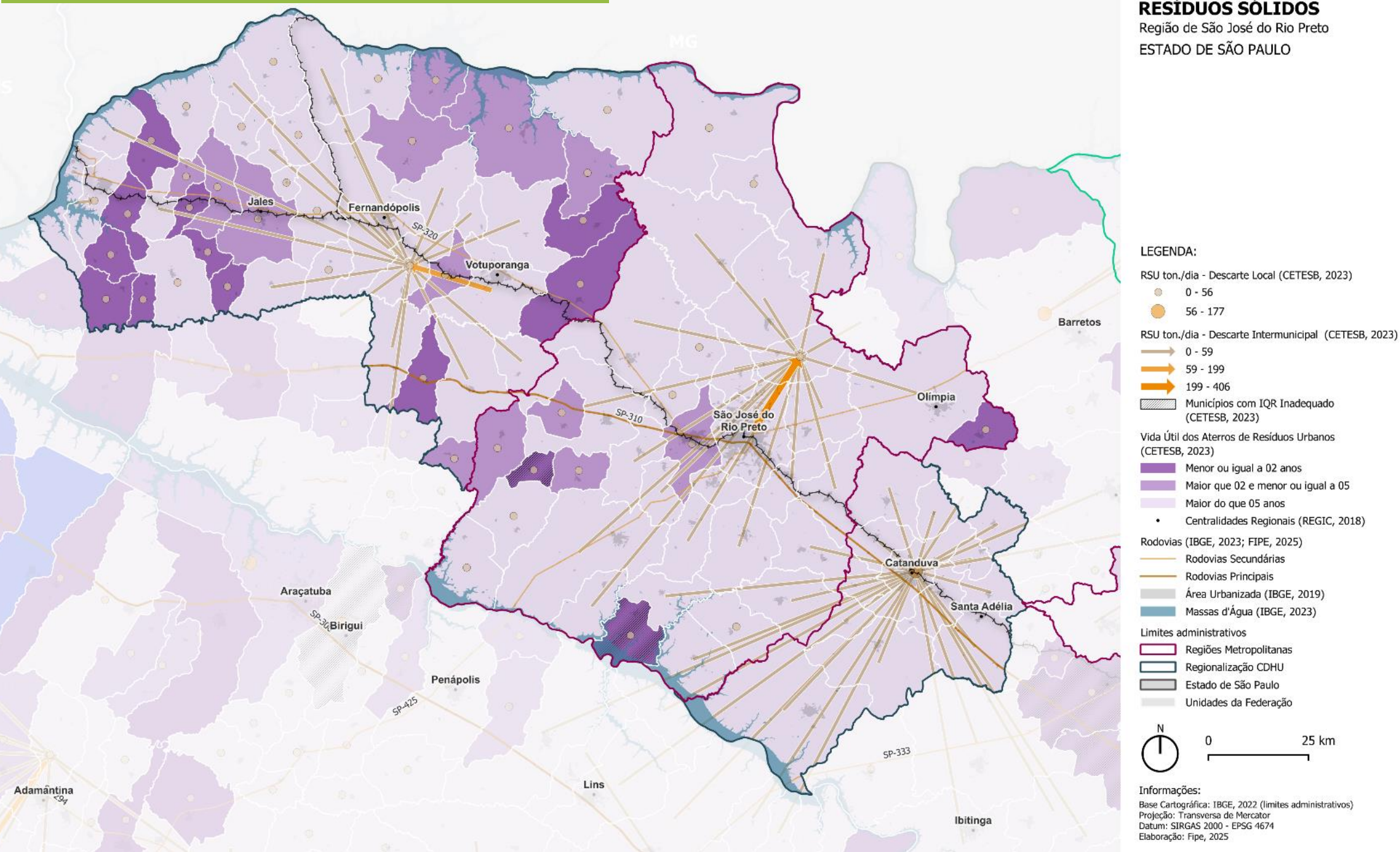
Como a meta não se restringe à coleta, mas também considera o tratamento do esgoto coletado, para avaliar a situação do tratamento de esgoto foi utilizado o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM).

O ICTEM é formado por cinco elementos: a) Coleta; b) Existência e eficiência do sistema de tratamento do esgoto coletado; c) A efetiva remoção da carga orgânica em relação à carga potencial; d) A destinação adequada de lodos e

2.1.5 Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos

PANORAMA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



Segundo o **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Urbanos** (CETESB, 2023), o Estado de São Paulo apresenta 604 municípios que dispõem os resíduos urbanos de forma adequada segundo o **índice de Qualidade de Aterro de Resíduos (IQR)**, o que representa 95% do total estadual⁵. Na região CDHU de São José do Rio Preto, dos 98 municípios, 96 (98%) dispõem seus resíduos de maneira adequada, valor levemente acima da média estadual.

No que diz respeito à quantidade de resíduos sólidos urbanos descartados, 98,4% do total estadual é depositado em locais adequados, enquanto na região CDHU de São José do Rio Preto, este número é de 98%.

Os municípios de Adolfo e União Paulista apresentam índices baixos de IQR, sendo 3,2 e 4,8 respectivamente, o que os classifica como inadequados. Tanto Adolfo quanto União Paulista dispõem seus resíduos em aterros locais, que apresentam vida útil inferior a 2 anos. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2022) ambos os municípios apresentam população total atendida por coleta domiciliar abaixo dos índices estadual (97,51%) e da nacional (90,4%). Somente 89,63% da população de Adolfo é atendida por coleta domiciliar, enquanto em União Paulista este valor é ainda menor, 73,3%.

De todos os municípios da região CDHU de São José do Rio Preto, 45 (46%) dispõem seus resíduos localmente, ou seja, no próprio município. Dos 53 (54%) municípios que dispõem seus resíduos em outros locais, todos são enviados para municípios vizinhos, pertencentes à própria região, sendo o Arranjo Populacional (AP) de Catanduva o principal destino (19 municípios), seguido pelo AP Onda Verde (17 municípios) e AP Meridiano (16 municípios). Por fim, Santa Fé do Sul também recebe resíduos de somente um município, Rubinéia.

Com relação à vida útil dos aterros sanitários regionais, **14 estão em situação crítica**, com vida útil menor ou igual a 02 anos, enquanto 13 apresentam vida útil maior que 02 anos e menor ou igual a 05 anos. Os demais aterros regionais (70) apresentam vida útil maior do que 05 anos. De todos os municípios que

apresentam aterros em situação crítica, nenhum deles recebe descarte de resíduos de municípios vizinhos, sendo o descarte totalmente local.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei Federal nº 12.305/2010 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010 e pelo Decreto Federal nº 10.936/2022) dispõe sobre os princípios, objetivos e instrumentos, bem como as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos.

A PNRS define que compete aos Estados promover a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, bem como incentivar a região dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

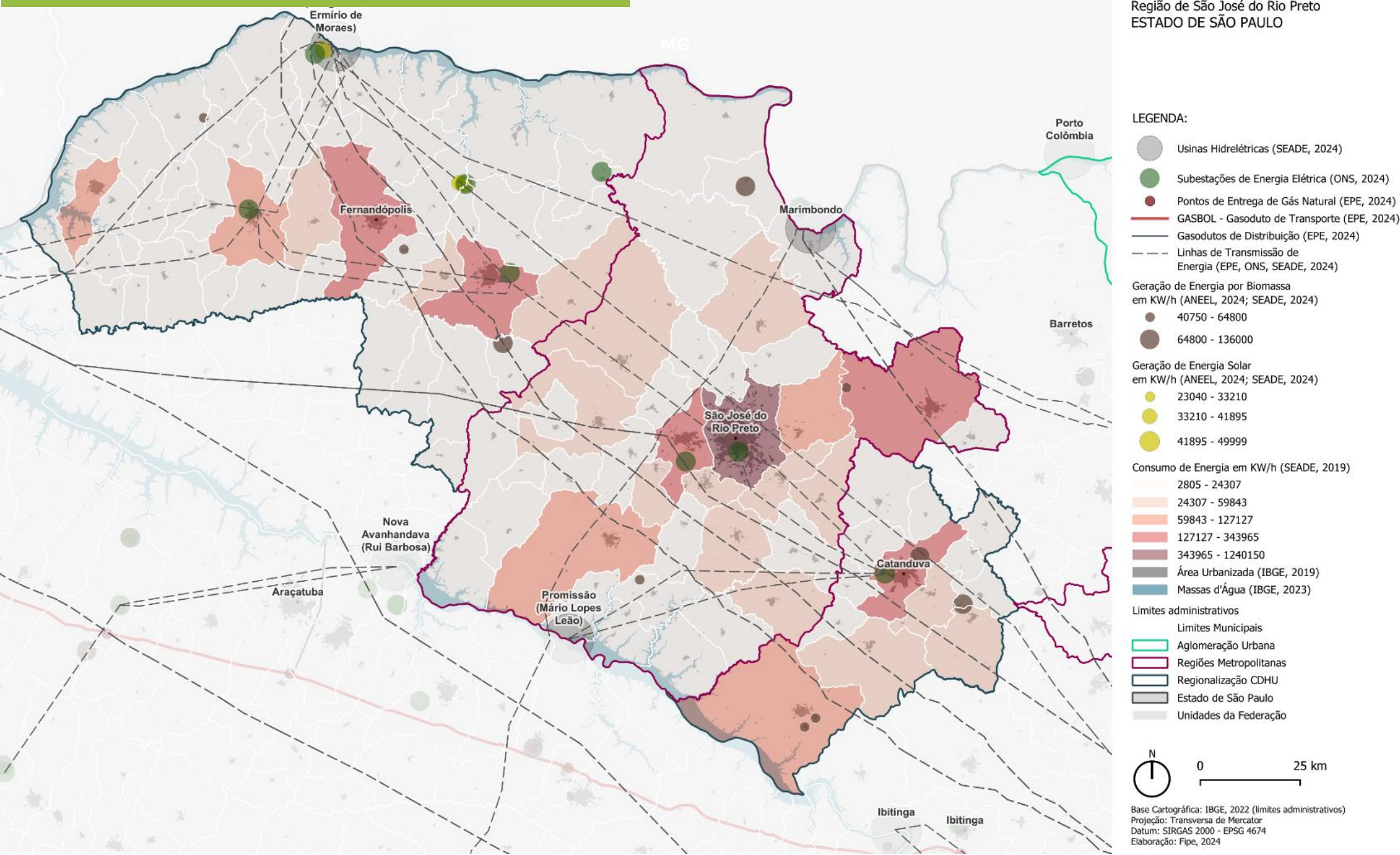
O panorama dos fluxos intermunicipais de resíduos sólidos apresentado demonstra que, para que se atinjam os objetivos da PNRS, é necessária a adoção de uma gestão regionalizada por meio de arranjos intermunicipais que viabilizem soluções mais sustentáveis para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos urbanos na região.

⁵ Consideram-se apenas 636 municípios nesta conta, devido ao fato de os municípios de Andradina, Aramina, Arapeí, Bananal, Buritizal, Ituverava, Jeriquara, Mirandópolis e Ribeira disporem seus resíduos fora do Estado de São Paulo.

2.1.6 Consumo, geração e diversificação da matriz energética

MATRIZ ENERGÉTICA

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



Assim como o Estado de São Paulo, a maioria da energia consumida pelos municípios da região de SJRP é gerada por hidrelétricas. A região conta com a existência de 3 usinas hidrelétricas de alto desempenho operacional, sendo elas Marimbondo e Água Vermelha, que estão localizadas na divisa de São Paulo e Minas Gerais, e a Usina Mário Lopes Leão (Promissão), que fica entre os municípios de Promissão e Ubarana.

A energia gerada é destinada a região sudeste do Brasil através das linhas de transmissão e subestações, conforme destacado no mapa.

O município de Ouroeste também abriga duas outras usinas, estas de geração de **energia fotovoltaica**, a Água Vermelha VI e Boa Hora 1. Há ainda a usina fotovoltaica de Pedranópolis 1, localizada no município de mesmo nome, também relevante na geração de energia para a região.

Conforme destacado no PDUI-SJRP, a região tem grande potencial relacionado à geração de energia a partir de **biomassa**. Atualmente conta com a existência de 4 grandes **usinas termelétricas a biomassa** para a produção de energia, são Colombo Ariranha (em Ariranha), Moema (em Orindiúva), Catanduva I (no município de mesmo nome) e Sebastianópolis I (município de mesmo nome).

A geração de energia por biomassa, além de ser uma fonte renovável que colabora na diminuição de emissão de poluentes e apresenta grande ganho do ponto de vista ambiental, é uma forma de aproveitamento da produção da própria região, que se destaca pelo cultivo e produção de cana-de-açúcar. Conforme mencionado anteriormente, a produção de cana-de-açúcar teve aumento de 255% entre os anos de 2003 e 2023 na região.

Com relação ao consumo energético, o Arranjo Populacional (AP) de São José do Rio Preto destaca-se como o principal consumidor, seguido por Fernandópolis, Mirassol, Catanduva, Olímpia e Votuporanga. Olímpia, mesmo com fluxo aproximado de 3 milhões de pessoas ao ano por conta de seu parque aquático, não se destaca como grande consumidor de energia.

2.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL

O eixo Desenvolvimento socioterritorial promove análises integradas entre aspectos **demográficos, econômicos, sociais e espaciais**, visando dar subsídios para a leitura das características de desenvolvimento desta porção do território paulista.

Neste sentido, apresenta cruzamento de dados provenientes de diagnósticos dos Cadernos Temáticos de Dinâmica econômica e demográfica; Dinâmica urbana e centralidades; Infraestrutura urbana e social; e Transporte e Mobilidade.

Nesta região, destaca-se a importância da região metropolitana de São José do Rio Preto (RMSJRP), instituída em agosto de 2021, que tem representação significativa na agropecuária, determinante para o crescimento de segmentos industriais relacionados a esta atividade, que são predominantes em toda a região.

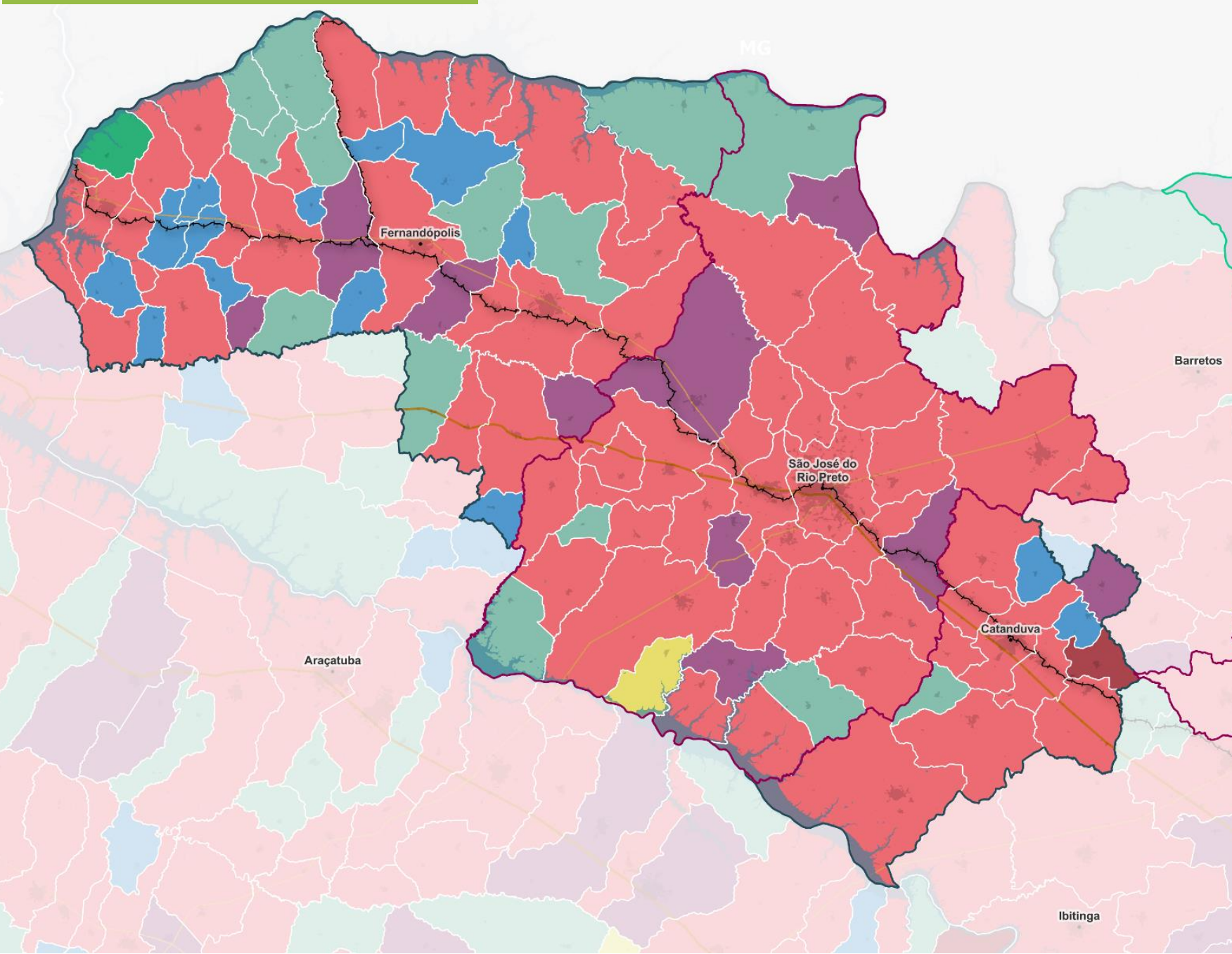
No entanto, o município sede ainda concentra a maior parcela da produção econômica e dos equipamentos sociais, o que aponta para a necessidade de políticas públicas que visem o desenvolvimento econômico e o espraiamento de oportunidades, não somente das municipalidades pertencentes à RMSJRP, mas também das demais cidades que constituem a região.

Ressalta-se, ainda, a presença dos polos regionais localizados fora da região metropolitana – Catanduva, Votuporanga e Fernandópolis –, de grande relevância no que tange a atividade econômica, constituindo, igualmente, focos de oportunidades de emprego e centros de equipamentos sociais.



Fonte: CDHU – Empreendimento Marte Santa Catarina, em São José do Rio Preto.

2.2.1 Perfil econômico dos municípios



ATIVIDADE DE MAIOR VALOR ADICIONADO

Região de São José do Rio Preto

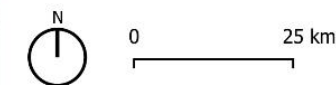
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Atividade com maior valor adicionado bruto (IBGE, 2021)

- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
- Produção florestal, pesca e aquicultura
- Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- Indústrias de transformação
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Demais serviços
- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Agglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

ATIVIDADE DE MAIOR VALOR ADICIONADO

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

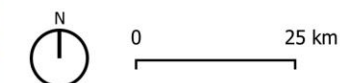
Atividade com maior valor adicionado bruto (IBGE, 2021)

- Agricultura, inclusive apoio à agricultura e a pós colheita
- Produção florestal, pesca e aquicultura
- Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação
- Indústrias de transformação
- Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas
- Demais serviços
- Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social

- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)

- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

- Limites Municipais
- Aglomerado Urbano
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A região de São José do Rio Preto responde por **2,5% do PIB paulista**, com destaque à atividade agropecuária, que representa 10,2% do Valor Adicionado (VA) do setor no Estado e 7,7% do VA da região.

Os serviços correspondem a 2,6% do VA do setor no Estado de São Paulo, equivalendo a 72,9% do VA da área analisada, o que coloca a região com a **segunda maior participação dos serviços** no total do VA regional, atrás apenas da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). No entanto, é importante ressaltar que estes serviços são os de alimentação, transporte, serviços pessoais e domésticos, entre outros, e predominam, na distribuição setorial do VA, na maioria dos municípios do Estado.

Por sua vez, **a indústria representa 2,3% do VA do setor no Estado**. Considerando a composição do VA da região, equivale a 19,4% da totalidade, sendo a segunda participação mais baixa entre as regiões CDHU, superior apenas à da RMSP.

Quando se analisa o PIB dos municípios em relação à região, destaca-se São José do Rio Preto, que detêm 40% do PIB regional, seguido por Catanduva (7,7%) e Votuporanga (5,7%).

Em 58,2% dos municípios da região, a atividade com maior valor adicionado bruto é a de “demais serviços”, enquanto em 14,3% é a agricultura, incluindo as atividades de apoio e a pós-colheita. A administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social é a principal atividade em 14,3% das cidades e a indústria de transformação é o setor de maior participação em 10,2% dos municípios.

Considerando o segundo maior valor adicionado bruto dos municípios, predominam também os “demais serviços” (36,7%), seguidos pelas atividades de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social em 29,6% das localidades, distribuição condizente com o padrão de municipalidades de pequeno porte, que são maioria na região. Chama atenção a participação da indústria da transformação como segunda maior atividade em 20,4% das cidades.

A análise combinada desses dois mapas permite a identificação de cadeias de complementariedade, revelando a interação entre setores econômicos. Embora o setor de serviços represente o maior VA na maioria dos polos

urbanos, essa predominância oculta outras atividades essenciais. O mapeamento do segundo maior VA complementa o diagnóstico ao evidenciar as especializações produtivas locais, fornecendo uma visão mais precisa das cadeias econômicas que estruturam o desenvolvimento socioterritorial do Estado.

2.2.2 Perfil econômico e distribuição de instituições de ensino superior

PERFIL ECONÔMICO E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

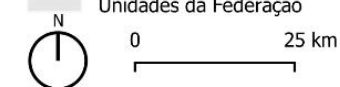
- ▲ Instituições de ensino superior (SEADE, 2022)
- ✕ Parque tecnológico

Polos de desenvolvimento (GOVSP, 2019)

- Agritech, Aeroespacial e Serviços de TI
- Polo de Papel, Celulose e Reflorestamento
- Biocombustíveis
- Saúde e Farma
- Alimentos e Bebidas
- Têxtil, Vestuário e Acessórios
- Estâncias turísticas

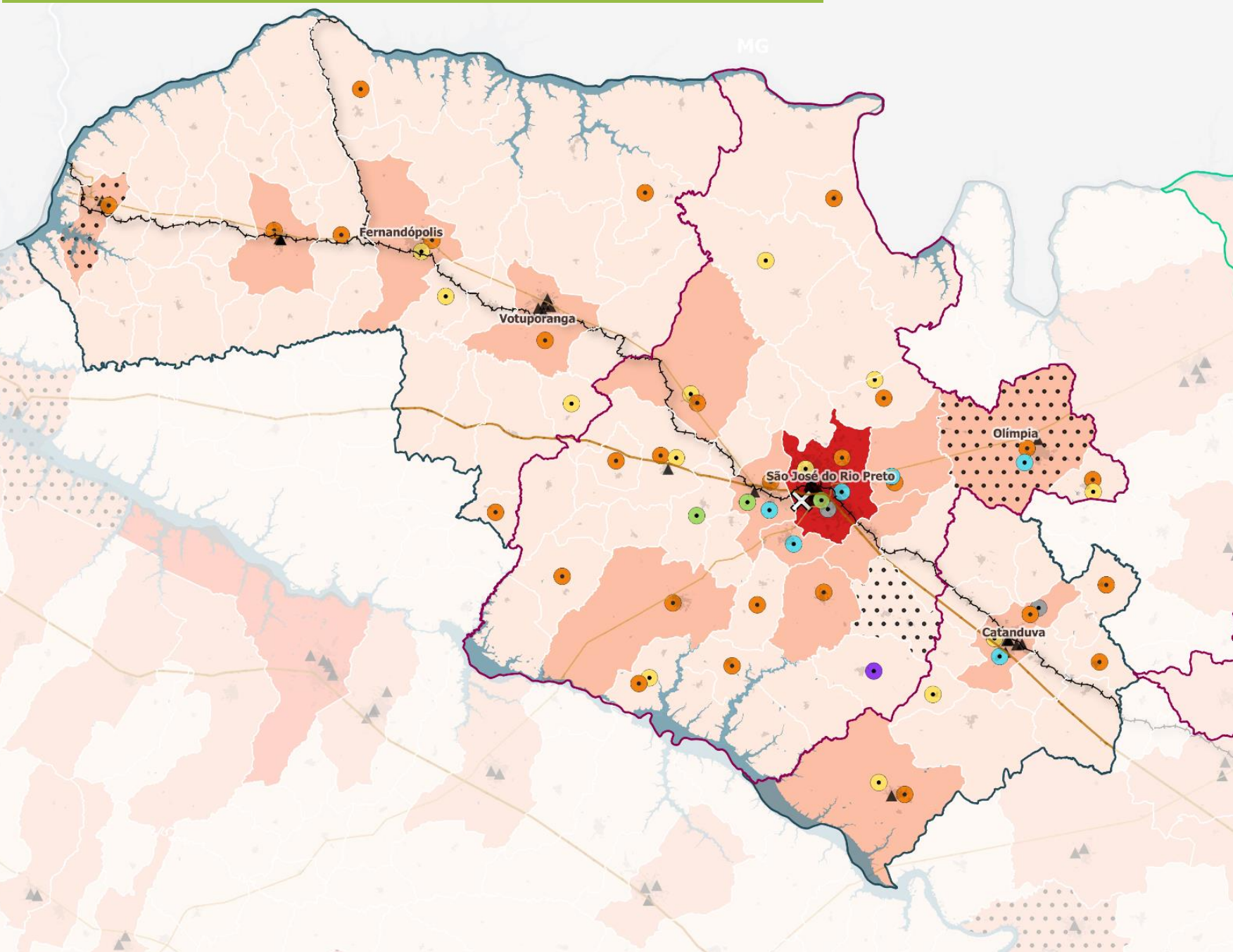
Empregos formais (% sobre total regional - RAIS, 2021)

- 0 - 1
- 1 - 10
- 20 - 40
- Ferrovias em operação (MT, 2024)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2024



A região de São José do Rio Preto detinha, em 2021, de acordo com os dados da RAIS, 431,4 mil empregos com vínculos formais, o que representa **3,1% dos empregos formais do Estado de São Paulo**, e aproximadamente 28% da população com emprego formal⁶. A escolaridade dos vínculos ativos segue a distribuição das demais regiões do Estado, com 56% dos trabalhadores apresentando ensino médio completo e 19% com ensino superior completo. Da mesma forma que as outras regiões estaduais, a faixa de renda de 1,5 a 3,0 salários-mínimos concentra a maior parcela dos vínculos ativos, sendo que a região apresenta o maior percentual, 49%, entre todas as divisões regionais.

Apesar da baixa participação do Valor Adicionado (VA) da indústria no total do setor no Estado, a atividade, junto com a agropecuária, é de grande importância na economia regional. Analisando-se o **Valor de Transformação Industrial (VTI)**, o principal setor, com 51,6% do VTI total, é a **produção de alimentos**, destacando-se a fabricação de açúcar, carne bovina, carne suína e processados. Os municípios com maior produção de alimentos são Catanduva (12,2%), Estrela d'Oeste (7,6%) e Votuporanga (7,6%). Em seguida, o setor de biocombustíveis responde por 12,3% do VTI, tendo como destaques, os municípios de Sebastianópolis do Sul (27,5%), Meridiano (24,8%) e Tanabi (21,5%). Por sua vez, a fabricação de veículos automotores representa 7,9% e a fabricação de móveis, 5,9%. Na categoria de produção de veículos automotores, encontram-se, na região, indústrias de autopeças, sobressaindo-se o município sede, São José do Rio Preto, com 27,8% do VTI, percentual muito próximo a dois outros polos da região, localizados fora da RMSJRP, Cosmorama (26,1%) e Votuporanga (26,3%). Na indústria de móveis e equipamentos, os destaques são Mirassol (21,6%), Jaci (17,9%) e São José do Rio Preto (11,5%).

Destaca-se a presença do **Parque Tecnológico de São José do Rio Preto**, constituído por quatro ambientes de inovação: duas incubadoras de empresas, um centro empresarial e um distrito tecnológico. As empresas instaladas têm foco nas áreas de tecnologia da informação e comunicação, biotecnologia, tecnologia biomédica e agronegócios, entre outras. A existência do Parque Tecnológico, que é um dos quatorze instituídos no Estado, é determinante para a atração de investimentos e o desenvolvimento

de atividades mais intensivas em conhecimento e tecnologia, primordiais para o desenvolvimento econômico da região.

Em concordância com o perfil econômico regional, as Instituições de Ensino Superior encontram-se concentradas nos grandes centros urbanos, tais como São José do Rio Preto, Votuporanga, Jales e Catanduva, municípios que também abrigam os Institutos Federais e FATECS da região. Além destes municípios, Santa Fé do Sul, Fernandópolis, Monte Aprazível, Mirassol, Olímpia e Novo Horizonte apresentam Instituições de Ensino Particulares que atendem à população local.

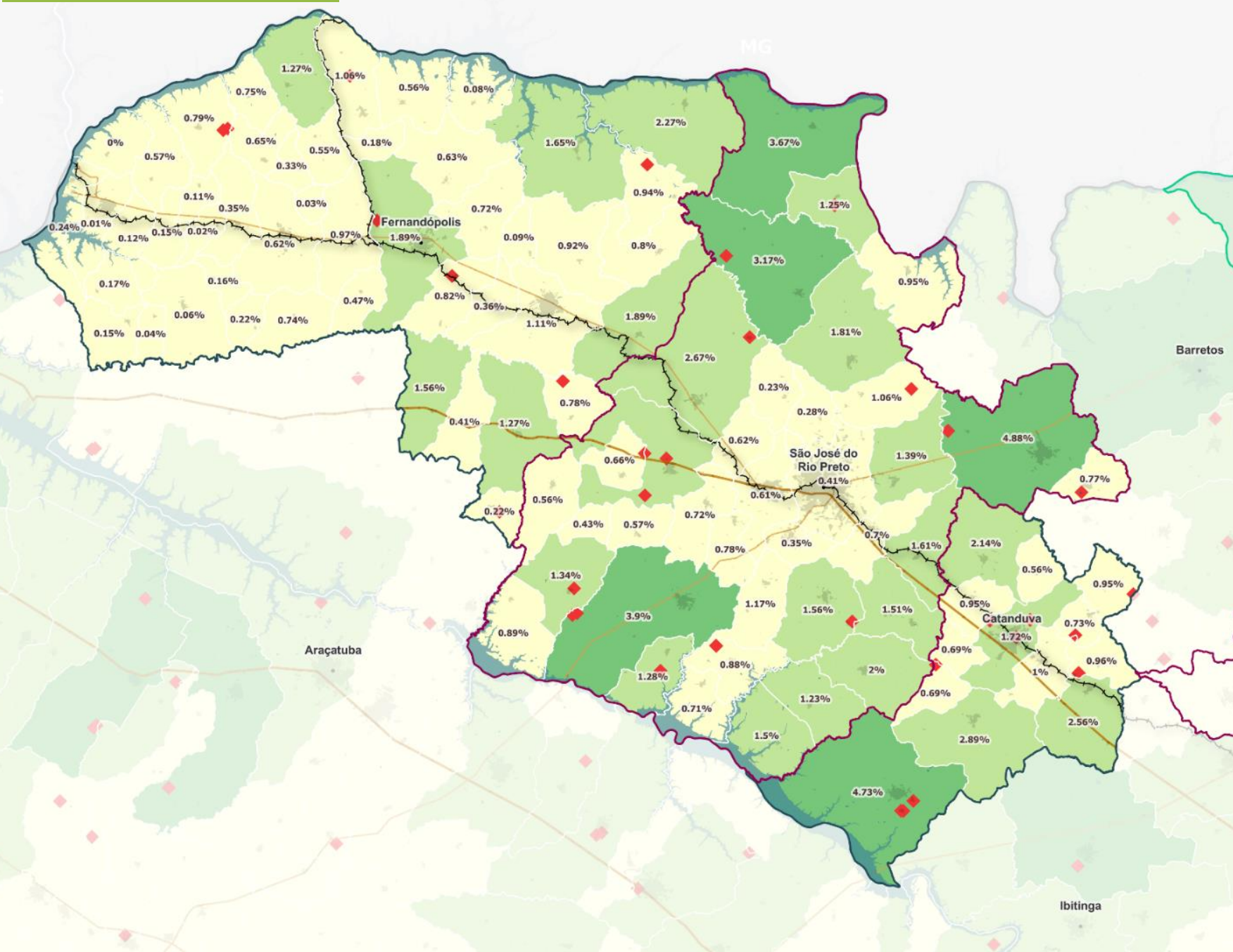
O turismo também é atividade de relevância na região, que conta com **três estâncias turísticas**. O município de **Olímpia é um dos mais importantes polos turísticos** do Estado, tendo conquistado o título de Estância Turística em 2014. Conta com um fluxo médio anual de cerca de 3 milhões de visitantes, possuindo o parque aquático mais visitado da América Latina. A cidade de **Ibirá** é muito procurada por suas fontes de águas medicinais e seu balneário. A noroeste, **Santa Fé do Sul** é conhecida por ser a “Capital dos Grandes Lagos”, onde localiza-se o Parque Ecoturístico das Águas Claras, eleito pelos visitantes como uma das sete maravilhas da Região Turística Entre Rios.

⁶ O cálculo utilizou os dados da RAIS de 2021 e os dados de população do Censo de 2022.

2.2.3 Atividade agrícola

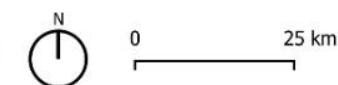
PARTICIPAÇÃO DA CULTURA DE CANA DE AÇÚCAR

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- ◆ Geração de Energia Movida a Bagaço de Cana de Açúcar
- Participação da Cultura de Cana na Região (% Área Colhida na Região - IBGE, 2023)
 - 0 - 1,2
 - 1,2 - 3
 - 3 - 8
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Aglomeración Urbana
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



Informações:

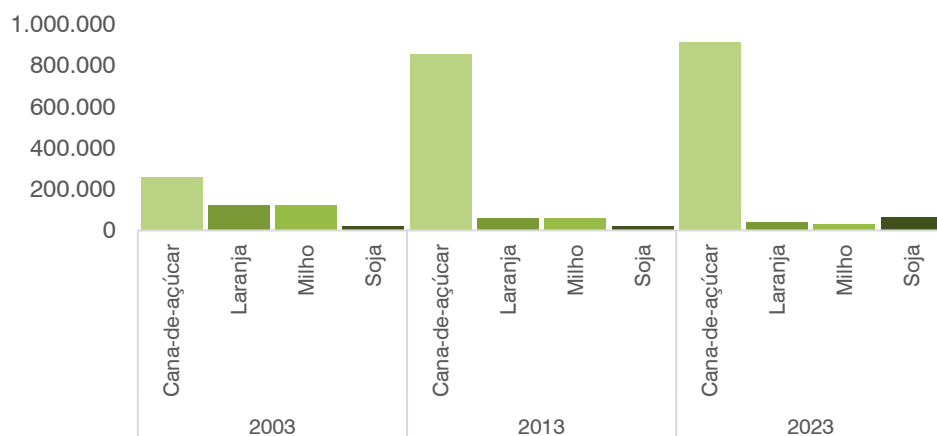
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A **agropecuária**, que representa 10,2% do Valor Adicionado (VA) do setor no Estado, **destaca-se pela produção de cana-de-açúcar**, que, entre 2003 e 2023, teve expansão de 255% em sua área colhida. A região representa 17% da área colhida do Estado e 18% da produção. Destacam-se, como maiores produtores, os municípios de Novo Horizonte (6%), Olímpia (4%), José Bonifácio (4%) e Paulo de Faria (4%). A região conta com 39 usinas de energia movidas a bagaço de cana-de-açúcar, o que representa 17,9% do total das usinas de cana do Estado de São Paulo.

Outra cultura importante na região é a de laranja, que responde por 11% da área total colhida do Estado e 12% da quantidade produzida. No entanto, essa lavoura vem sendo substituída pela de cana-de-açúcar, com decréscimo de 65% em sua área colhida no período de 2003 a 2013.

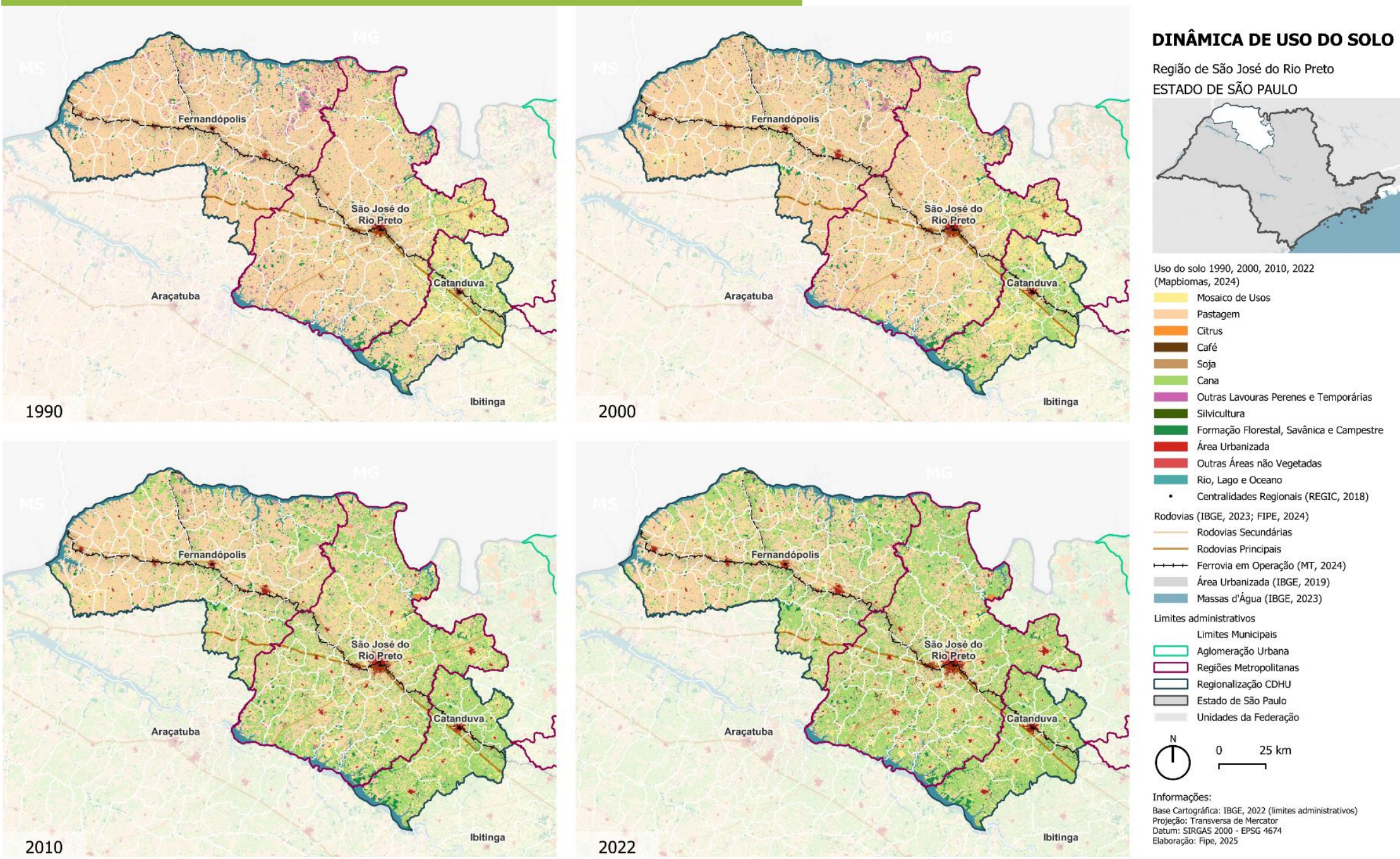
A região também é destaque na criação de **bovinos**, sendo o **terceiro maior produtor do Estado**. Porém, da mesma forma que a área dedicada ao cultivo de laranja, as áreas de pastagem reduziram-se frente à expansão do cultivo de cana-de-açúcar, com a consequente **diminuição do efetivo dos rebanhos em 25%**, entre 2003 e 2023.

Gráfico 10: Área colhida das principais lavouras (em hectares)



Fonte: IBGE, 2023. Elaboração: Fipe, 2025.

2.2.4 Caracterização da mudança de uso da terra e expansão da área urbanizada



O território paulista apresenta forte antropização em seus espaços urbanos, rurais e naturais, que se caracterizam pela continuidade e interação entre estas categorias e conformam zonas de transição com dinâmicas econômicas que mesclam produção rural à economia urbana.

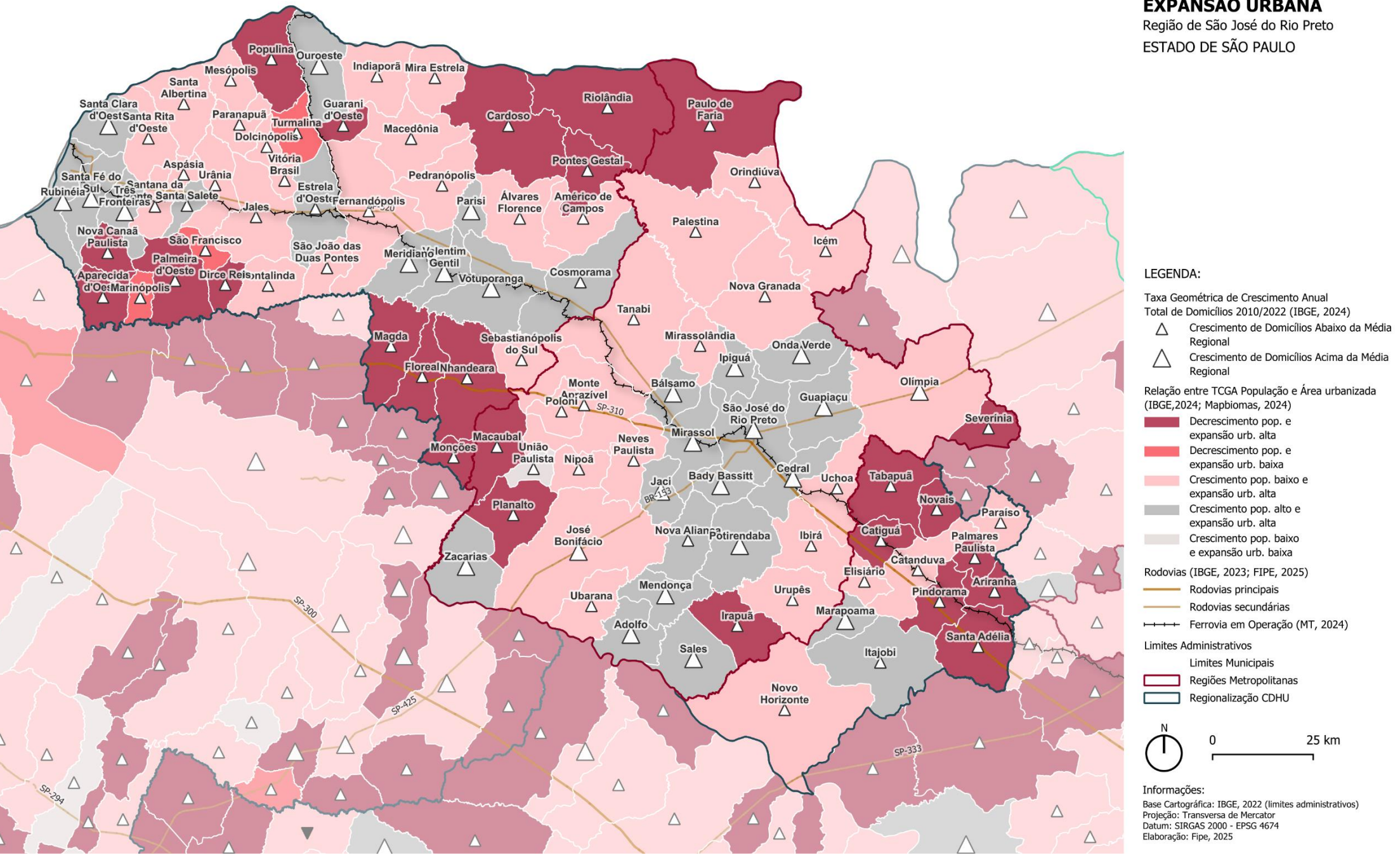
A série histórica de uso e cobertura da terra mostra as transformações da paisagem no período de 1990 a 2022, a partir dos dados do MapBiomas Brasil (2024). O levantamento indica um crescimento da agricultura sobre áreas de pastagem em toda região de São José do Rio Preto. As áreas de pasto tiveram um decréscimo anual de -3,0% neste período, sendo substituída majoritariamente pela cana-de-açúcar, principal lavoura em extensão territorial na região, presente em todos os 98 municípios, totalizando 951.805,6 hectares em 2022.

Apesar da amplitude em área, a cana teve uma taxa de crescimento anual de 7,2% entre 1990 e 2022, enquanto outras lavouras como o café (16,8%) seguida pela silvicultura (11,7%) e cítricos (101%) apresentaram maiores taxas de crescimento e aumentaram sua participação na produção da região. Estas três lavouras concentram-se, respectivamente, nos municípios da RMSJRP, junto às rodovias SP-320 e SP-310, e, nos municípios de Icém e Nova Granada. Considerando apenas o último intervalo de análise (2010 a 2022) a soja também se destaca enquanto lavoura com crescimento relevante na região (6,2%), em especial nos municípios de Riolândia, Paulo de Faria e Orindiúva, ao longo do Rio Grande na divisa com Minas Gerais, e José Bonifácio, junto ao Rio Tietê.

Dentre todas as regiões do Estado, São José do Rio Preto é aquela que apresenta as menores áreas de cobertura natural, entendida como o somatório de áreas das classes de vegetação natural existentes em cada das regiões definidas pelo PDUH. No caso desta região, abrange formação florestal, formação savânica, formação campestre e campo alagado, totalizando 253.505,9 hectares em 2022. Como abordado anteriormente, este é um fator negativo para resiliência às mudanças climáticas na região. Contudo, entre 2010 e 2022, observa-se um modesto incremento da taxa de crescimento anual da cobertura vegetal natural na região, sobretudo junto aos corpos hídricos, indicando potencial para recuperação e ampliação das

áreas de proteção permanentes a fim de ampliar a “capacidade de resposta” para salvaguarda da biodiversidade, como discutido anteriormente.

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



O processo de expansão da área urbanizada de um município, não está ligado unicamente às variações da dinâmica populacional e demanda por novas moradias. Na verdade, uma ampla gama de aspectos sociais, econômicos, de acessibilidade, oferta de infraestrutura, contribuem para consolidação de vetores de crescimento da mancha urbana.

Considerando a busca por cenário de **resiliência urbana**, seria esperado que este processo de expansão urbana estivesse pautado por demandas justificáveis. Entretanto, o que se observa em muitos casos é a reprodução de uma lógica de produção do espaço urbano sobre áreas de menor valor da terra, sobretudo através de loteamentos, que prioriza o ganho financeiro individual em detrimento dos ônus públicos gerados pelo espraiamento urbano.

Na região CDHU de São José do Rio Preto, observam-se fenômenos distintos quanto às **taxas de crescimento da população em comparação à expansão da área urbanizada**, para o período de 2010 a 2022.

Quando analisadas estas taxas, em conjunto com o crescimento no número de domicílios, observam-se três grandes tendências:

- I. Municípios que tiveram decréscimo populacional, aumento no número de domicílios abaixo da média regional e alta expansão das áreas urbanizadas. Engloba municípios de pequeno porte, que tiveram redução em sua participação econômica na região, localizados nos extremos norte, sudoeste e leste da região, próximos a centralidades regionais importantes. Configurando a situação mais crítica no território;
- II. Municípios que tiveram pouco crescimento populacional, aumento no número de domicílios abaixo da média regional e alta expansão das áreas urbanizadas. Engloba centralidades regionais com maior dinamismo econômico, como Jales, Fernandópolis e Catanduva, mas também municípios de pequeno porte, ao redor destes centros e nas bordas da região metropolitana de São José do Rio Preto; e

Municípios com crescimento populacional alto, aumento no número de domicílios acima da média regional e alta expansão das áreas urbanizadas. Localizados sobretudo na RMSJRP, junto ao município sede, e no entorno de

centralidades como Votuporanga e Santa Fé do Sul. Caracterizam-se como municípios de pequeno porte, mas que ampliaram sua participação na produção econômica da região. Voltando à hipótese inicial, este é o grupo que apresentaria justificativa ao crescimento do tecido urbano.

2.2.5 Dinâmica demográfica

DENSIDADE POPULACIONAL RURAL

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Densidade Populacional Rural (hab/100ha)
(IBGE, 2022)

- 0 - 4,5
- 4,5 - 9
- 9 - 20

- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Estradas vicinais (IBGE, 2023)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovias em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



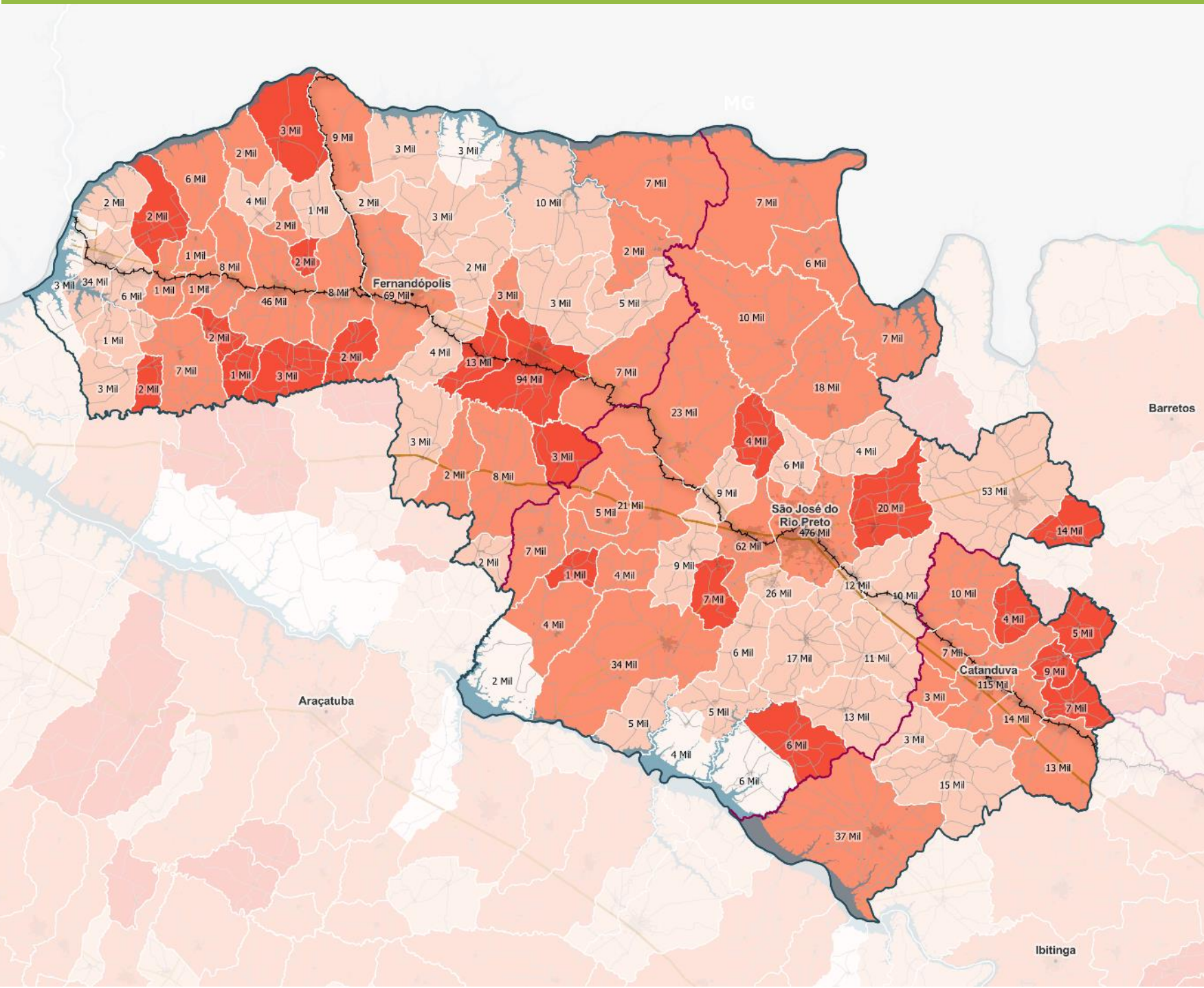
0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

DENSIDADE POPULACIONAL URBANA

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Densidade Populacional urbana (hab/ha - IBGE, 2022)

- 2,5 - 13,5
- 13,5 - 23,5
- 23,5 - 30
- 30 - 50

NNN População urbana (Mil - IBGE, 2022)

• Centralidades regionais (REGIC, 2018)

— Estradas vicinais (IBGE, 2023)

— Rodovias simples (IBGE, 2023)

— Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)

— Ferrovia em operação (MT, 2024)

— Área urbanizada (IBGE, 2019)

— Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

— Limites Municipais

— Regiões Metropolitanas

— Regionalização CDHU

— Estado de São Paulo

— Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

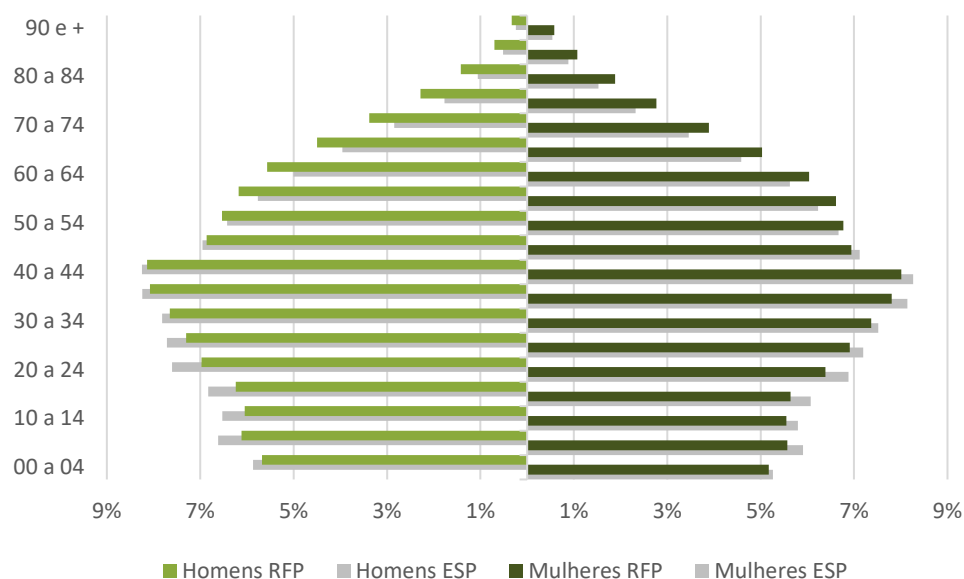
Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipe, 2025

A região de São José do Rio Preto tem 3,8% da população estadual e apresenta a terceira maior Taxa Geométrica de Crescimento Anual da população (0,91%) entre as regiões analisadas, superior em 47,6% à TGCA estadual (0,61%). O perfil demográfico da população residente na região é demonstrado pela pirâmide etária a seguir, que compara os dados regionais aos estaduais.

Gráfico 11: Pirâmide etária da região



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Em São José do Rio Preto, 14,0% da população apresenta idade igual ou superior a 65 anos, enquanto em relação aos mais jovens a região possui 17,1% de pessoas com idade entre 0 e 14 anos. Com isso, a região apresenta o segundo maior Índice de Envelhecimento do Estado, são 81,8 idosos para cada 100 crianças. Esta dinâmica, permite aferir que se trata de uma região

com forte crescimento e caracterizada por abrigar uma população mais idosa que o restante do Estado.

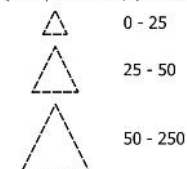
Além disso é uma região onde 94,9% das pessoas vivem em áreas urbanas e 5,1% vivem em áreas rurais, o que a coloca em terceiro lugar entre as regiões com maior percentual de população rural do Estado. Tanto a análise de situação da população, quanto o cálculo de densidade urbana e rural, consideraram a classificação dos setores censitários do Censo 2022. Importante frisar que o índice de densidade está ligado à extensão territorial do município, quanto menor a área do município, maior a tendência a uma elevada densidade.

Portanto, dentre as cidades com maior densidade urbana se destacam: São Novais (42,1 hab/ha), Palmares (41,7 hab/ha) e Paulista Severínia (41,7 hab/ha). Já entre os municípios com maior densidade rural, estão: Bady Bassitt (0,12 hab/ha), Valentim Gentil (0,08 hab/ha) e São Francisco (0,08 hab/ha). Também é possível destacar que grande parte dos municípios com maior densidade de população rural são atravessados pela Rodovia Washington Luís (BR 456/ SP 310) e ferrovia, que atuam como importantes corredores logísticos regionais.

DINÂMICA DE EXPANSÃO URBANA E ECONÔMICA

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

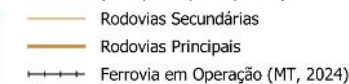
Variação de Participação do PIB na Região
(% - ↑ Aumento; ↓ Diminuição - IBGE, 2022)



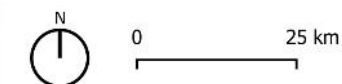
Relação entre TCGA População e Área urbanizada
(IBGE, 2024; Mapbiomas, 2024)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O mapa de dinâmica e expansão urbana e econômica, cruza indicadores populacionais, urbanos e econômicos. O objetivo é verificar se há relação entre aumento populacional, expansão urbana e crescimento econômico. Para tanto, foram calculadas a taxa de variação da área de mancha urbana, a Taxa Geométrica de Crescimento Anual (TGCA) da população e a variação da taxa de participação dos municípios no PIB total da região.

A região apresentou TGCA de 0,91%, a terceira maior do Estado de São Paulo entre as regiões de análise. Os municípios com maiores TGCA são Bady Bassitt (5,34%), Cedral (3,90%) e Ipiguá (3,52%). Também é uma região com elevada taxa de expansão da mancha urbana, com destaque para Bady Bassitt (6,28%), Ipiguá (5,67%) e Rubinéia (5,48%).

Os municípios em que o PIB teve maior aumento de participação na região são os de Sebastianópolis do Sul (230%), Mendonça (227%) e Meridiano (140%).

Em síntese, nos municípios em que houve redução da população (TGCA negativa) entre 2010 e 2022, ocorreu, também, em 64,3% dos casos, queda na parcela de participação do PIB das cidades em relação à região. Já onde a TGCA foi positiva, em 65,7% dos casos, houve crescimento da participação no PIB regional.

Nas localidades em que se verificou forte aumento da expansão urbana, 60,6% dos municípios também apresentaram acréscimo da participação no PIB total. Enquanto, em 100% dos municípios que tiveram uma expansão urbana reduzida, houve diminuição da participação no PIB regional.

2.2.5 Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações

TIPOLOGIA HABITACIONAL COM MAIOR AUMENTO DE PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL

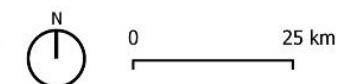
Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

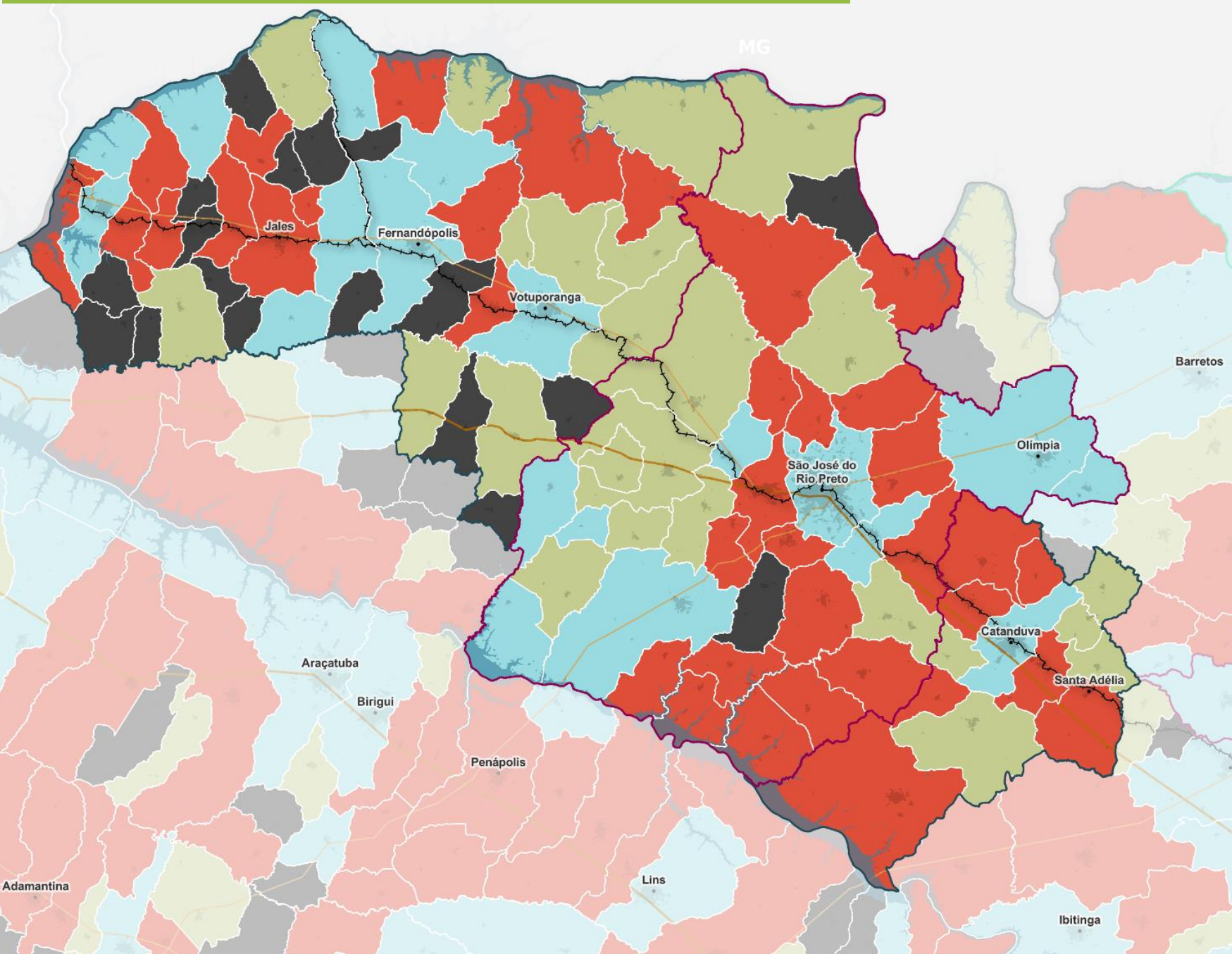
Tipologia Habitacional com Maior Aumento Percentual de Participação entre 2010 e 2022 (IBGE 2010; 2022)

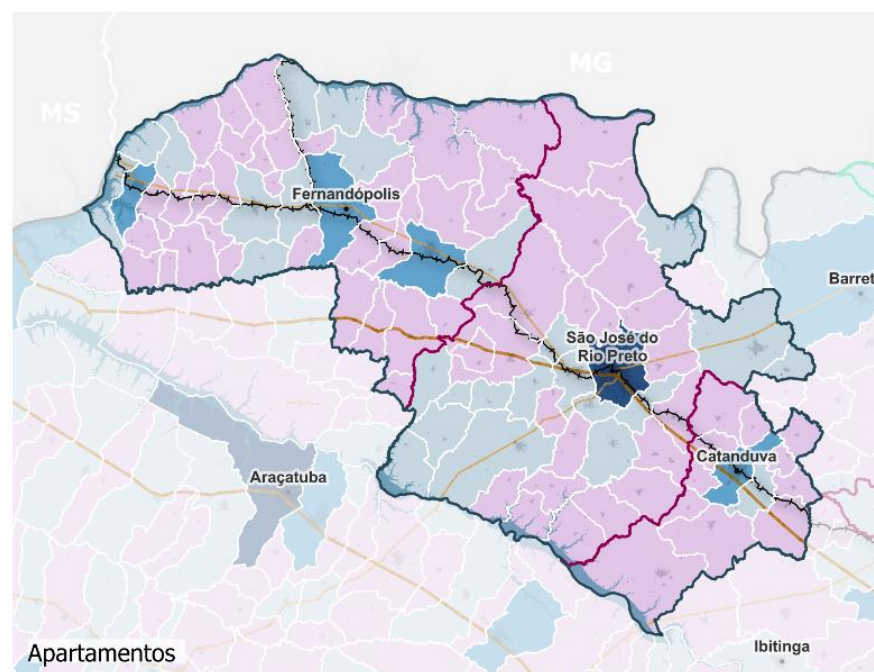
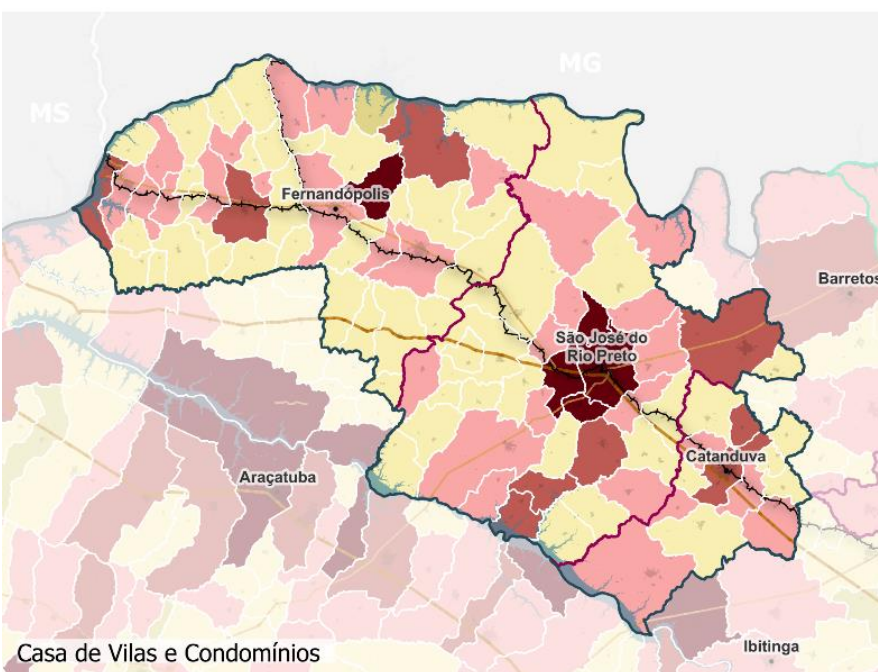
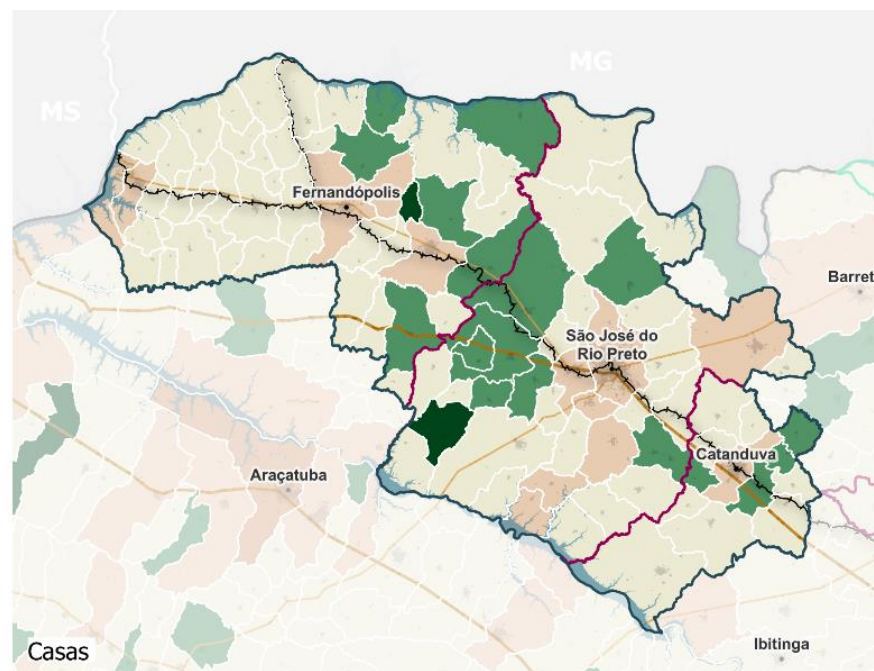
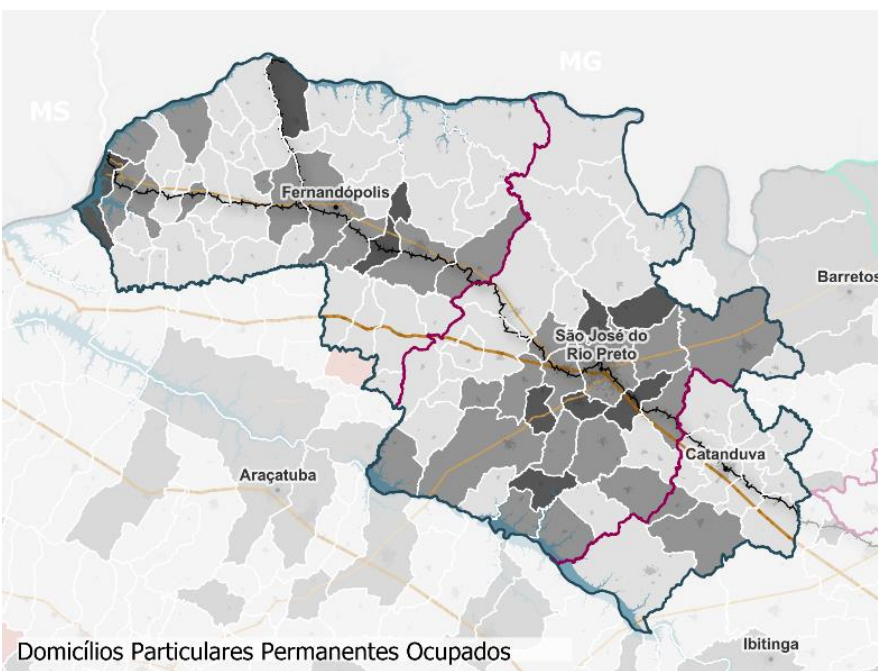
- Apartamentos
- Casa
- Casas de Vila e Condomínio
- Sem Variação Positiva
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
 - Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
 - Limites Municipais
 - Aglomeración Urbana
 - Regiões Metropolitanas
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025





VARIAÇÃO DA TIPOLOGIA HABITACIONAL EM DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES OCUPADOS

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

Variação dos Domicílios Particulares Permanentes Ocupados (% - IBGE 2010; 2022)

- 2 - 0
- 0 - 22
- 22 - 42
- 42 - 111

Variação de Participação da Tipologia "Casa" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 10,5 - -2
- 2 - 0
- 0 - 1
- 1 - 9,6

Variação de Participação da Tipologia "Casa de Vila e Condomínios" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

- 9,3 - -0,5
- 0,5 - 0
- 0 - 0,5
- 0,5 - 1,5
- 1,5 - 9,3

Variação de Participação da Tipologia "Apartamentos" no Total (p.p. - IBGE 2010; 2022)

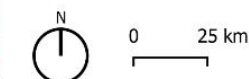
- 1 - 0
- 0 - 1
- 1 - 5
- 5 - 17,5

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Limites Administrativos

- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas



Informações:
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Considerando os dados referentes aos Censos de 2010 e 2022, conclui-se que houve aumento no total de domicílios particulares permanentes dos tipos casas, casas de vila ou condomínio e apartamentos no Estado de São Paulo. A tipologia “casas” teve aumento percentual de 16,9%, no Estado de São Paulo, totalizando 12.538.074 domicílios em 2022. A região de São José do Rio Preto representou 5,7% do aumento total do Estado, um crescimento de 103.692 domicílios do tipo casa na região.

Em todo o Estado a tipologia “apartamentos” teve aumento de 76%, totalizando 3.239.424 domicílios em 2022, e a região de São José do Rio Preto representou 1,6% do aumento total do Estado, equivalente a um incremento de 22.409 domicílios em “apartamento”. Por fim, a tipologia “casas de vila ou condomínio” foi a que teve o maior aumento percentual no Estado de São Paulo, entre os anos de 2010 e 2022, de 105,7%, totalizando 374.755 domicílios em 2022. A região de São José do Rio Preto representou 5,77% deste aumento com um acréscimo de 11.124 domicílios da tipologia “casas de vila ou condomínio”.

Analisando as tipologias com maior aumento percentual de participação em relação aos tipos de domicílios, em 24,5% dos municípios da região o maior aumento percentual foi domicílios classificados como casas. Já **em 38,77% das cidades** analisadas, houve um **maior aumento percentual** dos domicílios permanentes classificados como **“casas de vila ou condomínio”**. E em 21,43% dos municípios o principal aumento em pontos percentuais foi de “apartamentos”. Ainda, 15 municípios não apresentaram mudanças de participação das tipologias, em todos os casos são municípios em que a tipologia “casa” representa o total dos domicílios e apesar do aumento no estoque de moradias, apenas casas foram construídas.

Os novos dados censitários sugerem uma ampliação da dinâmica imobiliária nesta região. Destacam-se os fenômenos de **verticalização de centralidades regionais** como São José do Rio Preto, Catanduva, Votuporanga,

Fernandópolis, Olímpia e Santa Fé do Sul, e o **crescimento expressivo de condomínios em municípios limítrofes a estes centros**.

Este último processo pode ser observado em todo o Estado de São Paulo, criando cinturões de municípios cujas transformações da paisagem estão vinculadas à ampliação da mancha urbanizada. A localização deste fenômeno no entorno dos centros urbanos de maior relevância, muitas vezes é motivada pelo menor custo da terra para implantação dos empreendimentos, bem como uma busca pelo ideal de maior qualidade de vida das cidades pequenas.

O incremento da tipologia de condomínios merece destaque em função de seu modelo de urbanização, predominantemente localizado nas bordas dos municípios, acessíveis por rodovias (que se tornam avenidas urbanas), gerando poucos espaços públicos abertos à população bem como grandes extensões de barreiras físicas (muros e cercas) que desarticulam ou não se conectam com o tecido urbano preexistente.

Assim, na prática, o que se observa com este espraiamento é um maior ônus da urbanização às gestões municipais, que precisam estender a oferta de serviços públicos – educação, saúde, transporte público, abastecimento e saneamento, coleta de lixo – até áreas mais distantes, ampliando também a demanda pelo uso de meios de transporte individuais. São gastos com novas infraestruturas que não acompanham o aumento de arrecadação municipal gerado pela expansão da mancha, além de pressionarem áreas rurais e de preservação.

O estímulo ao aumento das densidades construtivas, a ocupação dos vazios urbanos e a utilização de tipologias mais verticais, em detrimento ao espraiamento horizontal de baixa densidade, deve ser priorizado como modelo de urbanização, visando o aumento da eficiência do uso da terra urbana em função da valorização decorrente das novas infraestruturas de mobilidade e equipamentos sociais.

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS E DOMICÍLIOS VAGOS

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Lançamentos imobiliários 2016-2024 (Geobrain, 2024)

- Horizontal
- Vertical

Empreendimentos hab. 2010-2024 (Graprohab, 2024)

- Condomínios
- Loteamentos e Conjuntos habitacionais

Percentual de domicílios não ocupados (uso ocasional + vagos) em relação ao total de domicílios (IBGE, 2022)

- 6,9 - 17,1%
- 17,1 - 23,9%
- 23,9 - 32,4%
- 32,4 - 44,3%
- 44,3 - 66,2%

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Limites Municipais (São Paulo)

Municípios (Nomes) com buffer

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Estado de São Paulo

Massas d'água



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A análise da dinâmica imobiliária considera o cruzamento do percentual de domicílios não ocupados, que é composto por domicílios vagos mais domicílios de uso ocasional, segundo dados do Censo 2022, com os dados dos lançamentos do mercado imobiliário⁷, para o período de 2016 a 2024, e das solicitações de avaliação de empreendimentos habitacionais no colegiado Graprohab⁸, entre 2010 e 2024.

A análise dos dados do Graprohab aponta que dentre as nove regiões utilizadas no PDUH-2040, a região de São José do Rio Preto é a quarta em números submetidos à avaliação do órgão, representando 9,7% dos empreendimentos paulistas. Observando as tipologias avaliadas, é a região que apresenta o maior percentual de desmembramentos no Estado (29,7%), a terceira em percentual de loteamentos (15,8%) e quarta em percentual de conjuntos habitacionais (12%) no Estado.

Primeiramente, se destaca o município de São José do Rio Preto, que teve 73.368 lançamentos de unidades horizontais e 39.315 de unidades verticais, segundo dados da pesquisa imobiliária. A cidade também teve 104 empreendimentos habitacionais do tipo condomínios e foi responsável por 133 loteamentos aprovadas pelo Graprohab. Os municípios ao entorno de São José do Rio Preto apresentam um elevado número de lançamentos de condomínios e unidades horizontais, o que demonstra um espraiamento da mancha urbana. Nesse sentido, se destaca a cidade de Bady Bassit, que tem 1,4% da população e foi responsável por 5,1% dos empreendimentos do tipo condomínio e 3,5% dos loteamentos na região, segundo dados do Graprohab.

Outros municípios que apresentam um mercado imobiliário ativo são Catanduva, Votuporanga e Santa Fé do Sul. Catanduva se destaca por ter lançado 8.286 empreendimentos horizontais e por ter 11,5% das novas unidades de condomínio solicitado ao Graprohab. Votuporanga é responsável por 8.684 unidades verticais lançadas, o que coloca em segundo lugar na

região dentro dessa tipologia, além disso a cidade é responsável por 6,3% dos loteamentos da região, segundo o Graprohab. Já Santa Fé do Sul tem uma população de 34.794 habitantes (1,8% da população da região) e lançou no período 6.169 unidades horizontais, além de ter 4,0% dos loteamentos analisados. Nas menores cidades há um mercado imobiliário menos ativo, mas com um forte crescimento do mercado de terras, através de desmembramentos e loteamentos.

Por fim, comparando essa análise com dados de número de domicílio do Censo 2022, observa-se que a região apresenta uma ocorrência de vacância e de uso ocasional domiciliar que não pode ser desprezada. Considerando a média estadual de domicílios não ocupados⁹ em relação aos domicílios totais (17,2%), a região apresenta 73% dos seus municípios com taxas de não ocupação superiores à estadual, sendo que a média para toda a região é igual a 18,2%. Diante desta análise destacam-se os municípios de Sales e Mira Estrela, onde a relação entre os domicílios não ocupados e os domicílios ocupados é próxima de um, ou seja, o percentual de não ocupação em relação ao total de domicílios são respectivamente 47,8% e 47%. Nas cidades de Rubinéia, Mendonça, Zacarias, Adolfo, Álvares Florence, Cardoso e Nova Canaã Paulista, esta relação é superior à 30%.

7 Os dados de lançamentos imobiliários da iniciativa privada são levantados por diferentes empresas e sindicatos da construção civil, apresentando algumas limitações como a abrangência do universo de cidades estudadas e falta de uma estatística global para todo o Estado de São Paulo. Buscando incorporar um contexto desta dinâmica produtiva no PDUH, utilizou-se como base o levantamento da Geobrain (2024) para 100 cidades paulistas abrangendo metrópoles, grandes cidades e cidades médias, em diferentes regiões, a fim de representar um panorama geral da produção imobiliária privada no Estado.

8 Considerando a evolução das ferramentas de geoinformação, os dados fornecidos pelo Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais (Graprohab) não estão universalmente georreferenciados, portanto, os mapas refletem uma parcela dos empreendimentos totais. Os dados numéricos, entretanto, se relacionam a toda amostra de análises submetidas ao colegiado.

9 Entendida como a soma dos domicílios particulares permanentes vagos e domicílios particulares permanentes de uso ocasional.

2.2.6 Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial

ELABORAÇÃO E REVISÃO DE PLANOS DIRETORES

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Situação dos Planos Diretores (CDHU, 2024)

- ✕ Planos anteriores a 2015 pendentes de revisão
- Sem Plano Diretor
- Com obrigatoriedade e sem Plano Diretor
- Plano Diretor anterior a 2008
- Plano Diretor entre 2009 e 2014
- Plano Diretor posterior a 2015
- Centralidades regionais (REGIC, 2018)
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

INSTRUMENTOS DE POLÍTICA HABITACIONAL

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e arranjos populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional B
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B

Instrumentos de política habitacional (CDHU, 2024)

- LUOS, PLHIS e ZEIS
- LUOS e PLHIS
- PLHIS e ZEIS
- LUOS e ZEIS
- Apenas LUOS
- Apenas ZEIS
- Inexistência de LUOS, PLHIS e ZEIS
- Inexistência de Plano Diretor (CDHU, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

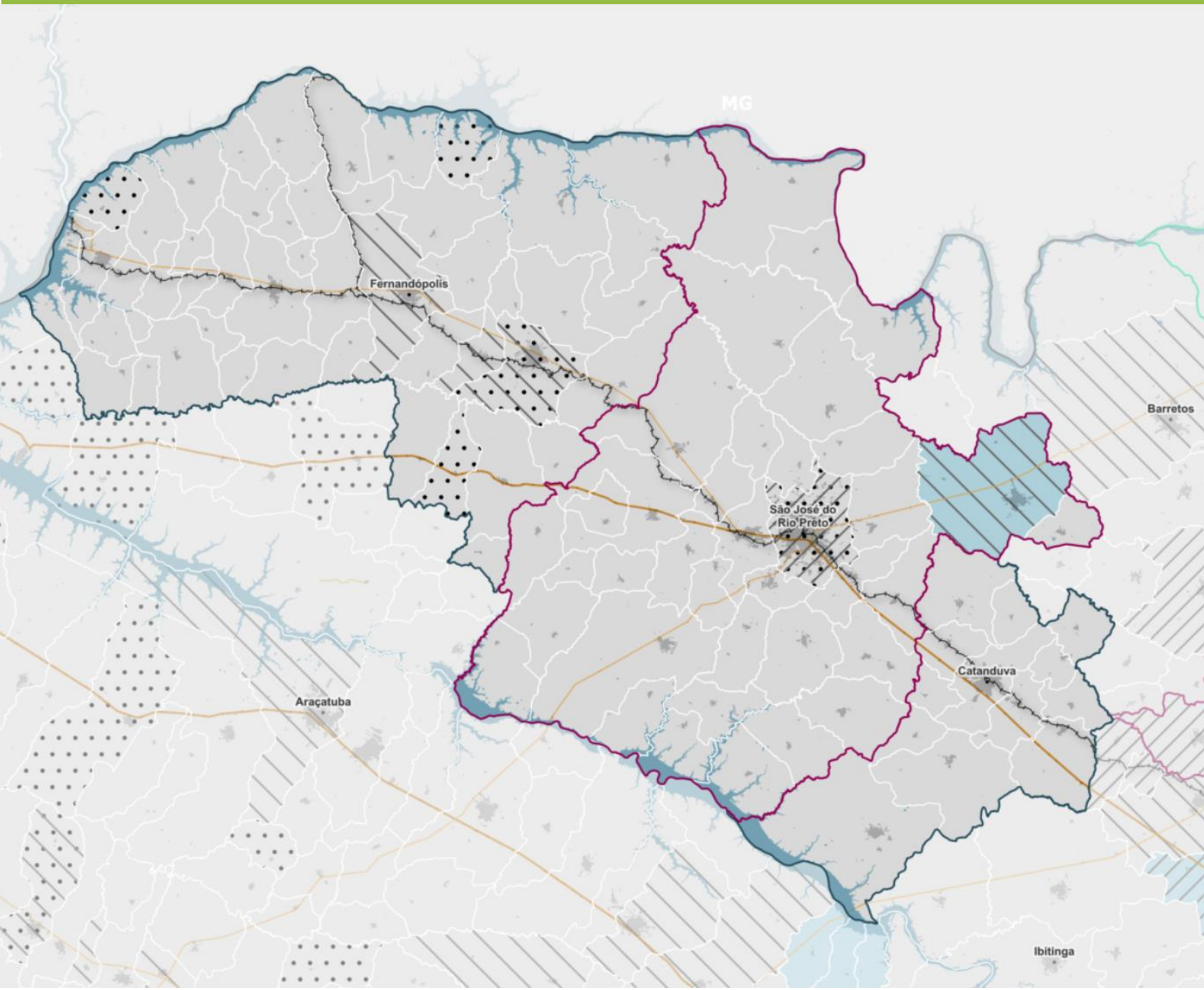
Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Um dos principais desafios da região é a demanda por ampliação dos marcos regulatórios, em especial quanto ao ordenamento territorial, já que **34,7% dos municípios não possuem plano diretor (PD) nem lei de uso e ocupação do solo (LUOS)**.

Pela presença de região metropolitana (RMSJRP), uma grande parcela dos municípios está enquadrada dentro dos critérios de obrigatoriedades de elaboração de PD previstas no Estatuto da Cidade. Apesar disto, **55,6% dos municípios com obrigatoriedade de elaboração não o possuem**, situação mais crítica na RMSJRP e ao norte na região, fronteira com Minas Gerais.

Quanto analisada a data de elaboração dos planos diretores, nota-se que 19% deles têm datas anteriores a 2008, indicando também uma forte demanda pela revisão destes marcos. Considerando as altas taxas de expansão urbana de municípios como Bady Bassitt, Ipiguá, Rubinéia e Zacarias, a não existência do principal instrumento de regulação urbana é um elemento de preocupação com o desenvolvimento urbano equilibrado e justo.

Em relação aos marcos e instrumentos relacionados à habitação, sobretudo a **habitação de interesse social**, a baixa incidência também se destaca. Apenas São José do Rio Preto, Olímpia e Mirassol apresentam **Plano de Habitação de Interesse Social (PLHIS)**. A demarcação de Zonais Especiais de Interesse Social (ZEIS) é mais comum dentre os municípios da região, mas está presente em apenas 20% dos municípios.



MUNICÍPIOS COM CARTA DE SUSCETIBILIDADE E LEVANTAMENTO DE RISCO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

- • • Municípios que Elaboraram um Plano Municipal de Redução de Riscos - PMRR (CDHU, 2024)

Mapeamento de Áreas de Risco 1:3000 (IPA, 2022)

- \\ \\ Municípios que apresentam um levantamento de risco
- /// \\ Municípios que apresentam até seis levantamentos de risco

Mapeamento de Áreas de Risco 1:25.000 (IPA, 2022)

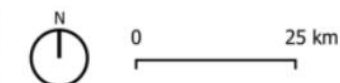
- Municípios que apresentam uma carta
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Outros marcos regulatórios importantes são as cartas de suscetibilidade, cartas de aptidão, cartas geotécnicas, levantamentos de risco de desastres municipais ou regionais. Estes instrumentos servirão de base para a correta mensuração dos riscos geo-hidrológicos presentes no município, dando base para as ações em cada uma das áreas identificadas, de acordo com a classe de riscos e serão uma das bases para a elaboração dos Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRRs).

E de acordo com o Estatuto da Cidade (Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001) é necessário ainda que os municípios incluídos no cadastro nacional de municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos possuam em seus planos diretores medidas e levantamentos específicos para lidar com essas áreas identificadas.

Na região apenas 5,1% dos municípios possuem um ou mais instrumentos de levantamento de risco, todos em uma escala mais detalhada do território (1:3000). E também são poucos os municípios que possuem Planos Municipais de Redução de Riscos - PMRRs, também apenas 5,1% dos municípios, e destes apenas São José do Rio Preto e Votuporanga já possuíam instrumentos de levantamento de risco, com o primeiro apresentando maior relevância regional em ocorrências de geodesastres. No entanto, essa baixa proporção de municípios que possuem esse levantamento pode ter relação com o fato de não existirem favelas e comunidades urbanas identificadas na região, locais onde normalmente existe um número considerável de domicílios em áreas de risco. O fato da maioria dos municípios da região não possuírem instrumentos de levantamento de riscos faz ainda com que o levantamento dos municípios com domicílios em área de risco não esteja disponível para estes municípios.

PLANOS DE MOBILIDADE (PLANMOB)

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Situação dos Planos de Mobilidade na Região
(CDHU, 2024)

- Elaborado
- Não Elaborado
- Sem Obrigatoriedade

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A integração do desenvolvimento urbano às infraestruturas de transporte e mobilidade é uma estratégia de planejamento que busca criar cidades mais compactas, incentivando o uso do transporte público, a caminhabilidade e o uso misto do solo.

A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Federal no 12.587/2012) estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Planos de Mobilidade Urbana municipais (PlanMob) para municípios com mais de 20 mil habitantes, municípios inseridos em Regiões Metropolitanas e municípios turísticos, entre outros.

Entre outras questões, seu artigo sexto coloca como diretrizes a prioridade dos meios não motorizados sobre os motorizados e do coletivo sobre o individual. Além disso, explicita a necessidade de integração com a política de desenvolvimento urbano, o que acarreta um desejável diálogo entre os PlanMobs e os Planos Diretores.

A mesma legislação vincula a obtenção de recursos federais para o setor (como do Orçamento Geral da União - OGU) à existência desses planos, representando sua elaboração em importante instrumento de viabilização de obras e ações.

A acessibilidade e conectividade observadas de forma pontual em municípios menores da região, com consequente alto potencial de crescimento - vinculado a altas taxas de motorização e alta mortalidade - indica a necessidade de amparo legal e instrumentalização para ações de mobilidade que tragam os índices indesejados a patamares aceitáveis.

Tomando apenas os municípios com a obrigatoriedade de desenvolvimento de planos de mobilidade, observa-se na região grande carência desse atendimento, sobretudo na Região Metropolitana de São José do Rio Preto.

2.3 INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE

O eixo “Infraestrutura Urbana e Social e Mobilidade” é baseado nas interrelações entre equipamentos sociais, transporte, mobilidade e dinâmica urbana, seguindo a premissa de que estes elementos estão diretamente conectados.

É notável que o sistema de mobilidade da região, é o que mais influência na organização das cidades. Ao longo das principais rodovias e da ferrovia encontram-se as principais cidades da região, que concentram uma grande parcela da população. O arranjo populacional (AP) de São José do Rio Preto aparece como a principal centralidade da região no que diz respeito às mais diversas temáticas, atraindo a maior quantidade de deslocamentos.

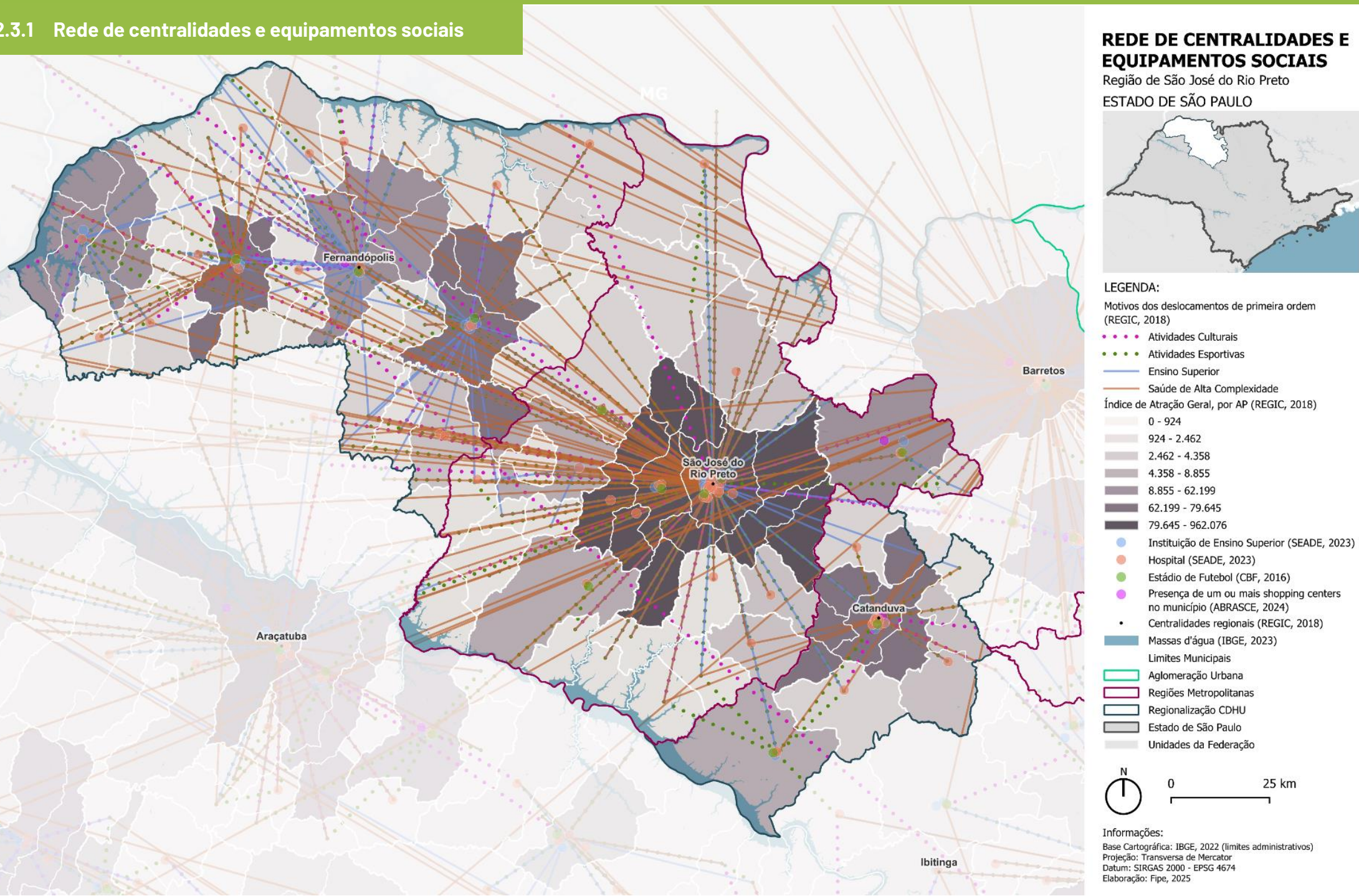
Os deslocamentos são, em sua maioria, da população que vive em municípios da própria região, mas também existe uma parcela de deslocamentos de pessoas advindas de municípios vizinhos dos estados de São Paulo e de Minas Gerais.

Localidades como AP de Catanduva, Santa Fé do Sul, Fernandópolis, Jales e Votuporanga também apresentam destaque, e um grande potencial de atração de pessoas e cargas regionalmente. Nestes locais, a existência de transporte público coletivo, que não é disponibilizado em todos os municípios da Região, facilita o deslocamento de pessoas e contribui para seu potencial de atração.



Fonte: <https://mobilidadesampa.com.br/2022/01/tarifa-de-onibus-sao-jose-do-rio-preto-2022/>, acesso em dezembro de 2024.

2.3.1 Rede de centralidades e equipamentos sociais



A análise dos **equipamentos sociais**, integrada aos fluxos identificados pela Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (Regic, 2018), mostra que o Arranjo Populacional de São José do Rio Preto é a principal centralidade da região CDHU, que apresenta a maior concentração de equipamentos sociais e atrai o maior número de deslocamentos de pessoas dos municípios vizinhos (pertencentes ou não à região).

De forma geral, além do AP São José do Rio Preto, outras centralidades são relevantes no contexto regional, tais como o AP Jales, AP Fernandópolis, AP Catanduva, e ainda AP Votuporanga e AP Santa Fé do Sul.

Os municípios de Olímpia, Novo Horizonte e José Bonifácio também se destacam, em menor medida, como regiões de potencial de atração regional.

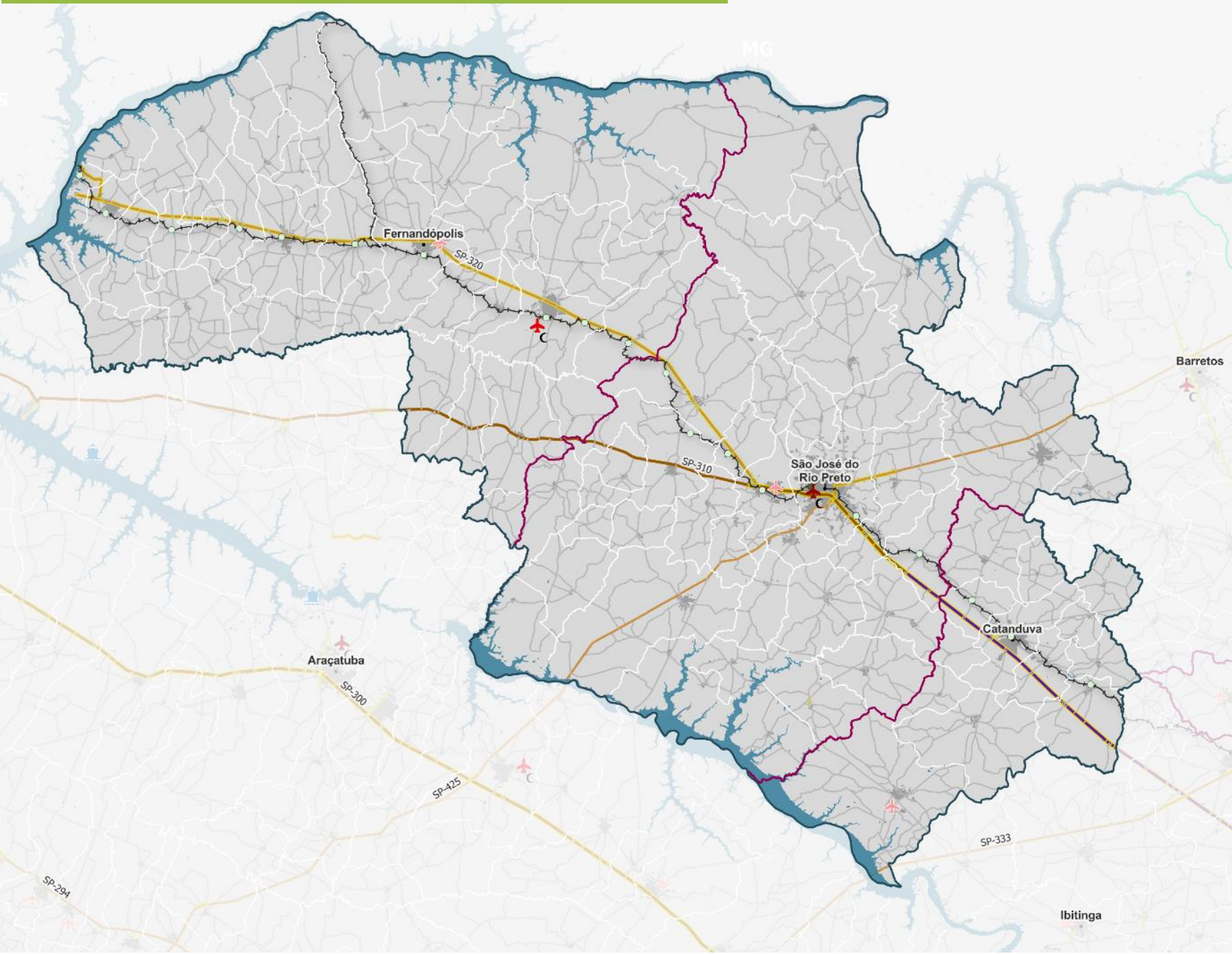
Todos os municípios da região apresentam ao menos uma **Unidade Básica de Saúde (UBS)** em seus territórios, enquanto **33 municípios apresentam hospitais** e somente 14 municípios apresentam Pronto Atendimentos.

Os deslocamentos por motivo de saúde de baixa e média complexidade e de alta complexidade concentram-se no AP São José do Rio Preto, destacando-se o AP Jales e o AP Votuporanga nos deslocamentos por saúde de baixa e média complexidade e o AP Catanduva nos deslocamentos por saúde alta complexidade.

Somente **dez municípios concentram as 32 Instituições de Ensino Superior da região**, e os Arranjos Populacionais de São José do Rio Preto e Fernandópolis são as localizações que atraem a maior quantidade de deslocamentos por motivo de ensino superior (56% do total).

Com relação aos deslocamentos por motivos de esporte e de cultura e lazer, as localidades que mais atraem pessoas são o AP São José do Rio Preto e o AP Fernandópolis.

2.3.2 Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos



INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE E CONCESSÕES

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Situação de Concessão da Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

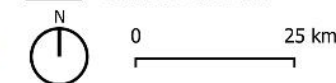
- ✈ Demais Aeródromos - Não Concedidos
- ✈ C Aeroportos Regionais Concedidos
- ✈ C Aeroporto Regional com Voos Regulares Concedido

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Terminais e Complexos

Infraestrutura e Competência de Gestão da Malha Rodoviária (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Est. Terciária Simples
- Est. Terciária Duplicada
- Rod. Secundária Simples
- Rod. Secundária Duplicada
- Rod. Principal Simples
- Rod. Principal Duplicada
- Rod. Prin. Dup. Priv. ou Concessionada
- Ferrovía em Operação (MT, 2024)
- Massas d'água
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

CORREDORES LOGÍSTICOS

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- ✈ Demais Aeródromos
- ✈ Aeroportos Regionais
- ✈ Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Terminais e Complexos

Corredores Logísticos Rodoviários (Min. Transportes, 2017-2020)

- Cana de Açúcar
- Cana de Açúcar Para Exportação
- Soja e Milho
- Soja e Milho Para Exportação
- Veículos
- Combustíveis

Corredores Logísticos Ferroviários (Min. Transportes, 2017-2020)

- Cana de Açúcar
- Cana de Açúcar Para Exportação
- Soja e Milho
- Soja e Milho Para Exportação
- Combustíveis

Corredor Logístico Hidroviário (Min. Transportes, 2017-2020)

- Soja e Milho para Exportação
- Massas d'água
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O sistema de mobilidade da Região é composto massivamente por Rodovias, principal infraestrutura de mobilidade para transporte de cargas e pessoas, seguido pela malha ferroviária, hoje utilizada para transporte de mercadorias, e aeroportos com diferentes escalas e funções.

O sistema rodoviário é composto pela Rodovia Primária Washington Luís (SP-310), que possui duas faixas por sentido, na direção norte, cujo trecho termina em Mirassol e se transforma na Rodovia Feliciano Sales da Cunha (SP-310), conectando-se com a Rodovia Secundária Euclides da Cunha (SP-320).

A Whashington Luís, ao longo do trajeto, faz um entroncamento na altura de São José do Rio Preto com a Rodovia Assis Chateaubriand (SP-425), que atravessa a região no sentido leste – nordeste e sudoeste, se conectando com cidades como Olímpia e Bady Bassit.

O sistema ainda é composto por diversas Estadas Terciárias, de caráter diverso, englobando Rodovias Vicinais, com diferentes níveis de conservação, que dão acesso ao perímetro urbano e rural dos municípios da região.

A **malha ferroviária** possui parte da Malha Central do país, que conecta os estados de Tocantins, Goiás e Minas Gerais à malha Paulista na altura da cidade de Fernandópolis. Por sua vez, a malha Paulista se conecta de um lado com a Malha Norte presente no Estado do Mato Grosso e percorre todo o Estado de São Paulo, passando pela RMSP até o Porto de Santos, principal movimentador de cargas do Brasil.

A região possui diversos pátios ferroviários abertos e um Pátio Assistido¹⁰ na Cidade de São José do Rio Preto, demonstrando seu relevante papel logístico para a movimentação qualificada de cargas.

A **rede aeroportuária** da região conta com o Aeroporto de São José do Rio Preto, sendo o único que recebe voos comerciais, e outros que possuem uma menor infraestrutura, como em Novo Horizonte, Mirassol, Votuporanga e Fernandópolis.

¹⁰ É um pátio com infraestrutura avançada e suporte operacional, onde serviços especializados são fornecidos para facilitar as operações ferroviárias. Possui controle operacional supervisionado por equipes especializadas, garantindo maior segurança e eficiência.

A partir da década de 1990, o Estado de São Paulo passou a implementar o regime de concessões para administração de parte de sua infraestrutura de mobilidade, transferindo à iniciativa privada com vistas à melhoria na gestão, operação e segurança.

Na região isso se concretiza, no modo rodoviário, nas concessões das Rodovias Washington Luís à EcoNoroeste e Assis Chateaubriand para a Eixo SP. No modo ferroviário tem-se a concessão federal à empresa RUMO, enquanto, mais recentemente, os aeroportos de São José do Rio Preto e Votuporanga passaram a ser geridos pela ASP aeroportos paulistas.

Com relação à **Origem e Destino da Carga**, a região de São José do Rio Preto se caracteriza, além de centro produtor, como trajeto de carga oriunda de outras regiões que visam acessar os principais centros consumidores e distribuidores da carga no Brasil.

A origem dessa produção, de natureza agropecuária, são os estados de Minas Gerais e, sobretudo, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Seu principal deslocamento em modo rodoviário ocorre no eixo Noroeste-Sudeste, principalmente pelas Rodovias Euclides da Cunha e Washington Luís. Já no meio ferroviário a linha operada pela RUMO, onde uma das extremidades está localizada no município de Rondonópolis/MT, exerce o papel preponderante nesse escoamento.

2.3.3 Mobilidade e acessibilidade regional

SÍNTESE DO POTENCIAL DE CONECTIVIDADE E ACESSIBILIDADE - MÉDIA REGIONAL

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Potencial de Conectividade e Acessibilidade (FIPE, 2024)

- Muito Abaixo da Média Regional
- Abaixo da Média Regional
- Na Média Regional
- Acima da Média Regional
- Muito Acima da Média Regional

Infraestrutura Aeroportuária (Min. Transportes, Min. Portos e Aeroportos, 2023, 2024)

- Demais Aeródromos
- Aeroportos Regionais
- Aeroporto Regional com Voos Regulares

Infraestrutura Ferroviária (Min. Transportes, 2023, Rumo, 2025, Mrs, 2025, FCA, 2025, ANTT, 2023)

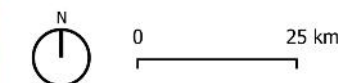
- Pátio / Ponto de Abastecimento
- Terminais e Complexos

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Estradas Terciárias
- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

O presente estudo buscou mensurar os níveis de potencial de mobilidade e acessibilidade do ponto de vista da infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroportuária e hidroportuária.

Entendendo como “acessibilidade” a possibilidade de alcance e acesso, enquanto a “conectividade” como aquele conceito que leva em consideração, também, aspectos que fragmentam o território, dificultando esses deslocamentos, O resultado traz um panorama que permite identificar os locais com maiores propensões a ter seus deslocamentos intra e inter-regionais facilitados, Foram considerados tanto os **fatores de indução** quanto as **barreiras inibidoras** da mobilidade, como as rodovias e ferrovias que cortam a mancha urbana dos municípios da região.

O que se destaca prioritariamente na região é o papel articulador que o modo rodoviário assume, denotando a hegemonia que o rodoviarismo toma na região em sobreposição aos demais modos. Ainda que exista um grande eixo ferroviário atravessando o território, em grande parte paralelamente à Rodovia Washington Luís, são as rodovias os principais elos entre as origens e os destinos dos deslocamentos tanto de pessoas quanto de cargas.

É notório que os municípios onde há uma alta quilometragem de Rodovias Principais e Secundárias apresentem fatores médios ou razoáveis (de acordo com a metodologia adotada) em relação à acessibilidade e conectividade, como Monte Aprazível, Nhandeara e Olímpia ou mesmo municípios que possuem uma malha significativa de Estradas Terciárias, como Novo Horizonte, possuam também índices elevados de potencial de acessibilidade e conectividade.

Outro fator que contribuiu positivamente foi a presença de infraestrutura aeroportuária e ferroviária, aumentando os índices de conectividade e acessibilidade.

São José do Rio Preto concentra a maior quantidade de infraestrutura de transportes, porém no perímetro urbano, existem rodovias e ferrovias consideradas como barreiras, diminuindo sua pontuação de acordo com os parâmetros adotados.

Esta análise buscou entender a acessibilidade dos municípios da região a dois conjuntos de equipamentos extremamente relevantes, ou seja, os

hospitais que atendem questões de saúde de alta complexidade e as instituições de ensino superior. A referência para análise é a base de fluxos identificados pela Pesquisa de Regiões de Influência das Cidades (Regic, 2018) e a síntese do Potencial de Conectividade e Acessibilidade desenvolvida por meio de metodologia própria que norteou os estudos ligados a Transporte e Mobilidade do PDUH.

É importante ressaltar que estes deslocamentos são realizados em quase sua totalidade através do sistema rodoviário, salvo poucos casos de urgência médica onde esses deslocamentos podem ser feitos via transporte aéreo. Um segundo ponto importante a ser analisado é que parte desses deslocamentos extrapolam os limites da Região Administrativa por diversos motivos, sejam eles de proximidade, melhor acessibilidade a outros municípios fora da RA, entre outros.

2.3.4 Acidentes no sistema viário

ÓBITOS TOTAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NA REGIÃO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes An

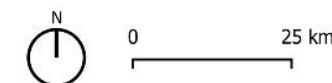
- Sem Óbitos
- Óbitos Muito Abaixo da Média Estadual
- Óbitos Abaixo da Média Estadual
- Óbitos Acima da Média Estadual
- Óbitos Muito Acima da Média Estadual
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

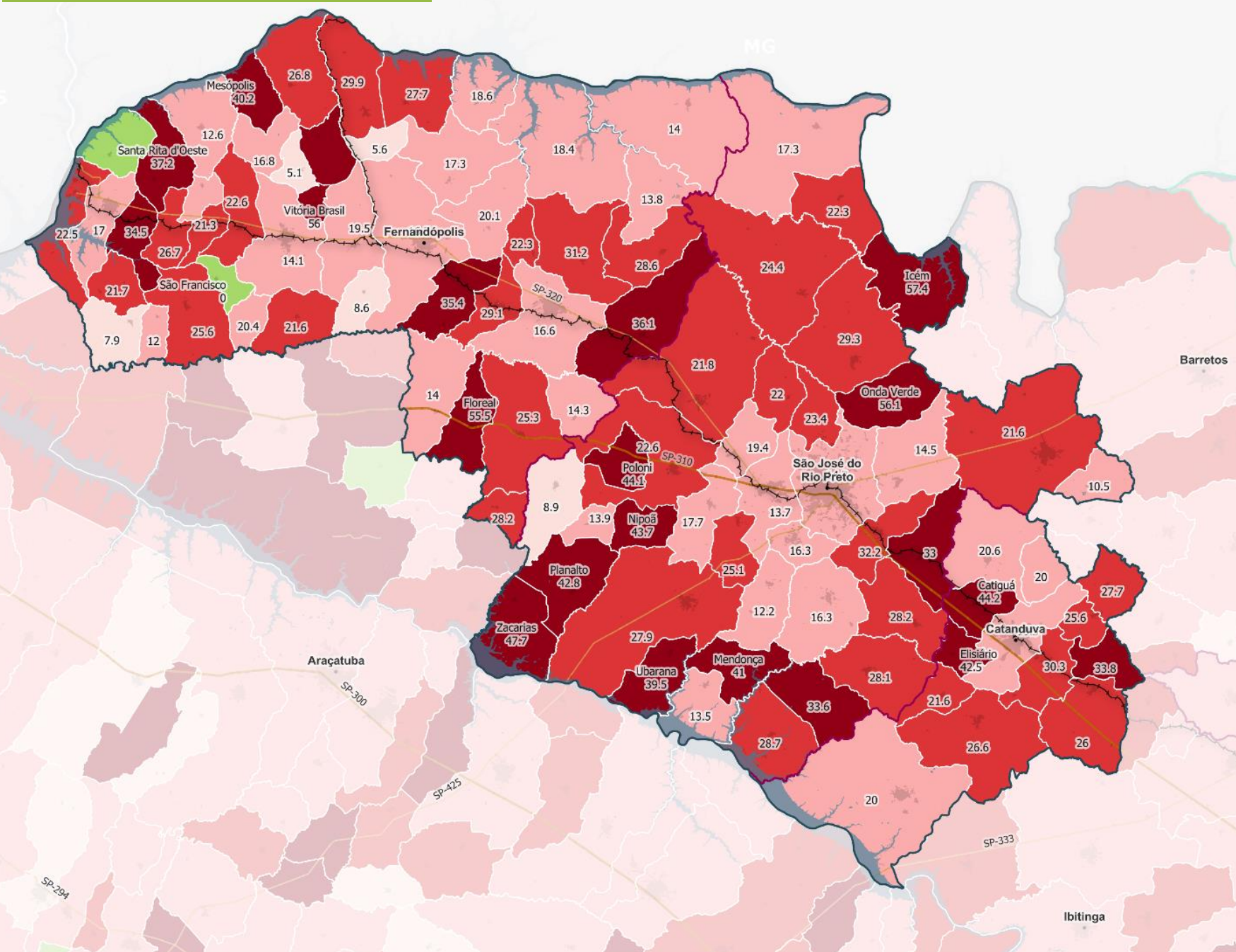
Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



A avaliação sobre segurança levou em consideração a média de incidência de óbitos do período 2015-2023 por 100 mil habitantes, analisando qualitativamente em comparação com, respectivamente, a média do Estado de São Paulo e da região analisada. Um terceiro ponto considerado foi a avaliação percentual por município da localização desses óbitos, diferenciando ocorrências no viário municipal daquelas sob a tutela de outro ente.

A Região de São José do Rio Preto apresenta, desafortunadamente, uma média superior dos óbitos por 100 mil habitantes àquela verificada para o Estado de São Paulo.

Com números respectivos de 24,05 contra 20,31, isso representa uma variação percentual de 18,41%.

Territorialmente, essa situação se materializa com incidências de óbitos superiores à média estadual em boa parte da região.

Destaca-se uma grande incidência de cidades com médias superiores à média estadual nas suas porções sudeste, central e Noroeste.

Nessa última parte, porém, estão duas cidades onde, nos últimos oito anos, não se verificaram óbitos, sendo Santa Clara d'Oeste e São Francisco.

ÓBITOS TOTAIS EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO NA REGIÃO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes
Atualizados (Infosiga, 2015-2023)

- Sem Óbitos
- Óbitos Muito Abaixo da Média Regional
- Óbitos Abaixo da Média Regional
- Óbitos Acima da Média Regional
- Óbitos Muito Acima da Média Regional
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

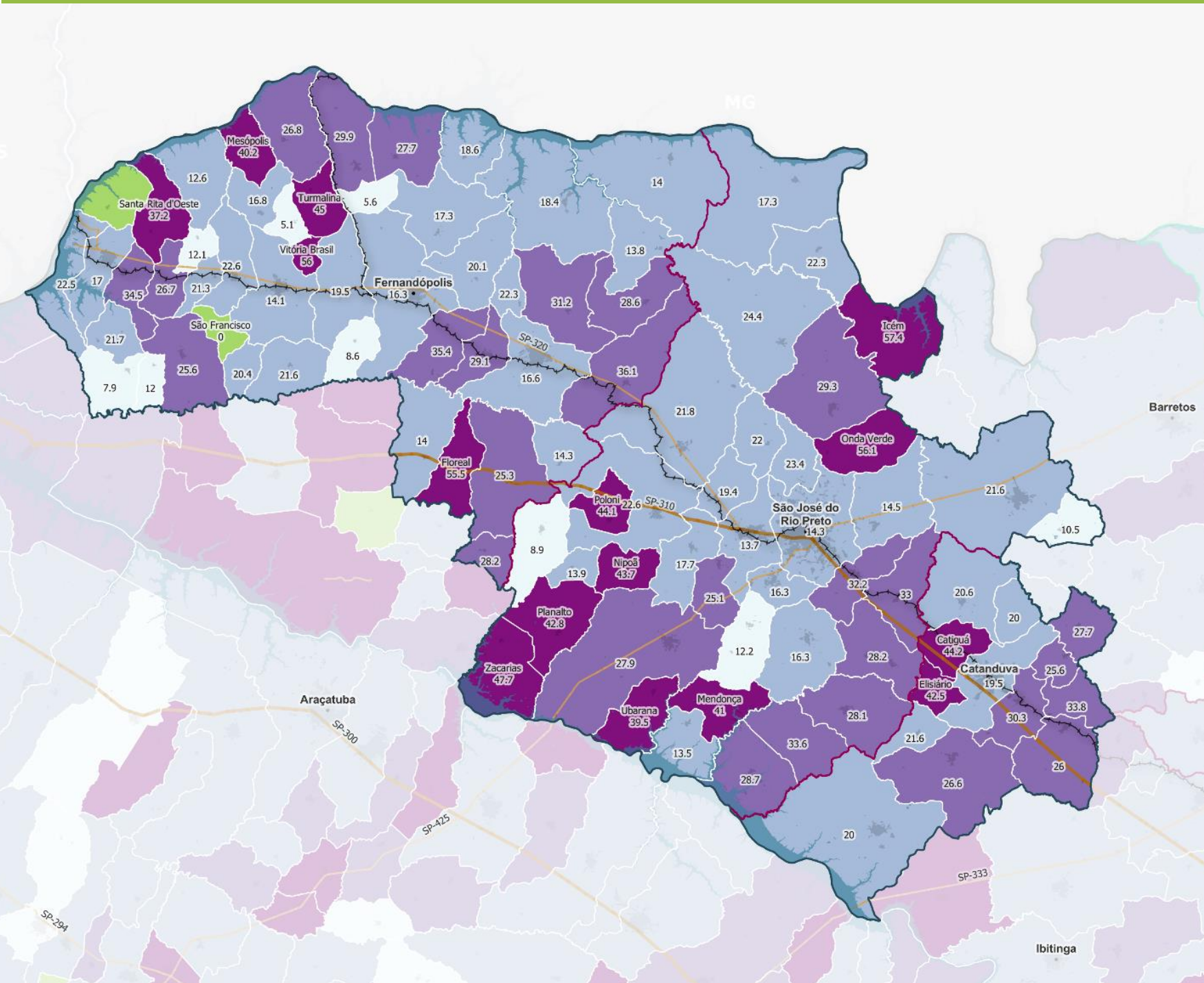
- Limites Municipais
- Aglomeração Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



A avaliação intrarregional aponta algumas cidades que, mesmo considerando apenas a média regional, destacam-se acima do seu desvio padrão. Além disso, algumas dessas cidades não possuem rodovias Principais ou Secundárias (segundo a metodologia adotada) em seu território.

Na porção Sudoeste da região, enquadram-se nessa situação Zacarias (47,7); Nipoã (43,7); Planalto (42,8); Mendonça (41) e Ubarana (39,5). Na mesma situação, agora considerando a porção Nordeste da região se tem Icém com 57,4 e Onda Verde com 56,1.

Também sem rodovias Principais ou secundárias e com altos índices de óbitos por 100 mil habitantes, na porção Noroeste da região surgem Vitória Brasil (56); Mesópolis (40,2) e Santa Rita do Oeste (37,2).

No mesmo patamar, mas servida pela Rodovia Washington Luís apresentam-se os municípios de Catiguá (44,2), Poloni (44,1) e Floreal (55, 5). Dessas, apenas a primeira com predominância de óbitos em vias urbanas.

Apesar disso, algumas dessas cidades têm a maioria desses óbitos ocorrendo fora da jurisdição municipal, implicando em reflexões a serem aprofundadas no mapa seguinte.

ÓBITOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO - VIÁRIO

Região de São José do Rio Preto

ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Óbitos em Acidentes de Trânsito Por 100 mil Habitantes Anualizados (Infosiga, 2024)



Tipo de Viário na Ocorrência de Óbitos (Infosiga, 2015-2024)

- Exclusivamente em Vias Urbanas
- Majoritariamente em Vias Urbanas (Acima de 55%)
- Óbitos Igualmente Presentes em Vias Rodoviárias e Urbanas
- Majoritariamente em Vias Rodoviárias (Acima de 55%)
- Exclusivamente em Vias Rodoviárias
- Centralidades Regionais (REGIC, 2018)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Limites Municipais

- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Como foi verificado, a região possui um número de óbitos por habitante maior do que se verifica no Estado de São Paulo. Destaca-se também uma outra característica que mostra uma evidente predominância desses eventos em viários não municipais, ainda que, nem sempre, vinculados às rodovias Primárias ou Secundárias (segundo metodologia adotada e aplicada nesse trabalho).

É importante destacar a existência de cidades de pequeno porte com óbitos exclusivamente em rodovias, tais como Magda, Marinópolis, Dulcinópolis, Guarani do Oeste e Vitória Brasil. Ressalta-se que essa última também apresenta relevante número de óbitos por habitantes.

Em contraposição, existem cidades como Ariranha, Dirce Reis, Erisário, Indiaporã, Marapoama, Mesópolis (essa também com alto índice de óbitos por habitante), Novaes, Parisi, São João das Duas Pontes, Sebastianópolis do Sul e Tabapuã com acidentes fatais exclusivamente se dando no sistema viário municipal.

Em ambos os casos, cabe uma atenção do ente local por meio da adoção de medidas que garantam maior segurança à população. Para isso, uma medida inicial seria a existência de melhores condições estruturais e, entre elas, a adoção de Planos de Mobilidade quando exigidas pela Política Nacional de Mobilidade.

2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL

A inserção da lente climática para a leitura da vulnerabilidade socioterritorial tem uma importância crescente no período atual. As análises feitas no Diagnóstico do Plano Estadual de Adaptação e Resiliência Climática - PEARC dão um quadro da situação no Estado e pode ser consultado para um maior aprofundamento e para compreensão das bases da política climática no Estado, que é composta também pelo Plano de Ação Climática - PAC 2050 que trata principalmente das estratégias de mitigação de emissões de gases de efeito estufa visando atingir emissões líquidas zero até 2050.

Essas análises podem ser complementadas pela síntese feita no **Índice de Capacidade de Adaptação e de Resiliência às Mudanças Climáticas - ICAR** e pelos cruzamentos de informações feitos para alguns dos passos realizados neste Índice, referência para a seleção e priorização de municípios no Projeto Municípios Paulistas Resilientes.

Outro subsídio para o tema de adaptação às mudanças climáticas é o **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo**, que apresenta diretrizes para as Zonas indicadas, levando em conta projeções climáticas feitas para o Estado de São Paulo. São apresentados aqui, brevemente, duas projeções climáticas para 2050 em um cenário pessimista (RCP 8,5), de altas emissões de gases de efeito estufa, para todo o Estado de São Paulo. Nos mapas a seguir está destacada a Região de São José de Rio Preto da Região da CDHU, em comparação com o conjunto do Estado, para uma compreensão dos cenários críticos e principais desafios a serem enfrentados.

O **primeiro mapa** apresenta, neste cenário, um **aumento de até quase 4 °C na região**, crítico em relação a outras regiões. Já o **segundo mapa** mostra uma **diminuição da precipitação total anual de até 274 mm**, uma das maiores diminuições no Estado em comparação com outras regiões, que podem apresentar o aumento da precipitação no mesmo cenário extremo. Somam-se à estas projeções, também no cenário RCP 8,5, um aumento de até 178 dias na duração das ondas de calor e um aumento de 9 a 12 dias nos períodos de estiagem para a região.

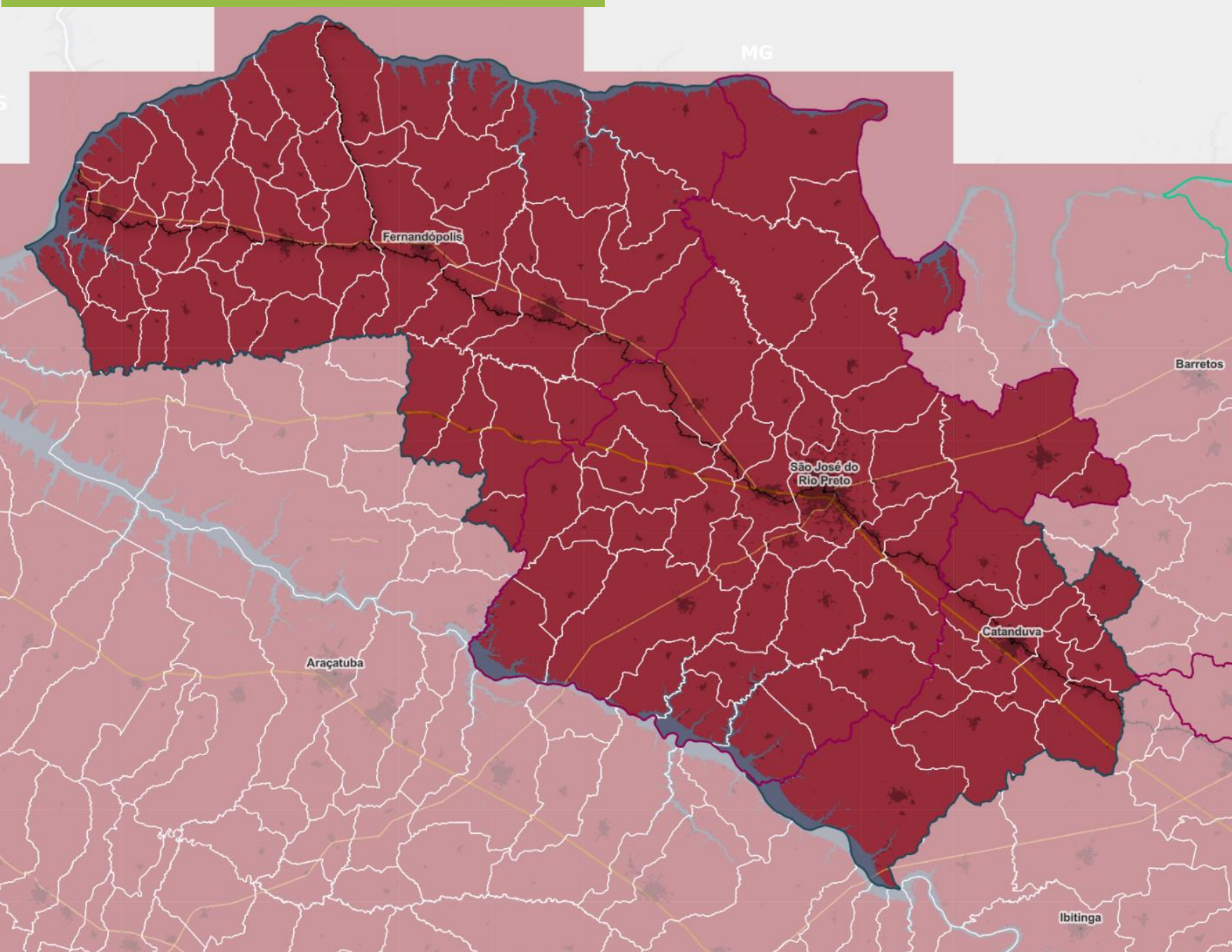
Essas projeções sustentam o **risco de secas na região que podem ter impactos severos na biodiversidade, na segurança hídrica e na provisão de serviços ecossistêmicos**. Tais impactos refletem-se, também, consequentemente, na produção agropecuária, que tem grande importância na região, além de impactar a produção de alimentos e matéria-prima para o setor produtivo e a saúde pública da população da região.

Mesmo que as projeções climáticas apresentadas no ZEE não apresentem esta informação, é importante destacar que está se intensificando a quantidade de chuvas extremas no Brasil e em todo o Estado, chuvas que possuem duração de poucas horas e grande volume de água, com 80 ou até mesmo mais de 100 mm de precipitação, apresentando grandes riscos de inundações. Esse tipo de evento extremo possui relação direta com o aumento do número de dias secos consecutivos estimado em tais projeções climáticas.



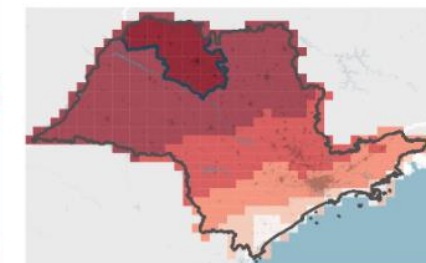
Fonte: Divulgação CDHU - placas fotovoltaicas em casas populares.

2.4.1 Fragilidades ambientais e mudanças climáticas



PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - TEMPERATURA MÉDIA DO AR CENÁRIO 2050

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Temperatura média do ar: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)

3,5 - 3,98

Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

Limites Municipais

Aglomeración Urbana

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

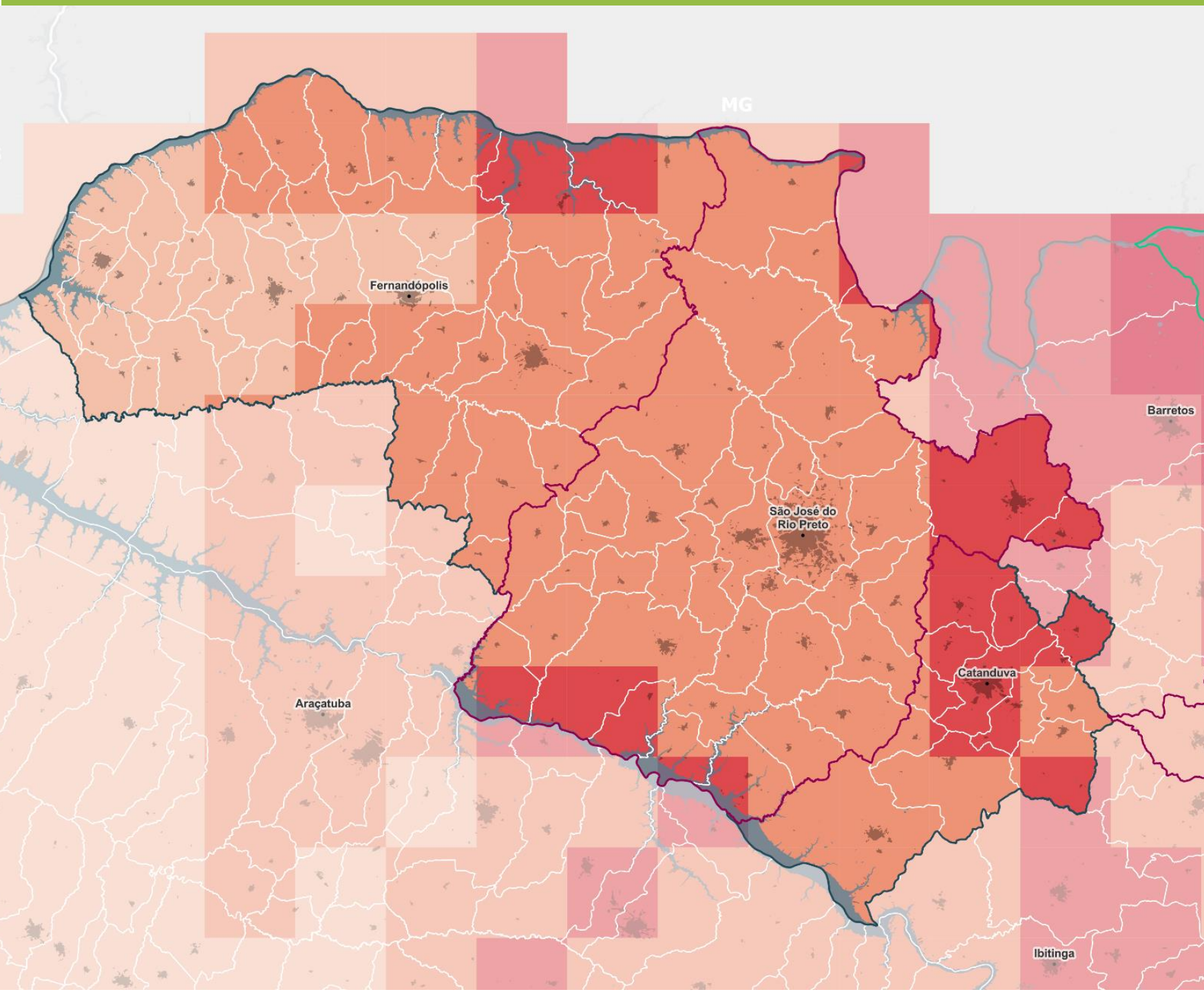
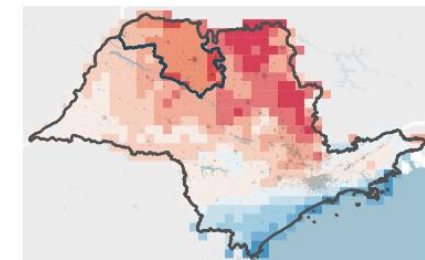
Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

PROJEÇÃO CLIMÁTICA ZEE - PRECIPITAÇÃO ANUAL CENÁRIO 2050

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



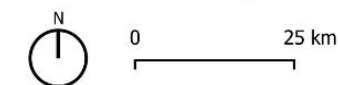
LEGENDA:

Projeção Climática do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Precipitação anual: máximo desvio no cenário RCP 8,5 projetado 2050 (SEMIL, 2022)

- 418 - -274
- 274 - -212
- 212 - -156
- 156 - -99
- 99 - -34
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

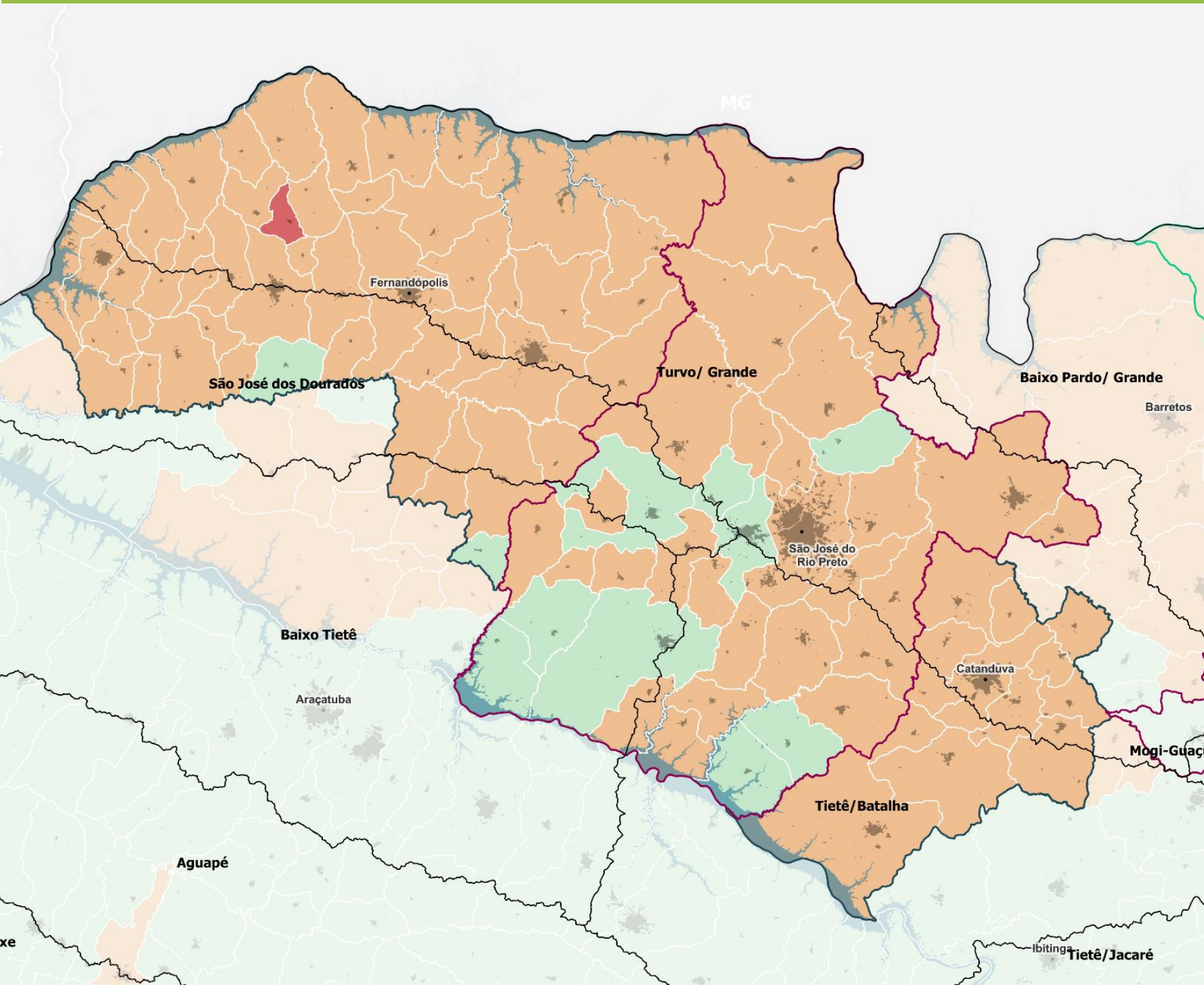
Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



SEVERIDADE DA SECA

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

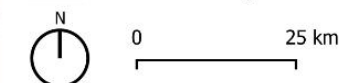
Severidade de Seca (CEMADEN, 2024)

- Extremo
- Severa
- Moderado

- Limites UGRHs - Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DAEE, 2019)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

- Limites Municipais
- Aglomeración Urbana
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Para além das **projeções de extremos climáticos**, já há um monitoramento contínuo de severidade de situações de seca realizado periodicamente pelo Cemaden, para a região a maior parte dos municípios foram classificados em situação severa de seca, com situação extrema no município de Dolcinópolis.

Em relação ao **abastecimento de água da população**, que está atingindo parâmetros críticos, a situação já está afetando também a produção agrícola na região.

Para análises quanto às atividades agrícolas, há um monitoramento específico contínuo do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - Cemaden que, além dos cenários futuros pessimistas, também identificou para quase a totalidade dos municípios da região, **mais de 80% de áreas agroprodutivas afetadas pelos impactos da seca** para o mês de setembro de 2024¹¹.

Em síntese, é necessário um alerta quanto aos efeitos das mudanças climáticas, especialmente o agravamento da situação de secas, sobre a produtividade agropecuária, a distribuição dos cultivos e a produção de alimentos.

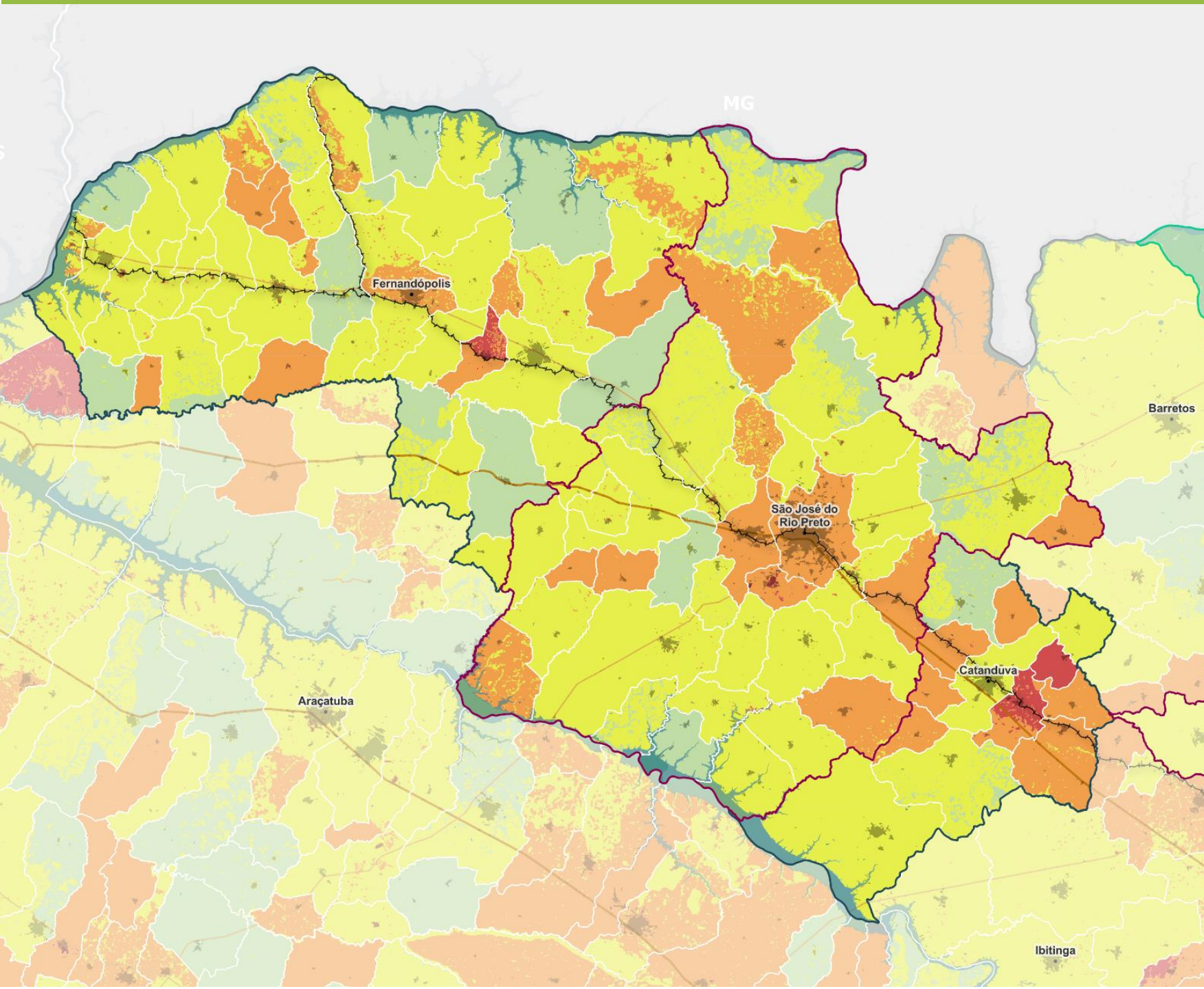
E, no quadro geral, é necessária uma atenção aos efeitos das ondas de calor e aumento da temperatura, já destacadas anteriormente, também em relação à saúde da população, que é um dos eixos do PEARC, a **Saúde Única**. Esta ameaça climática pode gerar um impacto de aumento de agravo à saúde e mortalidade entre as populações.

Cabe ressaltar, ainda, que a população idosa é uma das que possui elevada vulnerabilidade a este impacto, e, nessa região, o índice de envelhecimento é um dos mais altos do Estado, com destaque para os municípios de Floreal, Nova Canãa Paulista e Santana da Ponte Pensa, que possuem, respectivamente, 178, 174 e 163 idosos para cada 100 jovens, de acordo com o Censo de 2022.

¹¹ O Cemaden produz boletins mensais com as informações de secas no Brasil, ressaltamos os dados publicados em outubro, com os dados de setembro de 2024 pois é um dos meses críticos para a seca na região e no Estado de São Paulo.

CARTA SÍNTESE ZEE - RESILIÊNCIA À MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Carta Síntese do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) - Resiliência às Mudanças Climáticas (SEMIL, 2022)

- Muito baixa
- Baixa
- Média
- Boa
- Ótima

----- Ferrovia em Operação (MT, 2024)

Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

Rodovias Secundárias

Rodovias Principais

Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

Limites Municipais

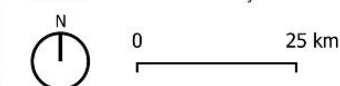
Aglomeração Urbana

Regiões Metropolitanas

Regionalização CDHU

Estado de São Paulo

Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

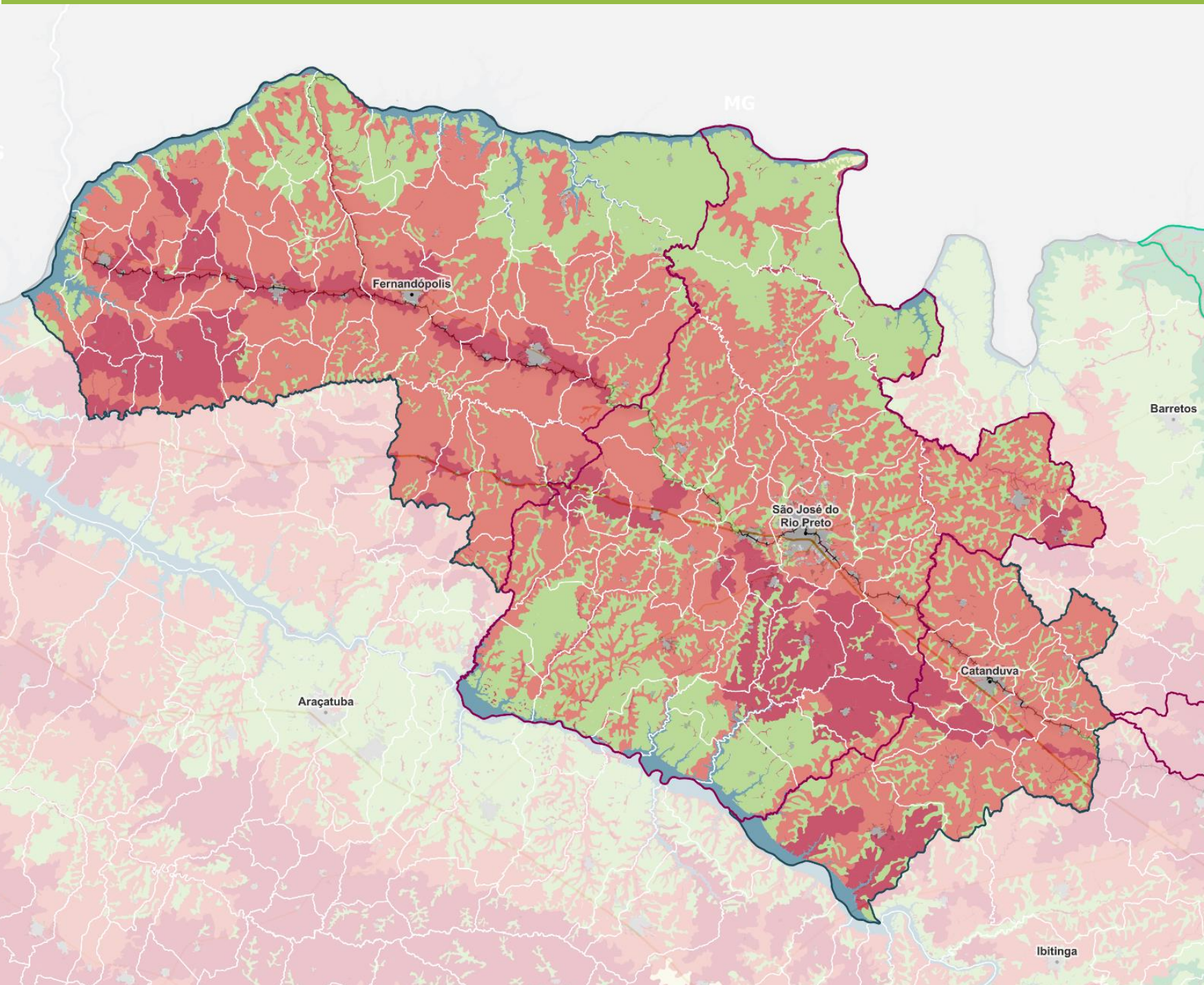
Como já mencionado na seção sobre o Patrimônio Ambiental e Paisagístico, **o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo** apresenta cartas síntese, sinalizadas por classes que vão de 1 a 5 e representam respectivamente níveis de **criticidade, de atenção, situação intermediária, favorável e muito favorável** em relação ao alcance de cada uma das diretrizes estratégicas mapeadas.

A carta síntese da **Diretriz 1 - Resiliência às mudanças climáticas** está estruturada em três dimensões: “situação atual”, “pressões” e “capacidade de resposta”.

De modo geral a região apresenta situação intermediária na qual está inserida a mancha urbana de Catanduva e um número considerável de municípios, apresenta níveis de atenção nos quais estão inseridas as manchas urbanas de São José do Rio Preto e Fernandópolis dentre outros municípios, situação favorável em alguns territórios e pontos isolados de criticidade e de situação muito favorável.

Analizando de forma desagregada os principais fatores que levaram à classificação em classes mais críticas, estão relacionados à dimensão de “capacidade de resposta”, devido, em parte, a programas que não existem na região, visto que na categoria “situação atual” a região apresenta bom desempenho quanto a riscos geológicos, hidrológicos e pessoas afetadas por desastres.

No entanto um dos indicadores com nível de criticidade nessa categoria é o de pontos de erosão em 2012, que é uma questão que afeta criticamente a região e pode se tornar mais crítica com a intensificação dos efeitos das mudanças climáticas.



SUSCETIBILIDADE AMBIENTAL

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Suscetibilidade Ambiental (IPA, 2022)

- Muito Alta
 ■ Alta
 ■ Média
 ■ Baixa
 ■ Muito Baixa
 + + + + Ferrovias em Operação (MT, 2024)
 ■ Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
— Rodovias Principais
■ Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites administrativos

-  Limites Municipais
 Aglomeração Urbana
 Regiões Metropolitanas
 Regionalização CDHU
 Estado de São Paulo
 Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipe, 2025

Enquanto análise mais ampla, é apresentado ao lado o mapa de classes de suscetibilidade ambiental retirado do **Atlas de Suscetibilidade dos Solos do Estado de São Paulo**.

Neste mapa as áreas de classe alta e muito alta de suscetibilidade ambiental coincidem, em grande medida, com áreas de suscetibilidade alta e muito alta de suscetibilidade à formação de erosão, que atingem parcela significativa da região.

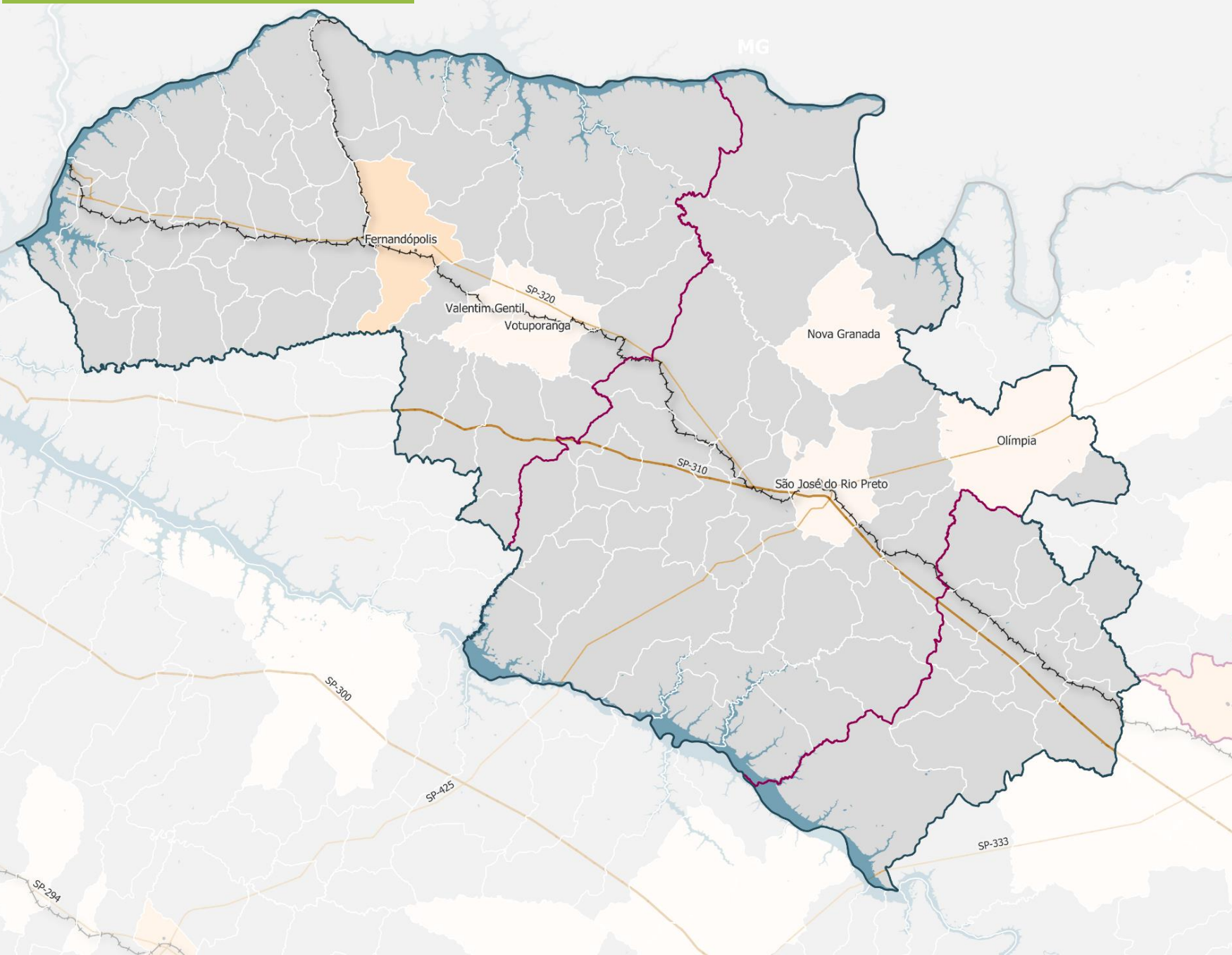
Com destaque para áreas da mancha urbana principal dos municípios de Votuporanga, Fernandópolis, Jales e Santa Fé de Sul inseridas em áreas de muito alta suscetibilidade ambiental e áreas de muito alta suscetibilidade à formação de erosão por ravinas e voçorocas.

Cabe destacar que para uma análise mais precisa da suscetibilidade ambiental e de formação de erosão é necessário analisar o território em outra escala, mais aproximada.

2.4.2 Domicílios em áreas de risco

DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO GEOLÓGICO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Áreas de Risco Geológico R3 ou R4 (DPDU/CDHU, 2025, a partir de: Rede GRD, 2024; CNEFE, 2022; IPA, 2025)

Percentual de Domicílios em Área de Risco Geológico R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)

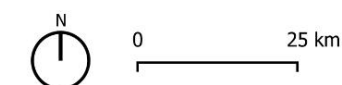
- 0
- 0 - 1
- Sem Mapeamento

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação

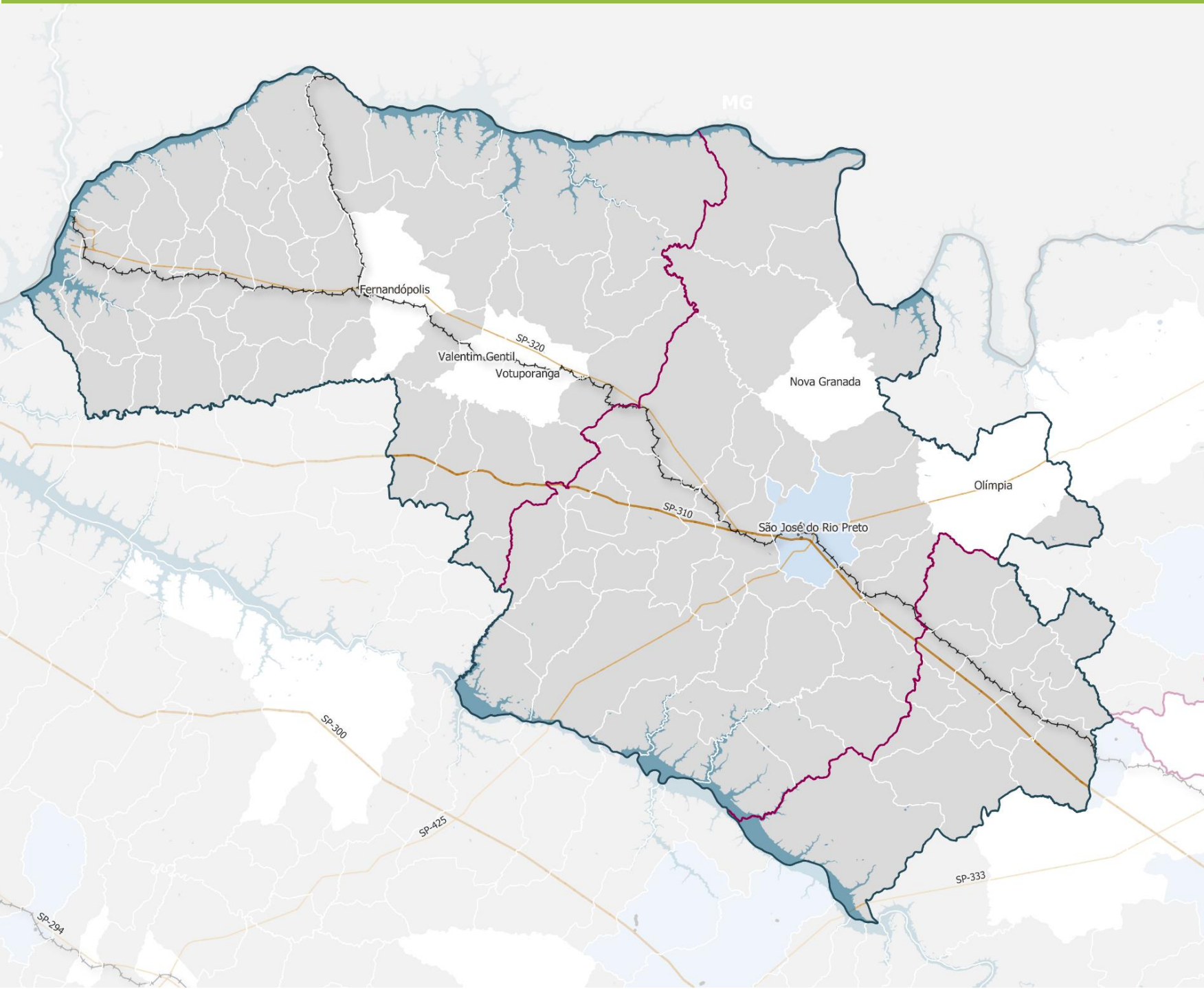


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

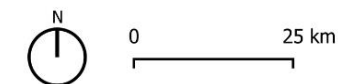
DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO HIDROLÓGICO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Áreas de Risco Hidrológico R3 ou R4 (DPDU/CDHU, 2025, a partir de: CNEFE, 2022; IPA, 2025)
- Percentual de Domicílios em Área de Risco Hidrológicos R3 e R4 (CDHU, 2025 e GRD, 2024)
- 0
 - 0 - 1
 - Sem Mapeamento
- Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)
- Rodovias Secundárias
 - Rodovias Principais
 - Ferrovia em Operação (MT, 2024)
 - Massas d'Água (IBGE, 2023)
- Limites Administrativos
- Limites Municipais
 - Regionalização CDHU
 - Estado de São Paulo
 - Unidades da Federação

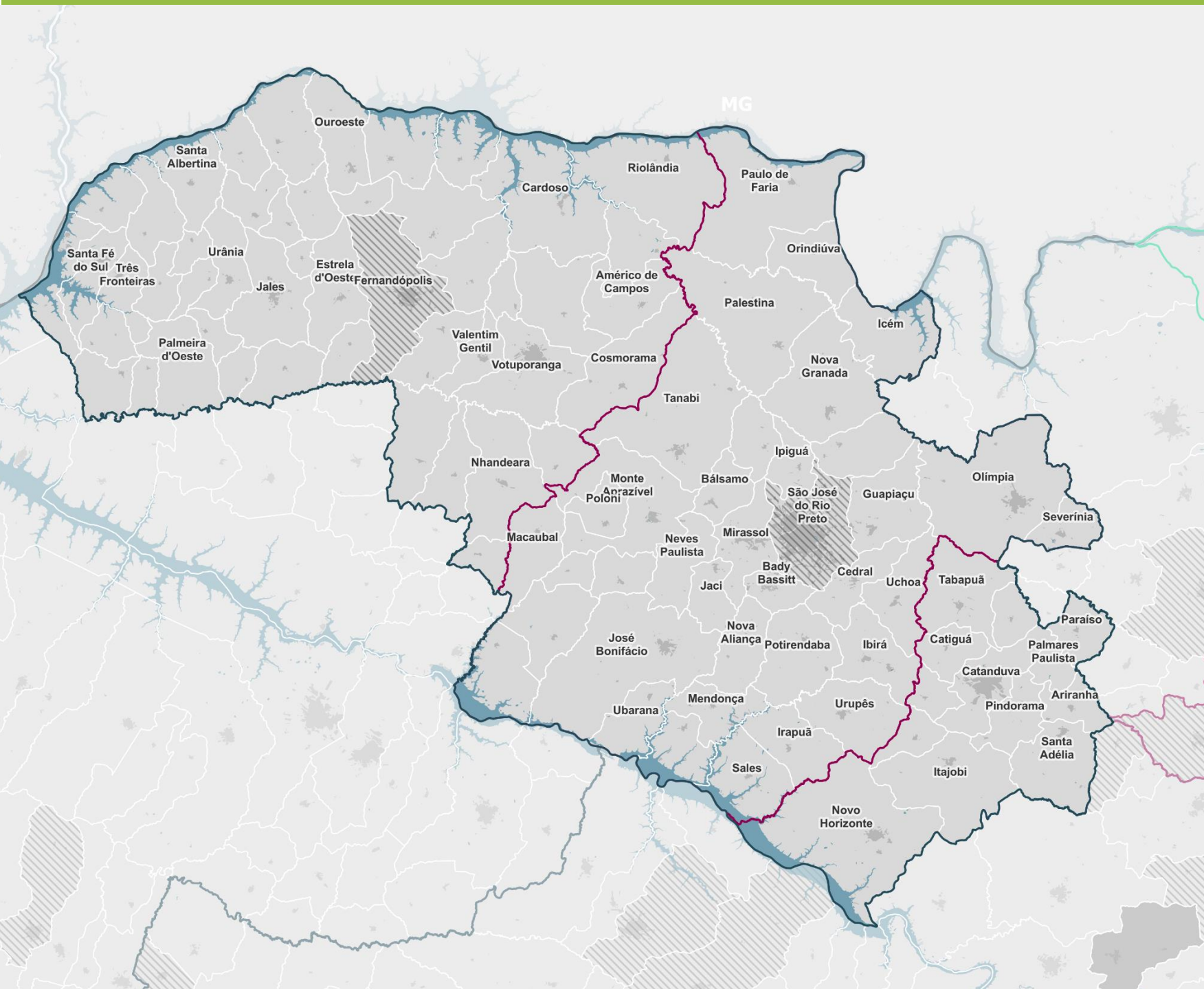


Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

MUNICÍPIOS COM FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS EM ÁREAS DE RISCO ALTO E MUITO ALTO (R3 e R4)

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Risco e FCU (IBGE, 2022 e CDHU, 2026)

- Municípios com Domicílios em Área de Risco Alto e Muito Alto
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Associado aos riscos climáticos e a suscetibilidade ambiental, é fundamental realizar uma análise dos riscos geo-hidrológicos, para tanto foram utilizados os levantamentos apresentados na Nota Técnica Domicílios em áreas de risco para atendimento habitacional¹², elaborada pela CDHU. A metodologia contou com a comparação de diferentes fontes disponíveis e escalas de abordagem para a revisão do mapeamento das áreas de risco do Estado de São Paulo. A partir de diferentes fontes de informação¹³ foram realizados processamentos para a comparação das imagens e o recorte de domicílios dentro das áreas de risco, perigo e suscetibilidade¹⁴. O resultado apresentou 220 municípios com pelo menos um domicílio situado em setorização de risco alto ou muito alto (R3 e R4), as análises municipalizadas apresentam o percentual de domicílios em áreas de risco sobre o total dos domicílios do município.

Os resultados de domicílios em risco são apresentados nos dois mapas apresentados acima, de riscos geológicos e de riscos hidrológicos, e em ambos os mapas, nos casos de municípios indicados em cinza que não possuem mapeamento de risco, as análises podem ser complementadas pelos dados de perigo de escorregamento para os processos geológicos e pelos dados de suscetibilidade à inundação para os processos hidrológicos. E os dados de ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos também

servirá como fonte complementar, tanto nos casos em não houver outros dados como para reforçar os dados já existentes.

E o mapa seguinte, que apresenta a análise conjunta dos domicílios em risco e localizados em favelas é um avanço no sentido de fazer com que as informações disponíveis sobre áreas de risco se tornem instrumentais para a formulação da política de desenvolvimento urbano e habitacional. Estes levantamentos, associados aos anteriores, permitem compreender a realidade atual dos municípios e porcentagem de domicílios mais expostos a riscos de desastres, para uma análise regional que posteriormente contribuirá para ações de prevenção e adaptação aos eventos climáticos extremos em escala local.

Para aprofundamento, a análise dessa região deve ser complementada devido ao grande número de municípios que não possuem mapeamento de riscos geológicos nem hidrológicos. Para ambas as categorias de risco, dos 98 municípios que compõem a região, apenas 5,1% apresentam levantamentos de risco e só o município de Fernandópolis apresenta percentual de domicílios em área de risco geológico R3 e R4 e só o município de São José do Rio Preto apresenta percentual de domicílios em área de risco hidrológico R3 e R4, nos dois casos com menos de 1% de domicílios.

12 DOMICÍLIOS EM ÁREAS DE RISCO PARA ATENDIMENTO HABITACIONAL. Fonte: DPDU/CDHU, 2025. Análise sobre domicílios em áreas de risco alto e muito alto no Estado de São Paulo para fins habitacionais. Dados originais de: Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

13 Rede GRD, 2024; REGEA, 2020; CNEFE, 2022; IPA, 2025.

14 Os principais conceitos utilizados neste material, como por exemplo, risco, perigo e suscetibilidade, encontram-se detalhados na Nota Técnica.

2.4.3 Estudos preliminares de necessidades habitacionais

DÉFICIT HABITACIONAL NA REGIÃO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



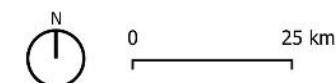
LEGENDA:

Municípios e arranjos populacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional B
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B
- Centro de Zona A
- Centro Local

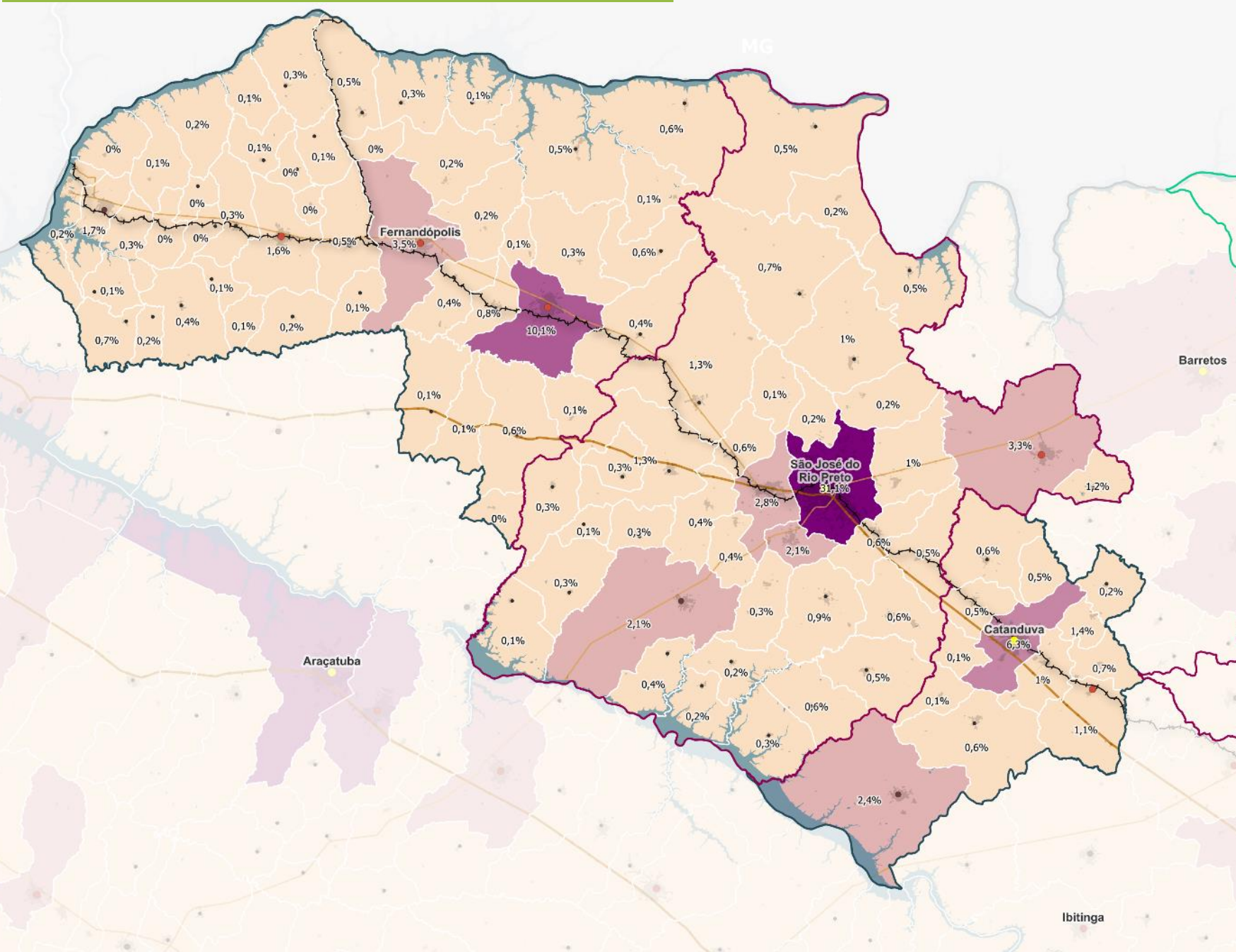
Participação do déficit habitacional em relação ao total da região (%) - CDHU/UFABC, 2024

- 0 - 2
- 2 - 5
- 5 - 10
- 10 - 15
- 30 - 54,8
- Rodovias simples (IBGE, 2023)
- Rodovias duplicadas (IBGE, 2023)
- Ferrovia em operação (MT, 2024)
- Área urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água
- Limites municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



INADEQUAÇÃO HABITACIONAL NA REGIÃO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Municípios e Arranjos Popacionais (REGIC, 2018)

- Capital Regional B
- Capital Regional C
- Centro Sub-Regional A
- Centro Sub-Regional B

Participação da Inadequação Habitacional em Relação ao Total da Região (% - CDHU/UFABC, 2024)

- 0 - 1
- 1 - 4
- 4 - 8
- 8 - 45,9

Rodovias (IBGE, 2023 - FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovias em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Massas d'água

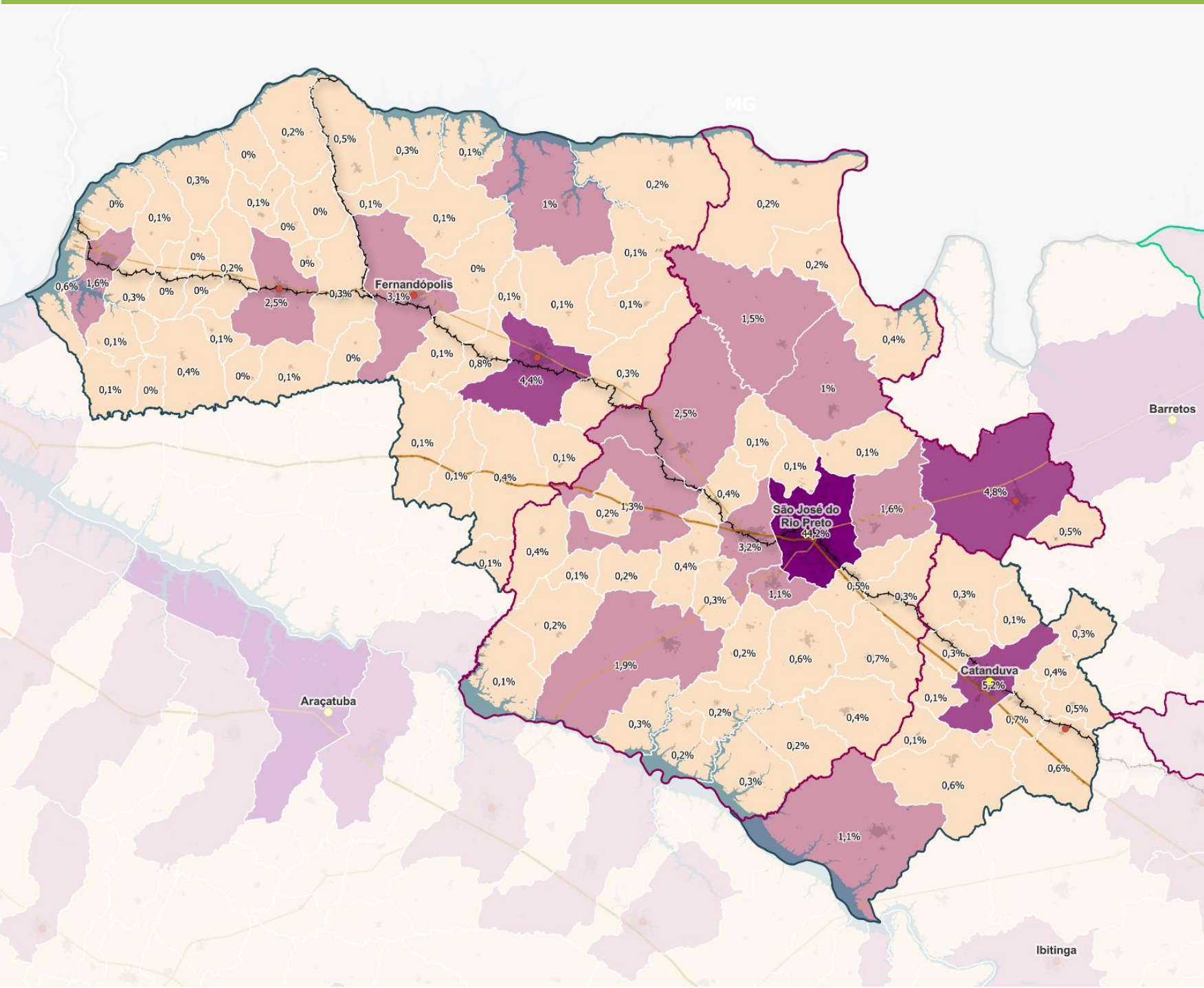
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



A identificação e o dimensionamento das necessidades habitacionais estão relacionados ao tipo de ação efetivada pela política habitacional para intervenção no território, podendo ser de **provisão habitacional**, no caso do déficit, ou de **adequações urbanísticas e edilícias** para garantir qualidade habitacional aos domicílios inadequados.

A partir desta premissa, a presente avaliação se baseia na abordagem domiciliar da metodologia MAPPA¹⁵, desenvolvida por CDHU/UFABC, com estimativa quantitativa de projeções do censo 2010 para cálculo de Inadequação Ajustada e Déficit Ampliado, tendo como unidade de análise o próprio domicílio, cuja precariedade é definida a partir da análise detalhada de suas características.

Os domicílios em situação de déficit habitacional são os que apresentam inadequações graves, que não podem ser sanadas por intervenções de melhoria, e demandam uma nova moradia para seu equacionamento. Em contrapartida, os domicílios em situação de inadequação habitacional, por mais que apresentem mais de uma inadequação, podem ser solucionadas com a realização de obras de melhoria das condições habitacionais, não sendo necessária a construção de nova moradia

A avaliação de necessidades habitacionais utiliza distintas dimensões para caracterizar a moradia digna, são elas: custo da moradia, adequação física da

edificação, adequação da edificação à família, segurança ambiental, segurança jurídica, infraestrutura e serviços públicos e localização e acessibilidade. A partir delas, foram eleitas as variáveis do Censo que melhor responderiam aos componentes de inadequação, sendo analisadas em processo de cascata para classificação dos domicílios em déficit, inadequação ou adequados.

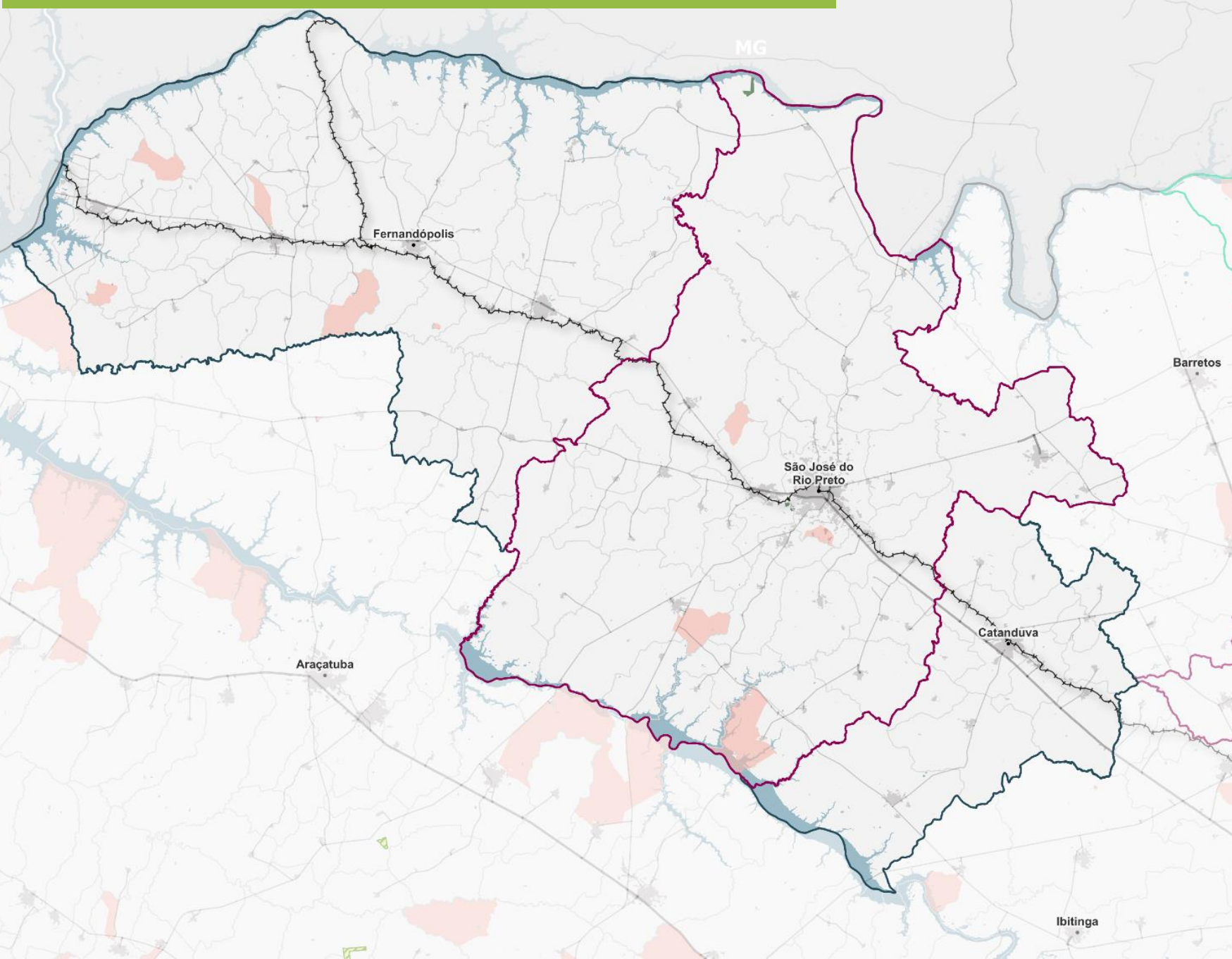
A avaliação de necessidades habitacionais utiliza distintas dimensões para caracterizar a moradia digna, são elas: custo da moradia, adequação física da edificação, adequação da edificação à família, segurança ambiental, segurança jurídica, infraestrutura e serviços públicos e localização e acessibilidade. A partir delas, foram eleitas as variáveis do Censo que melhor responderiam aos componentes de inadequação, sendo analisadas em processo de cascata para classificação dos domicílios em déficit, inadequação ou adequados.

Em relação aos domicílios em inadequação habitacional, a maior concentração está no município de São José do Rio Preto que detêm 44,2% de domicílios com essas características na região. Em seguida está Catanduva com 5,2% dos domicílios inadequados da área analisada, seguida por Olímpia com 4,8% e Votuporanga com 4,4%. A Região Metropolitana de São José do Rio Preto tem participação de 70,1%, no total de domicílios inadequados da região CDHU analisada.

¹⁵ Metodologia para Identificação e Caracterização de Assentamentos Precários em Regiões Metropolitanas Paulistas. O projeto MAPPA é fruto de um Termo de Colaboração Técnico Científico

(TCTC) firmado entre a Universidade Federal do ABC (UFABC) e a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU).

2.4.4 Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao saneamento básico



COMUNIDADES TRADICIONAIS E VULNERABILIDADE RURAL

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

- Territórios Indígenas (Censo, 2022)
- Territórios Quilombolas (Censo, 2022)

IPVS (SEADE, 2010)

- Alta vulnerabilidade rural

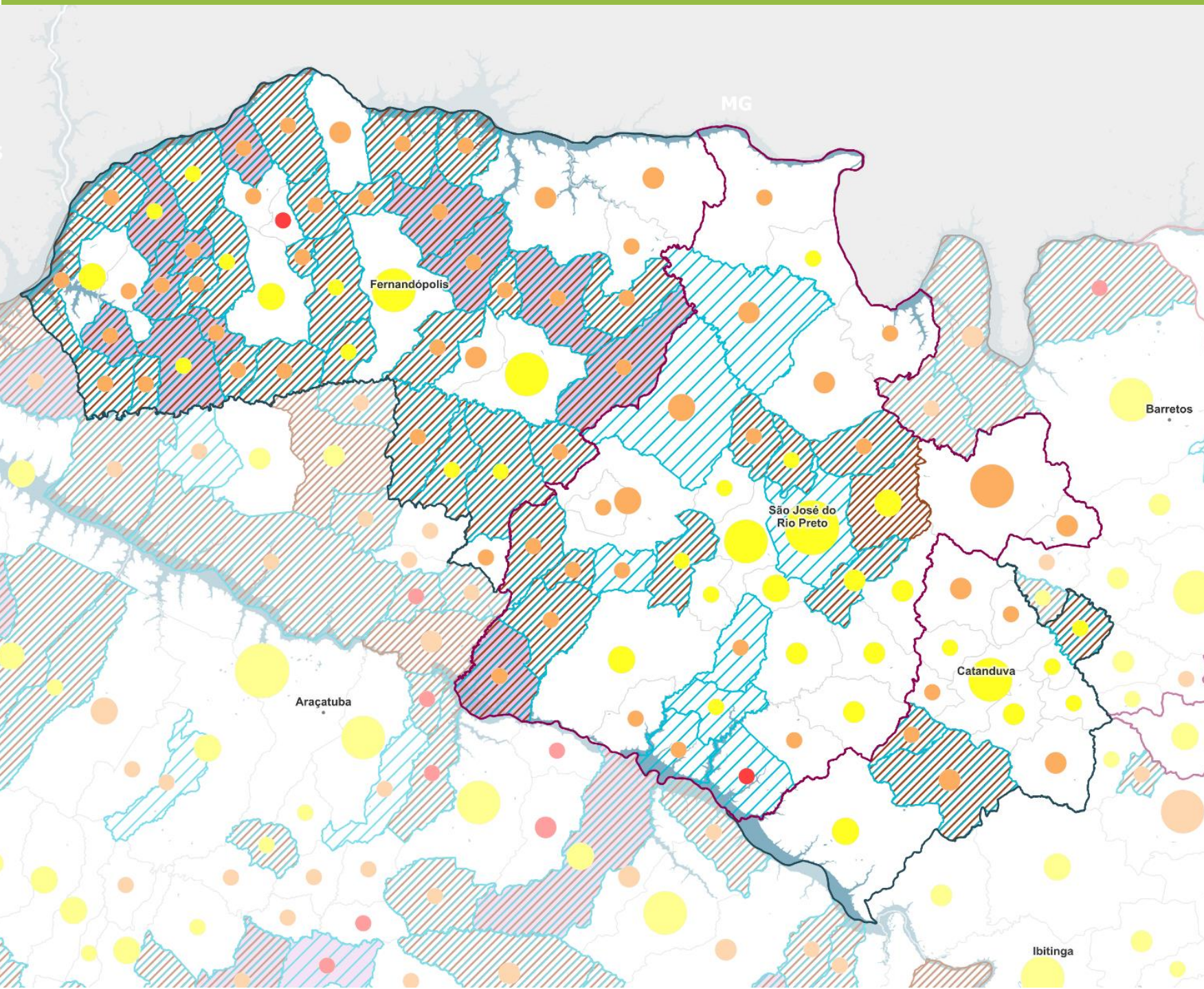
- Rodovias (DNIT, 2016)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Unidades de Conservação - Proteção Integral (FF, 2022)
- Massas d'água
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas
- Estado de São Paulo



0 25 km

Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025



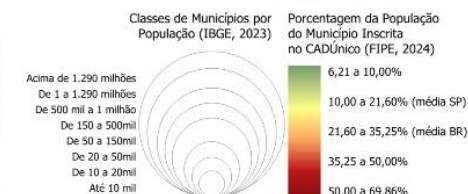
SANEAMENTO AMBIENTAL E VULNERABILIDADE SOCIAL

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Porcentagem da População do Município Inscrita
no CADÚnico e Classes de Municípios por População



Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 95,74%)

Domicílios ligados à rede geral, rede pluvial ou fossa ligada à rede de esgotamento (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 91,30%)

Domicílios cujo lixo é coletado na residência ou em caçamba (Censo, 2022)

Até 90% (média ESP: 99,01%)

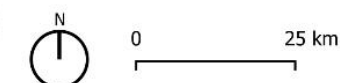
Área Urbanizada (IBGE, 2019)

Massas d'água

Limites Municipais

Regiões Metropolitanas

Estado de São Paulo



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)

Projeção: Transversa de Mercator

Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674

Elaboração: Fipec, 2025

A região de São José do Rio Preto enfrenta desafios significativos no que diz respeito à provisão adequada de uma infraestrutura de Saneamento Ambiental a sua população, exemplificando as contradições urbano-rurais do interior paulista. A maioria dos municípios dessa região não apenas se distancia das médias de atendimento do Estado de São Paulo, como traz uma superposição de vulnerabilidades nesse atendimento, destacando-se sua porção Oeste e o entorno de sua mais rica cidade, que nomeia a região, como territórios mais urgentes a serem atendidos.

Assim, apesar de constituir um polo recente de crescimento econômico e, consequentemente, urbano, a desigualdade no acesso a essa infraestrutura não apenas contrasta com essa pujança como traz uma relevante condição de precariedade a ela. Uma precariedade socioterritorial que impacta sobremaneira suas já vulneráveis populações residentes nos pequenos, rurais e empobrecidos municípios que integram essa região, bem como nas comunidades periféricas de suas maiores cidades, como São José do Rio Preto, Catanduva e Fernandópolis.

Quadro da caracterização da população e do atendimento ao Saneamento Básico

		População Res. (ESP: % do Brasil; Outros: % do ESP até Região, % da Região restantes)	Homens	Mulheres	Crianças (0-14 anos)	Idosos (> 65 anos)	Pretos e Pardos	Indígenas	Inscritos no CadÚnico	Domicílios	Domicílios rurais	Domicílios ligados à rede geral de distribuição de água	Domicílios ligados à rede pluvial ou rede geral de esgotamento sanitário	Domicílios em apartamento	Domicílios em favelas
Brasil (5.571)		203.080.756	48,5%	51,5%	19,8%	10,9%	55,5%	0,60%	35,3%	72.456.368	11,7%	83,9%	60,4%	14,9%	7,7%
Estado de São Paulo (645)		44.411.238 - 21,9%	48,2%	51,8%	18,0%	11,9%	40,9%	0,11%	21,6%	22,4%	2,9%	95,7%	90,4%	20,0%	7,5%
Cidade de São Paulo (01)		11.451.999 - 25,8%	47,0%	53,0%	17,1%	12,4%	43,5%	0,15%	22,5%	26,6%	0,1%	99,2%	94,6%	33,3%	13,6%
Região de São José do Rio Preto (98)		1.675.125 - 3,8%	48,7%	51,3%	17,1%	14,0%	33,3%	0,06%	18,2%	3,9%	4,8%	91,7%	93,1%	7,9%	N/C
São José do Rio Preto	RM São José do Rio Preto (37)	58,0%	48,6%	51,4%	17,4%	13,2%	33,4%	0,07%	17,9%	57,7%	3,4%	90,9%	93,4%	11,3%	N/C
	Entorno (61)	42,0%	49,0%	51,0%	16,6%	15,0%	33,2%	0,06%	18,7%	42,3%	6,7%	92,9%	92,7%	3,2%	N/C
	Municípios até 20 mil hab. (84)	32,1%	50,0%	50,0%	17,2%	14,9%	36,5%	0,06%	22,8%	31,8%	10,4%	88,8%	88,4%	0,2%	N/C
	Municípios de 20-50 mil hab. (08)	15,2%	48,9%	51,1%	17,5%	13,7%	32,3%	0,05%	18,6%	15,1%	5,5%	93,5%	93,0%	1,6%	N/C
	Municípios de 50-100 mil hab. (04)	17,1%	48,3%	51,7%	17,1%	13,9%	32,4%	0,06%	18,1%	17,0%	2,8%	96,5%	96,6%	5,0%	N/C
	Municípios de 100-500 mil hab. (02)	35,6%	47,8%	52,2%	16,7%	13,3%	31,3%	0,07%	14,0%	36,0%	0,5%	91,3%	95,7%	18,6%	N/C
	São José do Rio Preto (01)	480.393 - 28,7%	47,7%	52,3%	16,7%	13,0%	31,6%	0,06%	14,7%	29,1%	0,4%	89,7%	95,1%	20,9%	N/C
	Favelas e Comunidades Urbanas (N/C)	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/A	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C
	Quilombolas (N/C)	N/C	N/C	N/C	N/C	N/C	N/A	N/A	N/A	N/C	N/A	N/C	N/C	N/A	N/C
	Indígenas (74)	1.192 - 0,07%	48,8%	51,2%	10,2%	12,3%	N/A	N/A	N/A	0,14%	N/A	91,7%	N/C	N/A	N/C

Fonte: Censo, 2022; MDS, 2024. Elaboração: Fipe, 2025.

Tal falta dessa infraestrutura de Saneamento Ambiental – que compreende o acesso à água tratada, mas também a coleta e correta destinação do esgoto e dos resíduos sólidos –, expõe uma população que já se encontra em níveis de pobreza maiores do que o do Estado de São Paulo a uma variada gama de doenças de veiculação hídrica, muitas delas possíveis de se levar à morte, sobrecarregando os Sistemas de Saúde locais e reforçando ciclos de exclusão socioterritorial, limitando a Qualidade de Vida e as oportunidades de crescimento dessas populações.

A ausência de um Planejamento Urbano e Territorial integrado, que contribua para uma ocupação ordenada do solo de modo a evitar a exposição dessas comunidades mais afetadas a áreas de risco, como margens de córregos e zonas de inundação, visando promover um desenvolvimento em padrões menos extensivos de ocupação do solo, que pressionam o Meio Ambiente e a Gestão Pública, também é um fator de destaque quando desse debate.

Apesar da existência de iniciativas municipais, estaduais e federais para ampliar a cobertura ao Saneamento adequado a toda população, independentemente de sua renda ou condição urbana ou rural, os avanços

ainda são lentos e insuficientes em relação à demanda, crescente, por tais serviços, tornando urgente a implementação de políticas públicas fundamentalmente integradas.

Nesse contexto, o novo Marco Legal do Saneamento surge como oportunidade para superar essa lógica fragmentária, permitindo a estruturação de arranjos regionais capazes de atrair investimentos privados sem perder de vista as especificidades dos territórios mais vulneráveis. Onde a aplicação de SbN poderia oferecer respostas tanto para o saneamento rural quanto para as periferias pobres em expansão nos maiores centros urbanos, e medidas de preservação dos aquíferos locais trazer maior segurança hídrica a essa região.

A universalização dos serviços de saneamento básico, ainda que insuficiente por si só para equacionar as desigualdades locais crescentes, é condição preliminar para qualquer agenda de desenvolvimento inclusivo, especialmente diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação acelerada dos recursos hídricos.

2.4.5 Infraestrutura de saúde e padrão demográfico

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE E MORTALIDADE INFANTIL

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Mortalidade Infantil até 5 anos
(óbitos por nascidos vivos - DataSUS, 2023)

- maior que 37,12
- 14,02 - 37,12 (Global)
- 11,31 - 14,02 (BR)
- 0 - 11,31 (ESP)

Leitos de Internação Hospitalar (SEADE, 2023)

- Município não dispõe
- Faixa Inferior do PIB Regional
Até R\$320 milhões (IBGE, 2021)

Hospitais (SEADE, 2023)

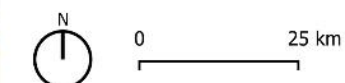
- Estadual
- Municipal
- Particular
- Centralidades Regionais

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

INFRAESTRUTURA DE SAÚDE DE ALTA COMPLEXIDADE E ENVELHECIMENTO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

Índice de Envelhecimento - razão entre a população com 65 anos ou mais e a população de 15 anos ou menos (IBGE, 2023)

- 31,8 - 49,3
- 49,3 - 78,0
- 78,0 - 95,2
- 95,2 - 205,4

Leitos de Internação Hospitalar (SEADE, 2023)

- Município não dispõe
- Faixa Inferior do PIB Regional
Até R\$320 milhões (IBGE, 2021)

Hospitais (SEADE, 2023)

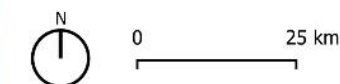
- Estadual
- Municipal
- Particular
- Centralidades Regionais

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Área Urbanizada (IBGE, 2019)
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Estado de São Paulo
- Unidades da Federação



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

A região de São José do Rio Preto destaca-se como um importante polo de Saúde no interior do Estado de São Paulo, aspecto esse com reflexos, inclusive, em sua Economia local. Tal rede, robusta em seu conjunto, apresenta, no entanto, importantes desigualdades em sua distribuição territorial, com implicações diretas no acesso de sua população e em seus indicadores sociais.

Assim, se por um lado as grandes cidades da região desfrutam de um satisfatório atendimento na área de Saúde, com destaque para seu centro polarizador, o município-polo de São José do Rio Preto, muitos municípios demandam consideráveis deslocamentos aos maiores centros em busca de serviços de Saúde de mais alta complexidade. Um fluxo regional que sobrecarrega os poucos hospitais locais, e evidencia a necessidade de ampliação da oferta de leitos e profissionais especializados também em outras, e menores, localidades.

Para além da RM de São José do Rio Preto, e dos municípios-polo de Catanduva, Tanabi, Votuporanga, Fernandópolis, Jales e Santa Fé do Sul, acrescidos à estância turística de Olímpia, o cenário que se verifica é o de pequenos e empobrecidos municípios, muitos deles com relevante número de domicílios rurais que não dispõem de condições para ofertar tais serviços a sua população, obrigada assim a se deslocar até as maiores cidades da região. Deslocamentos, esses, com implicações inclusive à própria Segurança à Vida desses pacientes, visto ser uma área caracterizada por conexões interurbanas realizadas através de estradas vicinais, com alto número de acidentes no Trânsito.

Essa vulnerabilidade socioterritorial na área da Saúde é também verificada nas periferias dessa região, considerando-se enquanto tal inclusive os pequenos municípios que orbitam em torno dos grandes centros regionais, como se pode analisar pelas maiores taxas de Mortalidade Infantil dessas localidades em relação à média estadual. Um panorama que reitera o necessário aprimoramento da descentralização dessa Infraestrutura, atualmente suprido, em partes, pelos inúmeros consórcios com foco em Saúde firmados entre os municípios locais.

Por outro lado, no âmbito do envelhecimento, a região enfrenta um cenário de transição demográfica com aumento significativo de sua população idosa,

constituindo-se, percentualmente, em uma das regiões mais envelhecidas do Estado. A Infraestrutura para atender a essa demanda, em volume, muito recente, também precisa ser repensada e desenvolvida, propiciando mais e distribuídos leitos hospitalares, vagas em casas de repouso e formação e permanência de profissionais ligados à Geriatria e Gerontologia, em especial na porção Oeste dessa região.

Desse modo, se por um lado seu consolidado polo de Saúde constitui-se enquanto um relevante diferencial regional, que pode vir a ser aprimorado e irradiar mudanças em seu entorno, é fundamental que se garanta uma maior equidade ao acesso dessa Infraestrutura de Saúde para toda sua população, com especial atenção às áreas rurais e mais periféricas da região.

Em um processo também de fortalecimento de políticas intersetoriais que integrem Assistência Social, Educação e Desenvolvimento Econômico, e o Planejamento Urbano e Territorial, em uma região que ao mesmo tempo em que necessita enfrentar altas taxas de Mortalidade Infantil e importantes deficiências no atendimento de sua rede de Saneamento Ambiental, precisa também ofertar mais e novos serviços, inclusive em termos de programas habitacionais de longa permanência, para uma população já envelhecida, em muito residente em zonas rurais e em pequenos municípios.

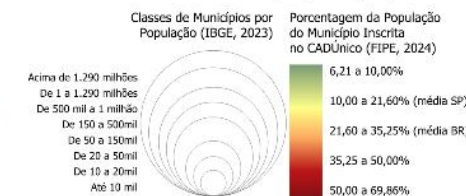
2.4.6 Violência urbana

VIOLÊNCIA URBANA

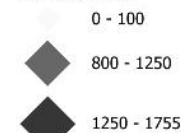
Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO

LEGENDA:

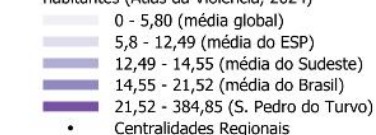
Porcentagem da População do Município Inscrita no CADÚnico e Classes de Municípios por População



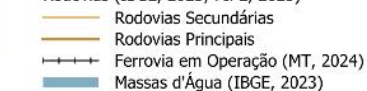
Tamanho das Unidades Prisionais - População presa (SSP-SP, 2024)



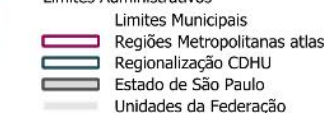
Média Anual de Homicídios, de 2010 a 2022, por 100 mil habitantes (Atlas da Violência, 2024)



Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)



Limites Administrativos



Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

Traçando-se um panorama da Segurança Pública da região de São José do Rio Preto, reitera-se uma situação de agravantes contrastes intermunicipais. Assim, se por um lado seus maiores municípios apresentam taxas de homicídios menores do que a média estadual, com um número considerável de cidades com baixíssimas taxas (inferiores a 5,8 por 100 mil habitantes), por outro, essa mesma região apresenta, em suas bordas, uma concentração de pequenas e empobrecidas cidades muito violentas, sendo significativa a presença de indicadores maiores do que a média brasileira, de 21,52 homicídios.

Constituindo-se como um recente e importante polo econômico no Estado, a RM de São José do Rio Preto e sua rede de centralidades regionais já enfrenta problemas comuns a outras consolidadas metrópoles brasileiras, destacando-se o tráfico de drogas e homicídios, como evidenciado no mapa citado. Violência essa que persiste como uma questão crítica para o Desenvolvimento Social, e Urbano, local, fruto de um crescimento concentrado, que não se manifesta em melhores condições de vida para toda sua população.

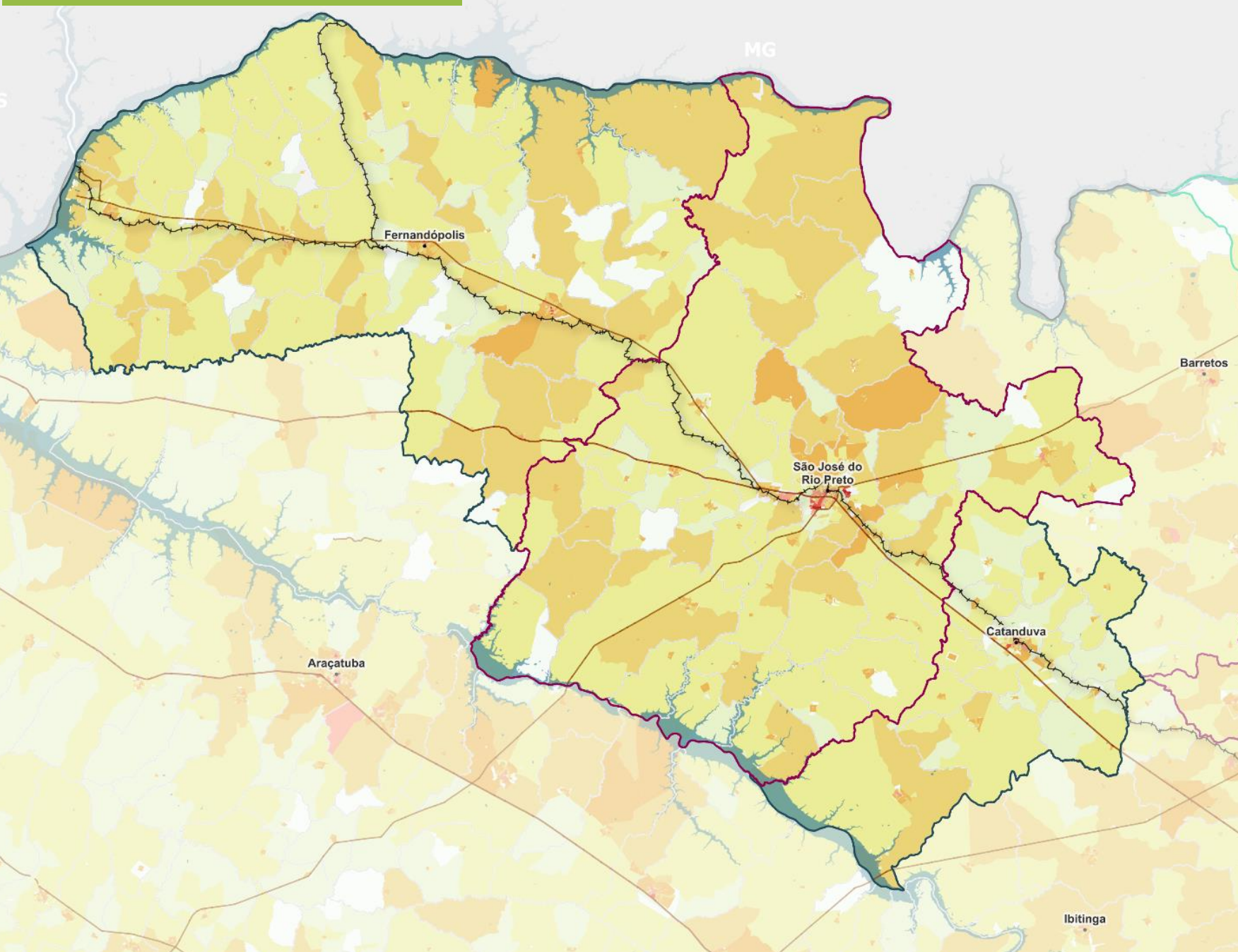
Dessa forma, mesmo contando com variadas e expressivas unidades prisionais, que totalizam uma população de 7.336 residentes, permanecem ali os problemas estruturais do sistema prisional brasileiro, com destaque para sua superlotação em mais de 30% da capacidade. A superlotação dificulta a ressocialização dos detentos e contribui para a formação de facções criminosas, que também atuam fora dos muros das prisões, situação essa agravada por estarem localizados, em sua maioria, em pequenas cidades já deficitárias de recursos públicos, alimentando-se com isso ciclos de violência e insegurança regionais.

A situação da Segurança Pública está, nesse sentido, intimamente ligada ao Planejamento Urbano, afetando em especial pequenos municípios que vêm crescendo de forma desordenada, e à revelia de políticas públicas eficazes de Desenvolvimento Social. Ocasionalmente em disputas territoriais entre facções criminosas rivais nessas cidades, em uma região de fronteira em que já se estabelecem as rotas do narcotráfico no Estado.

O enfrentamento, efetivo, da problemática da Violência Urbana local demanda, assim, uma abordagem multifacetada, que englobe investimentos

em inteligência policial - em especial no combate ao narcotráfico -, políticas de prevenção à violência e melhorias no sistema prisional. Mas, e tão importantes quanto, uma maior oferta de oportunidades para aqueles jovens em situação de vulnerabilidade social, em que se imbricam ações públicas para a redução das vulnerabilidades socioterritoriais locais, visando que a Violência deixe de se constituir enquanto um obstáculo para o pleno desenvolvimento da região.

2.4.7 Desigualdades socioterritoriais



DESIGUALDADE DE RENDA

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



LEGENDA:

Domicílios com rendimento mensal per capita de até 01 S.M. (Censo, 2010):

- 0 a 6
- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108
- 108 a 694

Domicílios com rendimento mensal per capita maior do que 10 S.M. (Censo, 2010):

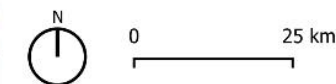
- 6 a 24
- 24 a 55
- 55 a 108

Rodovias (IBGE, 2023; FIPE, 2025)

- Rodovias Secundárias
- Rodovias Principais
- Ferrovia em Operação (MT, 2024)
- Massas d'Água (IBGE, 2023)

Limites Administrativos

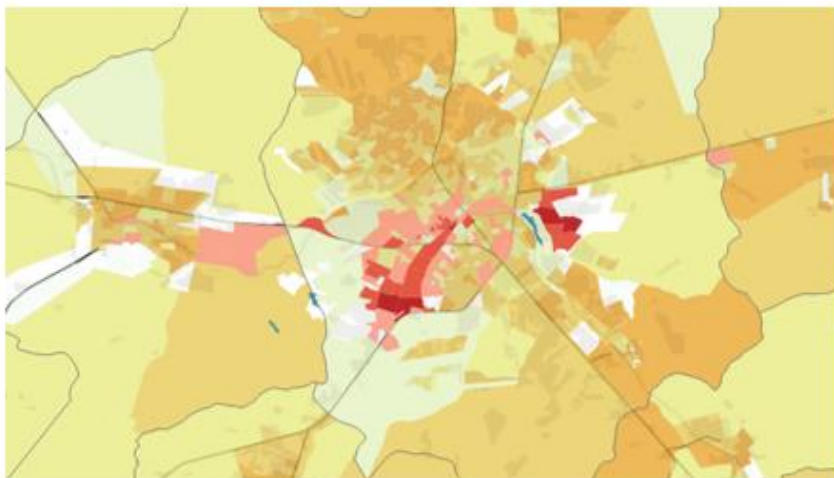
- Limites Municipais
- Regiões Metropolitanas atlas
- Regionalização CDHU
- Unidades da Federação



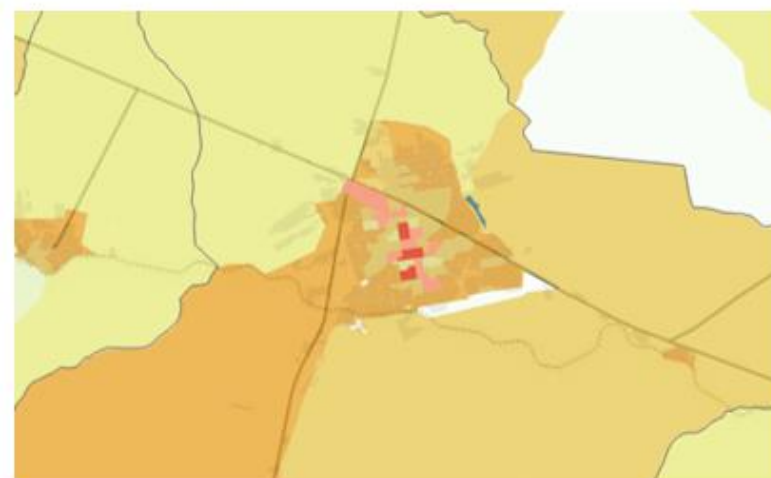
Informações:

Base Cartográfica: IBGE, 2022 (limites administrativos)
Projeção: Transversa de Mercator
Datum: SIRGAS 2000 - EPSG 4674
Elaboração: Fipec, 2025

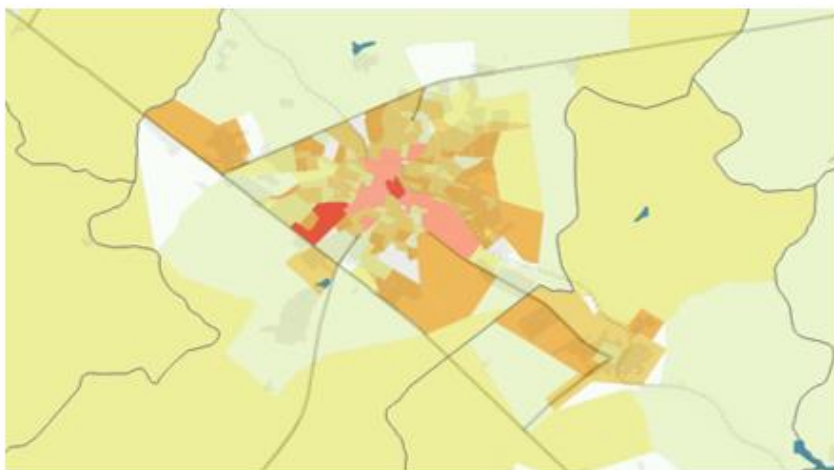
Destaque para os grandes municípios da Região:



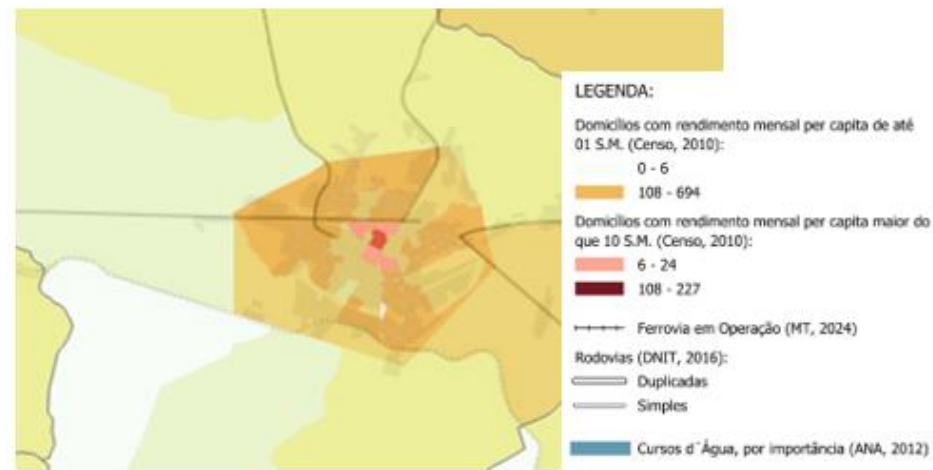
São José do Rio Preto e Mirassol - 540 mil habitantes



Votuporanga – 90 mil habitantes



Catanduva – 110 mil habitantes



Fernandópolis – 70 mil habitantes

Fonte: Censo 2010, renda dos domicílios; Censo 2022, população; Elaboração Fipe, 2025.

Também reflexo das desigualdades sociais estruturais que marcam todo o Brasil, a região de São José do Rio Preto apresenta importantes disparidades quando se tratam dos territórios ocupados por suas parcelas mais rica e mais pobre da população. Conformando, nem sempre por meio de muros, áreas apartadas entre si, com profundos reflexos no Desenvolvimento Social de seus residentes.

Assim, enquanto a cidade de São José do Rio Preto concentra a melhor infraestrutura urbana regional, serviços de qualidade e áreas residenciais de alto padrão, seus bairros periféricos e até mesmo alguns municípios a ela limítrofes enfrentam carências no acesso a uma infraestrutura urbana mínima, haja visto a situação do Saneamento Ambiental local, evidenciando a existência de graves disparidades socioespaciais nessa região.

Com base em dados do Censo Demográfico de 2010, nota-se um panorama da desigualdade socioterritorial regional muito resiliente em termos de sua configuração espacial, em que as regiões centrais das cidades locais permanecem como aquelas mais procuradas pela população de mais alta renda, mesmo que, a partir de um determinado porte desses municípios, essa concentração desloque-se em demarcados vetores radiais a seus centros. Processo esse já demarcado, por exemplo, a partir das análises das cidades de São José do Rio Preto e Catanduva.

Se a localização central se justifica por se constituir nas áreas urbanas de mais antiga ocupação, concentrando a infraestrutura urbana e social desses municípios, tais vetores de localização da população mais rica são fortemente subsidiados em sua conformação, agregando tanto investimentos privados quanto públicos para sua diferenciação espacial. E que, justamente pela notável concentração de renda que marca a sociedade brasileira, tendem a se reforçar com o tempo ao invés de se distribuir de forma mais equilibrada pelo território, configurando com isso enclaves de baixa, mas também de alta, renda nas cidades.

Desde pequenos municípios empobrecidos da região, das zonas rurais ou das periferias das grandes cidades, o cenário que se configura à população mais pobre, assim, é de inúmeras e correlacionadas precariedades. Carecendo-se de acesso a uma Educação e Saúde de qualidade, não dispondo de condições satisfatórias de Transporte, e encontrando, com isso, obstáculos na

obtenção de empregos formais e de maior remuneração, perpetuando-se ciclos geracionais de pobreza.

Essa desigualdade socioterritorial, resultado de décadas de políticas públicas fragmentadas e concentradas em áreas já privilegiadas, tem dessa forma no caminho para seu enfrentamento a instauração de uma Gestão Urbana mais inclusiva. Integrando-se com isso esse desigual território, os direitos e a dignidade de sua população.

3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES REGIONAIS



Vários cruzamentos foram realizados regionalmente em cada subeixo. Neste capítulo pretende-se realizar uma análise integrada entre os diferentes destaques identificados em cada um dos temas, considerando interrelações entre o porte populacional, sua localização na região e as regulações urbanísticas que o influenciam.

Inicialmente é apresentado um quadro síntese, onde serão exibidos os temas dentro de cada subeixo, uma avaliação situacional a partir dos principais

destaques identificados no diagnóstico, desafios e oportunidades¹⁶ no tema em análise¹⁷.

Após esse quadro, será realizada uma análise integrada das principais questões apresentadas, com o apoio de informações básicas sobre os municípios por faixa populacional, para finalizar com uma mediação entre as principais questões identificadas e as diretrizes propostas no ZEE-SP para esta região e no PDUI da RMSJRP.

¹⁶ As oportunidades não foram indicadas para todos os temas, pois em alguns não foram identificadas, até mesmo pela ausência de regulação específica sobre o tema, reforçando o avanço necessário na temática e justificando a necessidade de ações para reverter a situação.

¹⁷ Em alguns casos os desafios e oportunidades estão em consonância com o que foi indicado no PDUI RMSJRP, ajustando a escala de análise, ou no ZEE-SP para a região; essa correspondência será apresentada mais detalhadamente adiante.

DINÂMICA AMBIENTAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Patrimônio Ambiental e Paisagístico.	Baixa quantidade de áreas de Proteção Ambiental.	Ausência de elementos tradicionais para a delimitação das áreas de interesse ambiental; Baixo Índice de cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente hídricas; Salvaguarda da Biodiversidade crítica; Risco de secas que podem agravar situação.	Priorizar o aumento da cobertura vegetal de áreas onde há menor presença de matas ciliares regeneradas (APPs hídricas), em consonância com objetivos de outros planos estaduais como o PEARC e o ZEE-SP.
Instrumentos de proteção e conectividade.	Baixa Cobertura vegetal.	Necessidade de ampliação da cobertura vegetal visando minimizar os efeitos de ilhas de calor e ampliação da segurança hídrica; salvaguarda da Biodiversidade crítica que pode agravar ainda mais a situação.	Promover a utilização de instrumentos de preservação aplicáveis a propriedades rurais (Reserva Legal, RPPN e MONA).
Recursos hídricos.	Segurança hídrica crítica.	Vulnerabilidade à poluição dos aquíferos livres; risco de esgotamento e deterioração dos aquíferos.	
Abastecimento de água e esgotamento sanitário.	Distanciamento da meta de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	Não foi constatado o atingimento de metas de abastecimento de água em nenhum município da região ¹⁸ ; para o esgotamento sanitário o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto da População Urbana de Município (ICTEM) indica 15 municípios em situação crítica, com nota abaixo de 7,5.	Priorizar ações para o atingimento das metas em áreas urbanas. Incluir áreas rurais nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário como exigência do novo marco legal do saneamento.

¹⁸ Como referência foram utilizadas as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico -PLANSAB para o ano de 2017 para a Região Sudeste, de 98,3% de domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede de distribuição de água ou por poço ou nascente, e utilizados os dados do Censo Demográfico do IBGE por domicílio.

Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos.	Situação crítica de aterros locais e gestão regionalizada.	Falta de implementação de uma governança intermunicipal regional.	Ampliar a gestão regionalizada de resíduos sólidos com passagem para uma economia circular.
Consumo, geração e diversificação da matriz energética.	Utilização de fontes alternativas de energia.	Falta de produção energética local que supra a demanda; Necessidade de ampliação de fontes alternativas que não gerem grandes impactos ambientais, como a queima da biomassa.	Fomentar o incentivo à utilização de energia limpa, com fontes alternativas de energia renovável como a Biomassa e Solar (PDUI e PAC 2050).
Patrimônio Ambiental e Paisagístico.	Baixa quantidade de áreas de Proteção Ambiental.	Ausência de elementos tradicionais para a delimitação das áreas de interesse ambiental; Baixo Índice de cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente hídricas; Salvaguarda da Biodiversidade crítica; Risco de secas que podem agravar situação.	Priorizar o aumento da cobertura vegetal de áreas onde há menor presença de matas ciliares regeneradas (APPs hídricas), em consonância com objetivos de outros planos estaduais como o PEARC e o ZEE-SP.
Instrumentos de proteção e conectividade.	Baixa Cobertura vegetal.	Necessidade de ampliação da cobertura vegetal visando minimizar os efeitos de ilhas de calor e ampliação da segurança hídrica; salvaguarda da Biodiversidade crítica que pode agravar ainda mais a situação.	Promover a utilização de instrumentos de preservação aplicáveis a propriedades rurais (Reserva Legal, RPPN e MONA).
Recursos hídricos.	Segurança hídrica crítica.	Vulnerabilidade à poluição dos aquíferos livres; risco de esgotamento e deterioração dos aquíferos	
Abastecimento de água e esgotamento sanitário.	Distanciamento da meta de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	Não foi constatado o atingimento de metas de abastecimento de água em nenhum município da região ¹⁹ ; para o esgotamento sanitário o Indicador de Coleta e Tratabilidade de Esgoto	Priorizar ações para o atingimento das metas em áreas urbanas; Incluir áreas rurais nos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário

¹⁹ Como referência foram utilizadas as metas do Plano Nacional de Saneamento Básico -PLANSAB para o ano de 2017 para a Região Sudeste, de 98,3% de domicílios urbanos e rurais abastecidos por rede de distribuição de água ou por poço ou nascente, e utilizados os dados do Censo Demográfico do IBGE por domicílio.

		da População Urbana de Município (ICTEM) indica 15 municípios em situação crítica, com nota abaixo de 7,5.	como exigência do novo marco legal do saneamento.
Gestão, tratamento e disposição de resíduos sólidos.	Situação crítica de aterros locais e gestão regionalizada.	Falta de implementação de uma governança intermunicipal regional.	Ampliar a gestão regionalizada de resíduos sólidos com passagem para uma economia circular.
Consumo, geração e diversificação da matriz energética.	Utilização de fontes alternativas de energia.	Falta de produção energética local que supra a demanda; Necessidade de ampliação de fontes alternativas que não gerem grandes impactos ambientais, como a queima da biomassa.	Fomentar o incentivo à utilização de energia limpa, com fontes alternativas de energia renovável como a Biomassa e Solar (PDUI e PAC 2050).

DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Perfil econômico	Atividades de maior valor adicionado são os serviços de baixo valor agregado e a Administração Pública; com a agricultura da região representando 10% do PIB Estadual.	Municípios pequenos em que o maior valor adicionado é Administração Pública. Falta de diversificação econômica e a dependência do setor agrícola, suscetível aos efeitos das mudanças climáticas e variação dos preços das <i>commodities</i> .	Possibilitar a diversificação da economia a partir da cadeia agrícola, do estímulo aos polos de desenvolvimento já existentes na região e do turismo, com consequente aumento do valor adicionado.
Perfil econômico e distribuição de Instituições de Ensino Superior	Concentração de oportunidades de emprego e de instituições de ensino superior nos polos regionais.	Falta de planejamento integrado que ajude a construir um sistema de cidades diversas e especializadas, mas com funções econômicas complementares, por meio de investimentos em infraestrutura que fomentem a rede de cidades e conectem as áreas urbanas às áreas rurais.	Fortalecer a integração entre universidades e empresas, articulando uma rede de inovação, utilizando, dentre outros, o consórcio e o parque tecnológico já existente, possibilitando atração de novas empresas.
Atividade Agrícola	Ampla área de monocultura de cana-de-açúcar.	Baixa conectividade ambiental e baixa cobertura vegetal em APPs hídricas na área rural.	Possibilitar a implantação de tecnologias agrícolas de baixo carbono e resilientes à mudança do clima. Possibilitar o fomento à cadeia dos biocombustíveis e da biomassa para produção de energia limpa, adequando essas matrizes para a realidade local. Incentivar o turismo rural e certificados de produtos de origem/procedência como possibilidade de incremento da atividade agrícola.

Caracterização da mudança do uso da terra e expansão da área urbanizada	Crescimento de área de produção de cana sobre outras culturas e sobre pasto. Incremento na área total de vegetação natural na última década.	Fragilidade ambiental com pouca conectividade e baixa cobertura natural principalmente nas APPs hídricas; suscetibilidade a pragas e vulnerabilidade às alterações climáticas associadas à produção em monocultura.	Incentivar uma cadeia de valores e suprimentos alimentares confiável e conectada entre as demandas e ofertas urbanas e rurais visando um desenvolvimento equitativo das regiões com forte sinergia entre os espaços urbano-rural; fomentar o potencial de aumento de cobertura natural a partir da necessidade de áreas de reserva legal e APPs hídricas.
	Expansão da área urbana maior do que crescimento populacional e do que expansão de novos domicílios. Forte polarização do crescimento populacional nas centralidades regionais e RMSJRP, enquanto municípios de pequeno porte enfrentam decréscimo de população.	Alta expansão urbana mesmo em municípios que tiveram decréscimo populacional. Ampliação do processo de dispersão da mancha urbana gerando uma urbanização desigual do território, com desbalanço na oferta de infraestrutura urbana e social, e ampliação dos gastos da gestão pública para atendimento básico à população, em detrimento de melhor aproveitamento da infraestrutura já instalada.	Promover um desenvolvimento urbano equilibrado e justo em um momento de urbanização incipiente de alguns municípios da região.
Dinâmica demográfica	Mesmo sendo a região com terceiro maior crescimento de população no estado, predomina o processo de envelhecimento da população.	Falta de infraestrutura adequada para enfrentar o envelhecimento da população.	Aproveitar as mudanças da pirâmide etária para comunicação e instrução com a população e para orientação de políticas públicas.
	Elevada expansão urbana acima do crescimento demográfico.	Falta de Equilíbrio na expansão da mancha urbana que é maior do que crescimento populacional. Aumento no custo de manutenção e implementação de infraestrutura urbana desalinhado com dinâmica demográfica e econômica, em retração, pode gerar um	Alinhar o processo de urbanização ao processo demográfico e socioeconômico a partir do porte populacional e baixa proporção de área urbana dos municípios; diversificar a economia desses municípios visando mitigar atual tendência de evasão populacional.

		cenário de recessão e endividamento da Administração Pública.	
Caracterização habitacional: dinâmica, tipologias e concentrações	Aumento de domicílios maior do que o de população; aumento maior da tipologia “casas de vila ou condomínio” em municípios no entorno das maiores cidades; aumento maior da tipologia “apartamento” nas maiores cidades.	Espraçamento da mancha urbana, pressão sobre áreas rurais e cinturão verde das cidades, aumento de percursos negativos e prevalência do veículo individual.	Orientar o processo de verticalização das cidades com maior dinâmica imobiliária, junto aos eixos de transporte fomentando a mistura de uso e melhor aproveitamento da infraestrutura urbana já instalada. reconhecer a atratividade regional, exercida pelas cidades que compõem a rede de centralidades, no ordenamento territorial municipal a fim de reconhecer e incorporar áreas de interesse metropolitano e regionais.
	Dinâmica imobiliária e elevado número de loteamentos em cidades com domicílios não ocupados acima da média estadual.	Dispersão da mancha urbana impulsionada pelo crescimento de loteamentos, que geram ampliação de custos para gestão urbana diante da necessidade de implantação de novas infraestrutura urbana, serviços sociais e transporte.	Avaliar uso do conjunto de domicílios não ocupados para proposição de políticas habitacionais a fim de evitar dispersão urbana.
Quadro da regulação urbanística e do ordenamento territorial	Elevado número de municípios com obrigatoriedade, mas sem Plano Diretor.	Municípios que não possuem PD e apresentaram elevada expansão urbana (por exemplo, Bady Bassit, Ipiguá, Rubinéia e Zacarias).	Aproveitar a necessidade de realização de Plano Diretor devido ao fator de inserção em RM e outros fatores, para que seja feito de modo integrado, em consonância com diretrizes do PDUI e incorporando bases de resiliência ambiental e climática; utilizar o Plano Diretor como forma de ordenamento das áreas urbanas e rurais, já que o PD deve abranger todo o território municipal.
	Baixo número de municípios com Planos de Habitação de Interesse Social.	Elevado número de municípios que não possuem PLHIS.	Aproveitar a necessidade de realização de PLHIS em municípios que possuem representatividade no déficit e inadequação habitacional em articulação com as diretrizes deste PDUH.

	Apenas 5,1% dos domicílios apresentam pelo menos um levantamento de risco em escala aproximada (1:3000), e apenas 5,1% dos municípios possuem Plano Municipal de redução de risco (PMRR).	Baixo número de municípios que possuem levantamento de riscos, mesmo com elevada suscetibilidade ambiental.	Aproveitar a necessidade de realização de PMRR em municípios que apresentem risco de desastres, integrando-os aos PDs (como previsto no Estatuto da Cidade), PlanMob e PLHIS locais e de seus vizinhos. Importante conectá-los a Planos Municipais de Saneamento Básico, incorporando SbN e medidas de resiliência.
--	--	--	--

INFRAESTRUTURA URBANA E SOCIAL E MOBILIDADE			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Rede de centralidades e equipamentos sociais.	Centralidades existentes: AP de São José do Rio Preto (Capital Regional B), como principal e AP Jales (Centro Sub-regional B); AP Fernandópolis (Centro Sub-regional A), AP Catanduva (Capital Regional C), AP Votuporanga (Centro Sub-regional B) e AP Santa Fé do Sul (Centro de Zona A) e Olímpia (Centro Sub-regional B), Novo Horizonte e José Bonifácio como municípios de potencial atração.	Fragilidade em Fortalecer as centralidades existentes de acordo com potenciais específicos; Escassez de Universidades, Centros de Pesquisa e Hospitais Escola, que estão concentrados em poucos municípios da região; Atração "primária" que SJRP exerce na região para recebimento de investimentos públicos e privados.	Fortalecer e melhorar as ligações perimetrais entre as subcentralidades e seu entorno, fomentando seu desenvolvimento conjunto, e maior equilíbrio no uso de equipamentos públicos para além de São José do Rio Preto.
Caracterização dos eixos de mobilidade e deslocamentos.	São José do Rio Preto como centralidade a partir do sistema viário regional.	Melhoria da gestão e regulação da mobilidade a partir da ampliação das cidades com Planos de Mobilidade Urbana.	Dinamizar sistema de mobilidade composto massivamente por Rodovias, seguido pela malha ferroviária e variedade modal.
Mobilidade e acessibilidade regional.	Papel articulador do modal rodoviário na Região, mesmo com a presença de ferrovia que realiza transporte de cargas que extrapola os limites regionais e estaduais.	Ampliação da acessibilidade e conectividade dos municípios para além da influência das Rodovias Washington Luiz e Euclydes da Cunha.	Região com extensa malha de estradas terciárias densa e conectada, com necessidade de melhorias, manutenção e monitoramento.
Acidentes no sistema viário.	Elevado número de óbitos em trânsito, maior que a média do Estado, com destaque para as porções sudeste, central e noroeste da região.	Municípios da região que possuem número de óbitos no trânsito acima do desvio padrão da região (óbitos por 100 mil habitantes); Na porção Sudoeste da região: Zacarias (47,7); Nipoã (43,7); Planalto (42,8); Mendonça (41) e Ubarana (39,5);	Aproveitar a necessidade de adequação do desenho viário a fim de incorporar travessias seguras e limites de velocidade junto às áreas urbanas para redução do número de acidentes; Reforçar a necessidade do Plano de Mobilidade quando este for obrigatório;

		Na porção Nordeste da região: Icém (57,4) e Onda Verde (56,1); Na porção Noroeste da região: Vitória Brasil (56), Mesópolis (40,2) e Santa Rita do Oeste (37,2). Servidos pela Rodovia Washington Luís: Catiguá (44,2), Poloni (44,1) e Floreal (55, 5).	Mobilizar campanhas de conscientização e segurança no trânsito.
--	--	---	--

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E VULNERABILIDADE SOCIOTERRITORIAL			
TEMAS	DESTAQUES IDENTIFICADOS NO DIAGNÓSTICO	DESAFIOS	OPORTUNIDADES
Fragilidades ambientais e mudanças climáticas	Aumento de temperatura; diminuição da precipitação; risco de seca; falta de resiliência às mudanças climáticas.	Falta de adaptação aos efeitos das mudanças climáticas na produção agrícola e no processo de urbanização; Necessidade de cuidados relativos à elevada quantidade de população idosa e maiores médias de aumento de temperatura previstas no Estado; Fragilidade em garantir a segurança hídrica principalmente em decorrência de impactos climáticos previstos; Maiores situações de risco à domicílios, principalmente aqueles que já se encontram em áreas ambientalmente fragilizadas.	Fomentar mudanças da matriz produtiva na agricultura visando a mitigação e resiliência às mudanças climáticas, e fomento à restauração de APPs Hídricas e áreas de reserva legal, além de promover uma melhor qualidade de vida no ambiente urbano para sua população.
	Elevada suscetibilidade ambiental coincidindo com importantes municípios da região.	Elevada expansão urbana mesmo em áreas de grande suscetibilidade ambiental sem planos municipais de redução de risco.	Revisar e elaborar PDs que incorporem conceitos e ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
Domicílios em áreas de risco	Baixo número de municípios que possuem levantamento de riscos.	Elaborar estratégias regionais integradas para o mapeamento de áreas de risco	Aproveitar o baixo mapeamento de domicílios em área de risco, perigo de escorregamento, suscetibilidade à inundação e ocorrência de desastres geológicos e hidrológicos para fomentar legislação urbanística de prevenção aos riscos e de adaptação aos riscos climáticos existentes na região, com especial atenção às áreas de elevada suscetibilidade ambiental.

Estudos preliminares de necessidades habitacionais	Concentração do déficit e inadequação em São José do Rio Preto e outras cidades grandes da região.	Apenas três municípios da região possuem PLHIS, (SJRP, Mirassol e Olímpia). Votuporanga e Catanduva que possuem relevância no tema, não possuem PLHIS.	Fomentar o necessário atendimento habitacional, que pode incorporar conceitos mais sustentáveis, ambiental e socioeconomicamente, em acordo às diretrizes deste PDUH e pautado pelo expressivo número regional de mais de 50 mil domicílios em inadequação e 19 mil de déficit habitacionais.
Caracterização dos domicílios e acessibilidade ao Saneamento Básico.	Alta quantidade de municípios que possuem mais de 10% dos domicílios em área rural; grande parcela da população inscrita no CadÚnico.	Baixos índices de atendimento em relação ao Saneamento Básico no Estado como um todo verificados principalmente em municípios pequenos e empobrecidos, dificultando sua solução individualizada; multiplicidade de atendimentos necessários, na maioria dos casos abrangendo as redes de Água e de Esgoto.	Fomentar investimentos em Saneamento Básico nessa região, que podem ter impactos diretos também na redução dos óbitos ligados a doenças de veiculação hídrica, multiplicando seu retorno. A alta representatividade de domicílios rurais tem como potencial a aplicabilidade em escala de Soluções baseadas na Natureza – SbN, ligadas a essa temática.
Infraestrutura de Saúde e Padrão Demográfico.	Poucos hospitais públicos, e um número representativo de municípios que não possuem leitos hospitalares; processo de envelhecimento; taxas elevadas de mortalidade infantil.	Índice de envelhecimento da população maior em municípios pequenos e pobres; relação entre alta mortalidade infantil e ausência de leitos hospitalares municipais.	Fomentar a expansão da rede de Saúde Pública, de abrangência regional, que pode também vir a fortalecer e fomentar centralidades locais. Investimentos em Saúde podem ser integrados a Infraestrutura de Saneamento Básico/ Desenvolvimento Urbano. O elevado envelhecimento da população da região pode vir a fomentar a Economia da Longevidade, trazendo maior diversificação econômica para a região.
Violência Urbana.	Municípios que apresentam baixas taxas de homicídios, com exceção de algumas pequenas cidades muito	Os municípios mais violentos da região, em número de Homicídios, são pequenos e	Incentivar uma maior integração nas políticas públicas pertinentes ao tema a partir da distribuição dos municípios com

	violentas, dispersas por todo o território com destaque para sua porção Oeste.	empobrecidos, trazendo dificuldades para seu enfrentamento de forma individualizada.	mais homicídios na região, que indicam a hipótese de certo extravasamento da violência de municípios maiores e mais ricos para seus vizinhos.
--	--	--	---

A Região possui grande número de municípios caracterizados como “pequenos” ou “muito pequenos” (70% possuem menos de 10 mil habitantes). No entanto, em sua maioria, apresentaram taxas de crescimento de domicílios e expansão da área urbana superiores ao ritmo de crescimento da população.

Além das pressões decorrentes da urbanização, as transformações do uso da terra (expansão de área de cana sobre outras atividades agropecuárias) também sobrecarregam os recursos naturais e os recursos hídricos. É importante ressaltar que a expansão urbana impacta direta e indiretamente a cobertura vegetal, na medida em que impulsiona uma realocação de outros usos não urbanos que também impactam a cobertura vegetal da região.

Dos fatores demográficos, o envelhecimento da população é outro fator de destaque, sendo esta a Região do PDUH que apresenta o maior índice de envelhecimento do Estado (106,3). Este fato reforça a demanda por equipamentos de saúde, onde não há leitos hospitalares em 65 de seus 98 municípios. A literatura específica também indica a população idosa como uma das mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, por possuírem um sistema fisiológico mais debilitado e apresentarem um quadro de doenças preexistentes que podem ser agravados pelos eventos extremos, em especial pelo aumento da temperatura, um dos efeitos mais críticos identificados na região.

Ainda quanto aos efeitos das mudanças climáticas, um dos destaques é o risco de secas que pode ter impactos severos na biodiversidade, na segurança hídrica, na provisão de serviços ecossistêmicos e na produção agropecuária. Um indicador crítico e que pode ser intensificado tanto pelos eventos climáticos, quanto pela mudança de uso da terra, é o baixo percentual de vegetação nativa em APPs Hídricas na região.

O quadro de regulação urbanística e do ordenamento territorial, apresenta um elevado número de municípios que ainda não têm Plano Diretor, mesmo aqueles com obrigatoriedade de fazê-lo por estarem dentro da RMSJRP (institucionalizada recentemente, em 2021).

Nesse sentido, o Plano Diretor (PD) e demais planos setoriais devem trazer as ferramentas suficientes para a implementação das políticas públicas que orientem o desenvolvimento urbano equilibrado e justo destes municípios.

O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), nesta região, está presente em apenas 3 municípios (São José do Rio Preto, Olímpia e Mirassol), sendo que demais localidades apresentam expressivo déficit e inadequação habitacional (como Votuporanga e Catanduva). Os Planos de Mobilidade devem analisar as demandas do sistema de mobilidade para ordenar a acessibilidade nos municípios, com acelerada expansão urbana, principalmente os situados em arranjos populacionais e os que tiveram crescimento maior da tipologia “casas de vila ou condomínio”.

Para um maior detalhamento dos desafios e oportunidades elencados, será feita, a seguir, uma análise agrupada pelo porte populacional dos municípios da região.

3.1 ANÁLISE DE MUNICÍPIOS

Para uma síntese mais direcionada, cabe agrupar os municípios pelo seu porte, pois, de acordo com o tamanho de sua população, ele pode ter diferentes características e capacidades institucionais. Para isso é relevante também compreender a inserção do município em arranjos populacionais ou região metropolitana e mesmo sua participação em consórcios específicos, que fortalece sua capacidade institucional e a gestão regionalizada em temas específicos. Na região é possível destacar os consórcios relacionados à saúde, o que condiz com o expressivo número de municípios que não possuem leitos hospitalares na região.

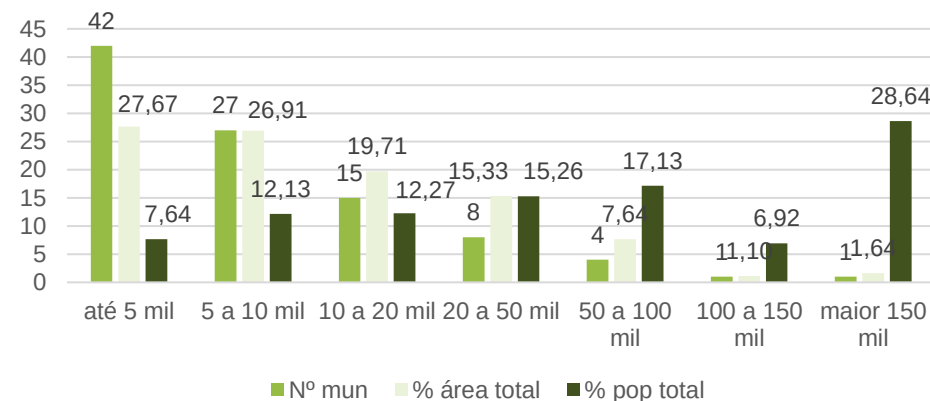
O tamanho do município também é fundamental para compreender as possíveis formas para enfrentar as questões apresentadas, e os tipos de instrumentos urbanísticos existentes e que podem ser utilizados. Um interessante levantamento²⁰, feito pelo Projeto Cidade Presente, apontou recomendações sobre o tipo de instrumento urbanístico pertinente de acordo com o porte populacional do município, algo muito relevante levando-se em conta a sua capacidade institucional e os desafios enfrentados. Ainda distinguindo as cidades pelo porte, estudos do Ipea de subsídio à construção da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU²¹, ressaltam a importância da existência, por parte da gestão municipal, de recursos técnicos, como base cartográfica digitalizada e cadastro imobiliário, para subsidiar políticas públicas de desenvolvimento urbano.

A referência usual para determinar o tamanho do município é o número de habitantes que possui. Porém, é importante posicionar essa variável junto a outras informações básicas deste para possibilitar um quadro mais abrangente.

No gráfico a seguir apresenta-se uma caracterização dos 98 municípios que compõem a região considerando, além da população absoluta, a relação

entre sua extensão territorial sobre o total da área da região e sua população relativa ao total da região.

Gráfico 12: Situação da Região de São José do Rio Preto por faixa populacional



Fonte: IBGE, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

De modo geral, é possível aferir que **86% dos municípios da região possuem até 20 mil habitantes**, no entanto, somam apenas 32% da população, e abrangem 74% do território. Já os 13% de municípios na faixa entre 20 mil e 150 mil habitantes, representam 39% dos habitantes, e abrangem 24% do território. Por fim, o município de São José do Rio Preto, com 480.393 habitantes, representa 29% da população e abrange apenas 1,60% do território regional. E ainda, de acordo com a faixa populacional do grupo de municípios, também é diferente a relação entre a quantidade de áreas urbanas e rurais e a população que reside em áreas urbanas e rurais²².

somadas as áreas dos setores classificados como urbanos e dos classificados como rurais. E somada a população de acordo com a situação do setor. Apesar de a classificação entre urbano e rural ser praticamente dicotômica a nível de situação do setor, alguns setores censitários sem população foram classificados como nulos no campo de situação, e a somatória das áreas foi desconsiderada.

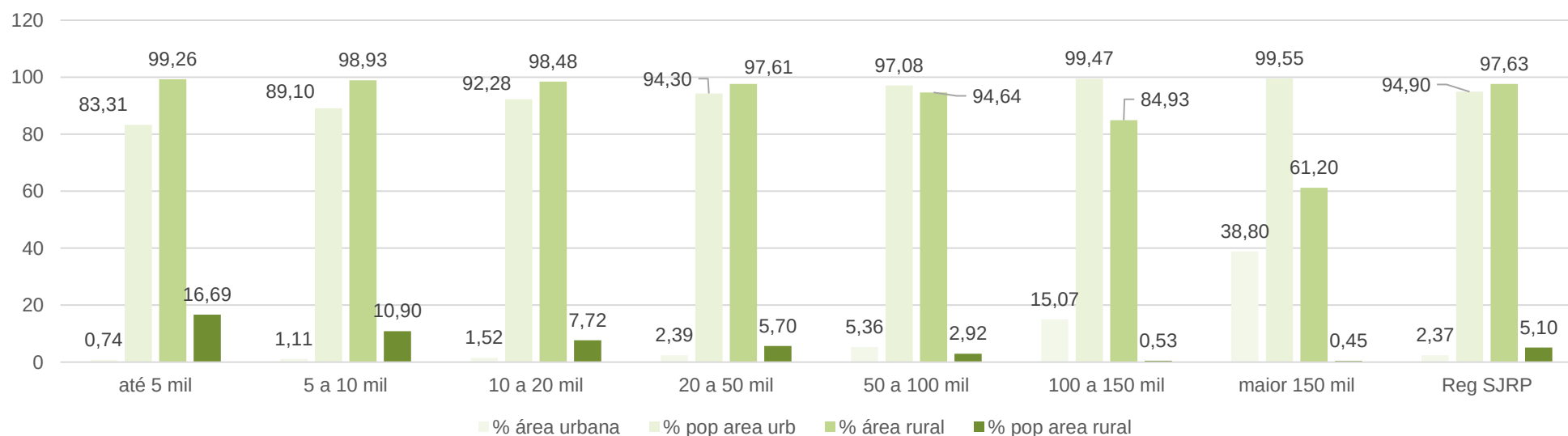
20 Maleronka, 2025. Caminhos para financiar Cidades Integradas.

21 Ipea, 2020. Nota Técnica - A agenda urbana e a escala municipal: elementos para discussão tipológica de municípios.

22 Para este levantamento foram utilizados os dados do Censo de 2022, no nível de desagregação do setor censitário. A partir da classificação do IBGE sobre a situação de cada Setor Censitário foram

No gráfico seguinte apresenta-se a porcentagem de área rural e área urbana sobre a área que o conjunto destes municípios por faixa de população ocupam e a porcentagem da população em área urbana e área rural para o conjunto da população destes municípios. Para os municípios de menor faixa populacional, a proporção da população residente em área urbana é menor do que para os municípios de maior porte (para os municípios de até 5 mil habitantes, a população em área urbana é de cerca de 83%, chegando a 99,5% em São José do Rio Preto) e, em relação à área urbana, a proporção também passa por um grande aumento (para os municípios de até 5 mil habitantes, a área urbana representa 0,74% do território, enquanto para São José do Rio Preto, ela constitui 38,8% do território municipal). Ou seja, a área rural corresponde a uma porcentagem muito grande do território da região (97,6%), sendo esta representatividade ainda maior nos municípios pequenos.

Gráfico 13: Situação por grupos de faixa populacional



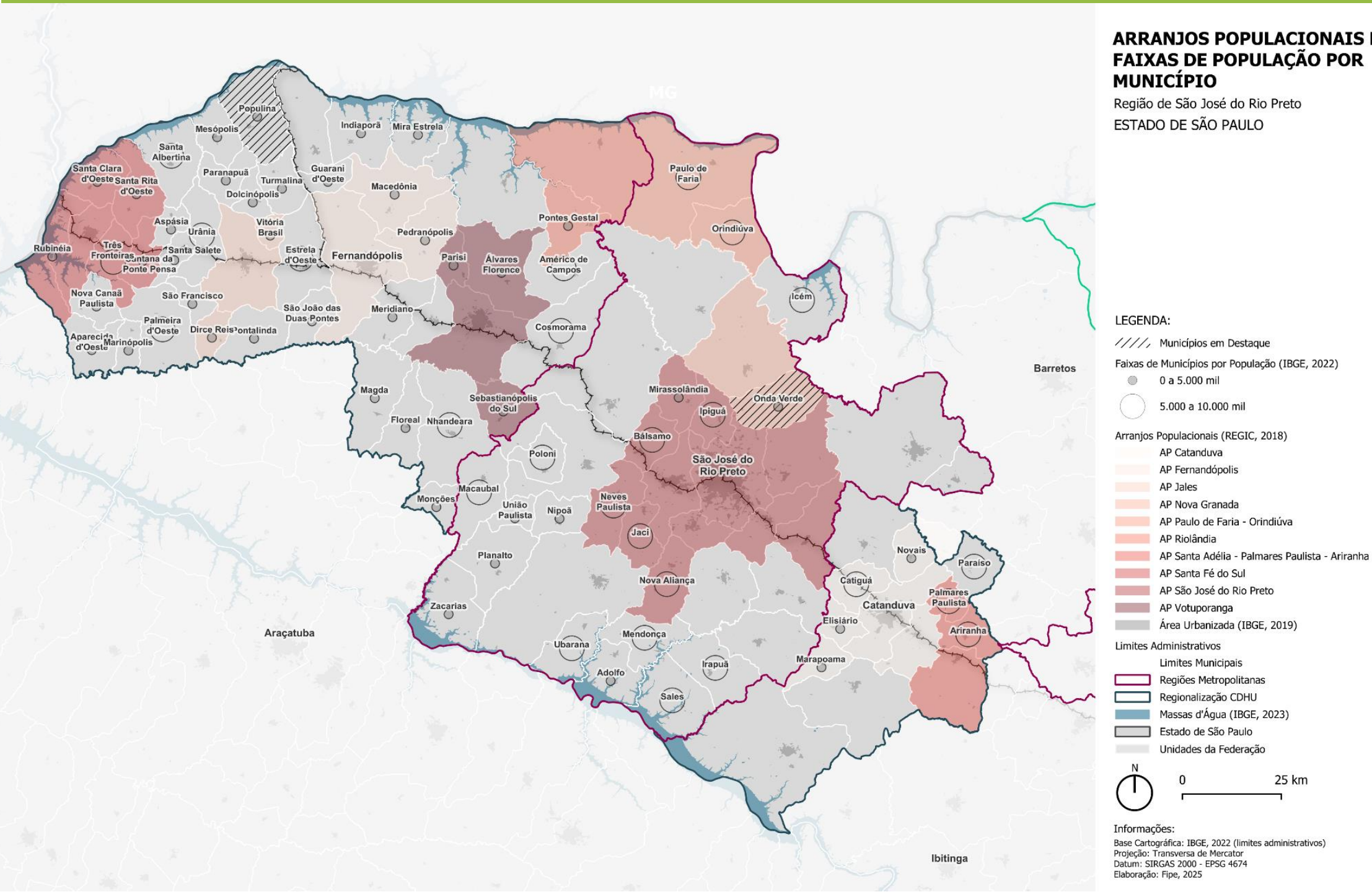
Destaca-se, todavia, que só a referência do porte populacional não é suficiente para a caracterização dos municípios. Outro fator que pode ser fundamental para a compreensão de suas dinâmicas, tendências e obrigações legais, é a localização e as ligações que ele possui com outros municípios. Por exemplo, um município de até 5 mil habitantes na região pode apresentar diferentes dinâmicas se ele estiver isolado ou pertencer a um arranjo populacional local, participando de interações mais intensas com o município núcleo, ou mesmo dentro de um arranjo populacional, dependendo de suas inter-relações com outros municípios e com o núcleo.

Ao analisar dois municípios de população abaixo de 5 mil habitantes com localizações e características distintas: **Populina**, localizado no noroeste da região, tem 4.127 habitantes, não pertence a arranjo populacional, (o Arranjo Populacional mais próximo é o de Jales, Centro Sub-Regional B, segundo a Regic), a agricultura representa o maior valor adicionado bruto, tem 29,63% da população inscrita no CadÚnico, apresentou uma TGCA negativa de - 0,19%, com decréscimo populacional e expansão urbana alta, e tendo casas como a tipologia de maior proporção de crescimento no último período, mas não possui Plano Diretor, nem obrigatoriedade de sua elaboração. **Onda Verde**, vizinho ao município de São José do Rio Preto (Capital Regional B segundo a Regic), que faz parte do Arranjo Populacional de Nova Granada, possui 4.771 habitantes, tem o maior valor adicionado bruto na categoria "demais serviços", tem 23,94% da população inscrita no CadÚnico, apresentou uma TGCA de 1,74%, com crescimento populacional elevado e expansão urbana alta, e tendo a tipologia casas de vila e condomínio como a de maior proporção de crescimento no último período. Porém não possui Plano Diretor, mesmo com obrigatoriedade de sua elaboração por estar localizado na RMSJRP.

O mapa a seguir destaca os dois municípios sinalizados, além de localizar os municípios de até 10 mil habitantes em relação à sua localização na região e aos arranjos populacionais.

ARRANJOS POPULACIONAIS E FAIXAS DE POPULAÇÃO POR MUNICÍPIO

Região de São José do Rio Preto
ESTADO DE SÃO PAULO



Conclui-se que as demandas para o desenvolvimento urbano dos municípios são diversas, mesmo dentro da mesma faixa populacional. Os diferentes cruzamentos feitos neste caderno buscaram trazer um pouco desta diversidade, com a indicação, sintetizada acima, das principais questões presentes na região, assim como potencialidades e vulnerabilidades identificadas.

Em um contexto mais amplo, nos debates sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU, é importante salientar a relevância dada ao financiamento da política urbana e sobre a governança para sua efetivação, incluindo a participação social e o monitoramento das políticas públicas urbanas. No texto base do Ministério das Cidades para a 6ª Conferência das Cidades, é destacada esta priorização necessária, fomentada por meio de subsídios e de editais de financiamento aos municípios.

3.2 INTERFACE COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

O **ZEE-SP** é o instrumento estadual de ordenamento e gestão do território e as diretrizes para a Zona 3, que inclui a Região Administrativa de São José do Rio Preto, devem ser consideradas visando uma integração de ações para o planejamento regional²³. As diretrizes de ordenamento e gestão do território indicadas pelo ZEE-SP partem das potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas do território.

Para a Região Administrativa de São José do Rio Preto, são destacadas as condições de criticidade dos indicadores de biodiversidade (incluindo supressão de cobertura vegetal e tamanho de fragmentos de vegetação nativa) que podem afetar serviços essenciais para a produção agropecuária e para o fornecimento de insumos e matérias primas para o setor produtivo regional, assim como a situação crítica da disponibilidade hídrica. Ambas as questões podem ser intensificadas pelas condições climáticas de aumento de temperatura e ondas de calor.

As diretrizes do ZEE-SP para essa região refletem estes desafios, e as questões indicadas neste Diagnóstico Regional do PDUH estão em consonância com os temas e diretrizes indicadas pelo ZEE-SP para essa Zona. Com destaque dado para a baixa cobertura vegetal, baixa presença de vegetação nativa em APPs Hídricas, e risco de esgotamento da água e deterioração da qualidade dos aquíferos, que podem ser intensificados pela criticidade dos efeitos das mudanças climáticas.

O **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São José do Rio Preto - PDUI RMSJRP** foi uma das referências para a estruturação do Caderno Regional de São José do Rio Preto, tendo sido utilizado tanto seu diagnóstico, como as propostas estruturadas, avaliando ainda a pertinência da ampliação delas para toda a região. De modo geral o PDUI aponta:

- Grande concentração da infraestrutura urbana, social, de mobilidade e de empregos em São José do Rio Preto; trazendo desafios para o acesso da população mais pobre a eles, bem como daquela residente em áreas rurais;
- Crescimento urbano desordenado e "multidirecional" que acaba pressionando áreas de fragilidade ambiental e zonas rurais. Destaque para o estabelecimento de chácaras de lazer e condomínios de alto padrão nas zonas periurbanas, aliada à ocupação de loteamentos irregulares de baixa renda;
- A centralidade da Segurança Hídrica e da proteção dos aquíferos locais diante da atividade humana;
- Sinalização de que apesar de um aparente cenário de pouca precariedade habitacional, a falta de dados atualizados e precisos torna "difícil compreender a demanda habitacional real" da região. Aponta também a pouca aplicabilidade e efetividade de instrumentos urbanísticos com esse fim na área;
- A importância do desenvolvimento de subcentros e de um transporte coletivo regional, diversificação da economia rural - com maior integração das pequenas cidades, maior qualificação profissional - com destaque para o setor de turismo, universalização do Saneamento Básico e mudança da matriz energética local - sinalizando o emprego de biomassa. Há grandes oportunidades locais em se tratando da adaptação às mudanças climáticas;
- As grandes disparidades regionais não apenas em relação à acessibilidade de equipamentos e empregos, como de indicadores de qualidade de vida (como envelhecimento e mortalidade infantil). E como uma economia rural mais pujante pode inclusive contribuir para

²³ Zoneamento e diretrizes aplicáveis para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado De São Paulo - ZEE-SP, SEMIL, 2022.

uma intensidade menor de loteamentos nas áreas periurbanas das cidades; e

- A relevância das APPs Hídricas enquanto projeto de regeneração ambiental, e a relevância de se criarem sistemas regionais de informações georreferenciadas para as áreas Ambiental, de Saneamento Básico e Habitação, principalmente, fazendo referência à importância do SIM – Sistema de Informações Metropolitanas²⁴.

Cabe destacar ainda que o PDUI indicou o fortalecimento de centralidades e incentivo ao desenvolvimento de subcentros; porém, ao olhar para a região como um todo já existem centralidades fora da RMSJRP estruturadas enquanto centralidades regionais (conforme indicado pelo Regic) que supririam a demanda pela criação de novos centros e subcentros na região.

Da mesma forma a definição pelo PDUI da Área de Interesse Metropolitano (AIM) Orla Ferroviária na RMSJRP, poderia ser extrapolada para o restante da região priorizando as ações estratégicas de qualificação e conectividade ambiental junto às cidades de Votuporanga, Fernandópolis, Jales e Santa Fé do Sul (que integram a rede de centralidades da região).

No quadro a seguir são apresentadas as propostas estruturadas para cada Tema/Função Pública de Interesse Comum (FPIC) do PDUI, seguidas por como elas dialogam com os desafios identificados no PDUH e a pertinência que possuem para a Região de São José do Rio Preto.

²⁴ Atualmente está se estudando a ampliação da plataforma, que passará a se chamar SIMM – Sistema de Informações Municipais e Metropolitanas.

Propostas estruturadas por Tema/FPIC do PDUI RMSJRP e sua pertinência enquanto proposta para a Região de São José do Rio Preto

Tema/FPIC	Proposta estruturada	Observações e relação com diagnóstico regional do PDUH
Meio ambiente, saneamento e recursos hídricos.	PE-FPIC-MASRH-01 - Incentivar e promover a criação de Unidades de Conservação do tipo RPPN e MONA.	Pertinente para o conjunto da região e já indicada anteriormente como potencialidade no tema de "Instrumentos de proteção e conectividade".
	PE-FPIC-MASRH-02 - Programa de eficiência do uso de água no ambiente rural.	Pertinente para o conjunto da região, dada a segurança hídrica crítica e o elevado consumo de água para atividades agropecuárias também fora da RMSJRP.
	PE-FPIC-MASRH-03 - Programa nascentes regionais.	Pertinente para o conjunto da região, potencializado pelo diagnóstico de baixa cobertura vegetal em APPs hídricas no tema de "Patrimônio Ambiental e Paisagístico".
	PE-FPIC-MASRH-04 - Plano de adaptação climática regional.	Pertinente para o conjunto da região, já que apenas São José do Rio Preto e Jales possuem Planos de Adaptação Climática produzidos para o Programa Municípios Paulistas Resilientes e a necessidade de se adequar às diretrizes dos Planos Climáticos do Estado de São Paulo, PEARC (em elaboração) e PAC 2050 (recém-elaborado).
	PE-FPIC-MASRH-05 - Ampliar a adesão ao Acordo Ambiental São Paulo.	Pertinente para o conjunto da região, no entanto o Acordo Ambiental de São Paulo vigorou de 2019 a 2023, atualmente a política correspondente é o Compromisso SP Carbono Zero (Net Zero 2050) - conduzido pela SEMIL.
	PE-FPIC- MASRH-06 - Programa de Universalização de acesso à Água.	Pertinente para o conjunto da região.
	PE-FPIC-MASRH-07 - Programa de Universalização de acesso ao Esgoto.	Pertinente para o conjunto da região.

	PE-FPIC-MASRH- 08- Fomento ao planejamento e à gestão de resíduos sólidos regional.	Pertinente para o conjunto da região, e reforçada pela falta de implementação de uma governança intermunicipal regional que permita a gestão compartilhada ampliada, identificada neste diagnóstico regional.
	PE-FPIC- MASRH- 09 - Programa de drenagem urbana sustentável no planejamento urbano regional.	Pertinente para o conjunto da região.
	PE-FPIC- MASRH-10 - Programa de Diversificação da Matriz Energética.	Pertinente para o conjunto da região.
Planejamento territorial e uso do solo	PE-FPIC-PTUS-01 - Oferecer acesso a equipamentos e serviços de forma equilibrada no território.	Pertinente para o conjunto da região, e coerente com o tema de “Rede de Centralidades e equipamentos sociais”.
	PE-FPIC-PTUS-02 - Promover a regulação urbanística e o ordenamento territorial dos municípios.	Pertinente para o conjunto da região e coerente aos apontamentos do caderno temático sobre incidência de Planos Diretores e instrumentos urbanísticos. Poderia se estender para a elaboração de planos de mobilidade nos municípios onde estes forem obrigatórios (amparado pela Lei Federal nº 12.584/2012).
	PE-FPIC-PTUS-03 - Controle da dispersão urbana e qualificação da expansão do tecido urbano.	Pertinente para o conjunto da região, já que a situação de municípios que apresentaram elevada expansão urbana e decrescimento populacional é presente em diversos municípios da região. Tendo a política de mobilidade vinculada às diretrizes de controle da dispersão urbana em consonância com o planejamento territorial.
	PE-FPIC-PTUS-04 - Regularização fundiária e monitoramento da precariedade habitacional.	Pertinente para o conjunto da região, com o adendo de que poderia incluir também o monitoramento da vulnerabilidade rural.
	PE-FPIC-PTUS-05 - Estruturação da governança metropolitana.	Não se aplica para o conjunto da região.
	PE-FPIC-DEAS-01- Fortalecimento da base econômica, por meio da	Pertinente para o conjunto da região.

Desenvolvimento econômico e atendimento social	diversificação da estrutura produtiva e do aproveitamento das vantagens comparativas existentes.	
	PE-FPIC-DEAS-02 - Fortalecimento e ampliação da cadeia de turismo regional.	Pertinente para o conjunto da região.
	PE-FPIC-DEAS-03 - Promover a formação e a qualificação profissionais e incentivar a geração de empregos.	Pertinente para o conjunto da região.
	PE-FPIC-DEAS-04 - Agricultura sustentável e geradora de empregos.	Pertinente para o conjunto da região.
	PE-FPIC-DEAS-05 - Equilibrar a oferta de equipamentos de saúde na região metropolitana.	Pertinente para o conjunto da região, porém deve ser verificado junto à Secretaria responsável pelo planejamento do tema (SES-SP – Secretaria Estadual de Saúde).
Mobilidade, transporte e logística	PE-FPIC-MTL-01- Elaboração de pesquisas e planos para o planejamento do transporte, mobilidade e logística regional.	Pertinente para a RMSJRP.
	PE-FPIC-MTL-02 - Integração do planejamento e operação dos sistemas e serviços de transporte público regional.	Pertinente para o conjunto da região, porém não há instância regional de mobilidade.
	PE-FPIC-MTL-03 - Promoção de melhorias na infraestrutura de transporte, viário e de logística regional.	Pertinente para o conjunto da região.

Fonte: PDUI RMSJRP, 2022. Elaboração: Fipe, 2025.

Por fim, é importante destacar que o diagnóstico regional busca identificar questões incidentes ao conjunto da região e que, para que sejam endereçadas, para além da escala municipal e de modo integrado, é necessária uma governança interfederativa supra municipal.

Para questões técnicas pontuais mostra-se eficiente e louvável a articulação por meio de consórcios, porém para temas envolvendo as diferentes funções públicas de interesse comum nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, é válida a prerrogativa da governança interfederativa prevista no Estatuto da Metrópole, Lei Federal nº 13.089/2015, importante instância a ser fortalecida, na adequada escala para articulação de questões regionais no âmbito do PDUH.

3.3 PRÓXIMOS PASSOS

Os Eixos intersetoriais estruturadores deste Caderno Regional: (i) dinâmica ambiental e saneamento, (ii) desenvolvimento socioterritorial, (iii) infraestrutura social & urbana e mobilidade, (iv) mudanças climáticas e vulnerabilidade socioterritorial, serviram de base para a organização do diagnóstico apresentado regionalmente. Os desafios e oportunidades indicados nessa seção reforçam as principais questões regionais identificadas.

Como sequência do processo de estruturação do PDUH 2040, os destaques identificados foram apresentados em Encontros Técnicos Regionais, realizados ao longo de 2025 e 2026, que permitiram o recebimento de contribuições locais, validando e aprofundando o panorama regional verificado. O conteúdo deste Caderno, juntamente com as premissas e diretrizes iniciais do Plano, subsidiaram a construção de estratégias estaduais, ações e subações, organizadas por eixo intersetorial, visando ao enfrentamento dos principais desafios elencados. Este conteúdo propositivo e estratégico constituirá caderno específico contendo as estratégias e ações do Plano.

